

10

droga
CRIME

Estudos interdisciplinares

Sob a direcção científica de
Cândido da Agra

Etnografia urbana das drogas e do crime

Luis Fernandes

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DROGA - CRIME

Etnografia urbana das drogas e do crime

LUÍS FERNANDES

Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga

1997

DROGA - CRIME
Estudos interdisciplinares

Etnografia urbana das drogas e do crime

Autor	Luís Fernandes
Projecto gráfico	Futura Lda
Composição	Alexandre Amaro
Impressão	A. Coelho Dias, Lda
Colecção	Estudos
ISBN	972-9345-41-4
Depósito Legal	142 777/99
Tiragem	1000 ex.
Preço	2 000\$00

Catálogo na publicação - Biblioteca Nacional

Droga - crime: estudos interdisciplinares / dir. Cândido da Agra - (Estudos)

10º V.: Etnografia urbana das drogas e do crime / Luís Fernandes - 180 p.

I - Agra, Cândido da 1948

II - Fernandes, Luís, 1961

CDU 343.5
613.8

Descritores: Comportamento desviante / Etnografia / Estudos / Meio urbano /
/ Observação participante / Toxicodependentes / Portugal

Apresentação

A relação entre a Droga e a Criminalidade tem sido frequentemente referida nos discursos político e técnico em contextos muito variados e dando origem a tomadas de posição divergentes e até mesmo contraditórias. Tal situação poderá ser explicada pela lacuna teórica e de investigações neste domínio, tornando a compreensão de tão complexo fenómeno mais sustentada em posições doutrinárias do que fundamentada em dados teórico-empíricos.

Por este motivo, e também pela constatação de que a realidade criminal directa ou indirectamente associada à droga tem apresentado um nítido aumento no quadro geral da criminalidade em Portugal, o Ministério da Justiça, através do Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga (GPCCD), promoveu, em 1992, em colaboração com o Centro de Ciências do Comportamento Desviante da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (CCCD/FPCE-UP) - dando seguimento a uma das propostas apresentada pela presidência portuguesa do Conselho de Ministros da União Europeia no âmbito do Comité Europeu de luta contra a droga (CELAD) - a realização de um programa de investigação científica que permitisse elucidar as relações entre Droga e Crime na experiência portuguesa: o projecto "Droga-Crime: Estudos interdisciplinares".

Tratou-se de um programa de estudos a vários níveis, tendo o resultado do trabalho efectuado sido apresentado de dois modos:

- Em sessão pública aberta à participação de profissionais e investigadores, o Seminário Droga-Crime realizado em Outubro de 1996, tendo como objectivo possibilitar o debate alargado dos factos estabelecidos por cada um dos estudos e da síntese interdisciplinar que procurou integrá-los em modelo teórico-experimental;

- Em relatório escrito constituído por onze volumes, o qual se inicia com uma introdução geral sobre a droga e questões criminais e uma breve apresentação de cada um dos estudos que compõem o programa.

O programa de estudos foi desenvolvido segundo a metodologia interdisciplinar. Daí a multiplicidade de estudos logicamente articulados segundo níveis de

análise: o nível teórico-epistemológico, o nível histórico, o nível dos comportamentos (socio-epidemiológico), o nível dos indivíduos, o nível dos seus espaços, o nível do seu tempo.

O nível teórico-epistemológico compreende estudos de fundamentação crítica e de análise da investigação internacional. O nível histórico compreende estudos sobre a história da criminalização primária (as leis) e secundária (a aplicação das leis). O nível dos comportamentos compreende estudos epidemiológicos, que procuram medir o fenómeno a nível de comportamentos de consumo em estabelecimentos prisionais e de menores sob tutela. O nível dos indivíduos inclui estudos microscópicos centrados em variáveis assim distribuídas: processos psicofisiológicos, emoções, personalidade e acção, determinação e significações, prova existencial (adaptação ao vírus HIV). O nível dos espaços estuda a relação dos actores das drogas e do crime com o espaço (etnografia urbana da droga e do crime). O nível temporal situa a relação droga-crime nas histórias de vida dos indivíduos (trajectórias desviantes).

Entendeu pois o Ministério da Justiça, com o patrocínio da Fundação para a Ciência e Tecnologia, proceder à publicação dos trabalhos na expectativa de que tal facto constitua contributo acrescido para a difusão e o avanço do saber neste domínio. Trata-se de uma colecção em vários volumes, obviamente com acertos de forma, incluindo, nalguns casos, a fusão em volume único de vários dos estudos desenvolvidos autonomamente.

O volume que agora se publica - o volume 10 do conjunto previsto - analisa a criminalização secundária dos comportamentos de consumo e transacção de drogas, dando a conhecer a evolução histórica do fenómeno droga e a hermenêutica aplicativa das leis da droga.

Lisboa, Dezembro de 1997

O programa de estudos que está na origem do presente trabalho, promovido pelo Ministério da Justiça através do Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga, foi concebido e dirigido pelo Professor Doutor Cândido Mendes Martins da Agra.

Cândido da Agra é Catedrático da Universidade do Porto. Fundou e dirige o Centro de Ciências do Comportamento Desviante da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, e dirige a área de Criminologia na Faculdade de Direito, de cuja comissão instaladora é membro desde 1995. Tem exercido funções de professor convidado em várias universidades estrangeiras nos domínios científicos da droga e da criminalidade, designadamente no departamento de Criminologia da Universidade de Montréal (Québec) - Canadá. Presidiu ao trabalho de avaliação de programas de prevenção para a área das toxicodependências do Grupo Pompidou do Conselho da Europa.

Luís Fernandes é professor auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, membro do Centro de Ciências do Comportamento Desviante da mesma Faculdade, membro do Conselho Científico do Observatório Permanente sobre Segurança, do Porto.

Tem desenvolvido investigação nas áreas dos usos de drogas em contexto urbano e do sentimento de insegurança ligado aos “espaços perigosos”.

ÍNDICE

Introdução	11
Parte A - Discursos	13
I - O discurso científico	15
1. As lacunas do saber sobre as relações droga-crime	17
2. A organização do campo científico sobre as relações droga-crime	18
3. As abordagens sobre os espaços de ocorrência das relações droga-crime	21
II - O discurso da imprensa	29
1. As drogas	31
1.1. Constituição da amostra	31
1.2. Tratamentos dos dados	32
1.3. Resultados	33
1.4. Síntese crítica	57
2. Os bairros	61
2.1. Recolha das notícias	61
2.2. Tratamentos dos dados	62
2.3. Resultados	62
2.4. Síntese crítica	70
Parte B - Práticas sociais	75
I-Etnografia urbana das drogas	77
1. Referenciais metodológico e teórico da pesquisa	79
2. Pasteleira, unidade de terreno para a pesquisa etnográfica	81
II-Os bairros "das drogas"	85
1. Os bairros não são todos iguais	87
2. Evitamento experiencial e redução cognitiva	93
3. Os lugares onde a cidade se interrompe	95

4. Espaços sociais paralelos	98
5. Redefinir “exclusão social” e “espaço marginal”	112
6. Territórios acossados - 1	115
III-As drogas nos bairros: territórios psicotrópicos	119
1. Problemática geral: drogas, actores e territórios	122
2. Interstícios de espaço e de tempo	124
3. O que é um território psicotrópico	129
4. Territórios acossados - 2	133
5. O mundo do <i>dealer</i>	138
6. O mundo do <i>junkie</i>	145
7. Aprender a viver nos territórios psicotrópicos	152
Nota final	157
Referências bibliográficas	161
Anexo 1	167
Anexo 2	171

1. Introdução

"Etnografia urbana das drogas e do crime" é o texto final duma investigação integrada no projecto "droga-crime: estudos interdisciplinares sobre a experiência portuguesa". É, portanto, parte de um conjunto de pesquisas. O título que escolhemos dá conta daquilo que tem em comum com elas e daquilo que as diferencia: por um lado, o objecto (droga-crime) e por outro, o método (etnografia) e o contexto (urbano).

Tendo embora uma unidade própria, é parte dum todo; deve, portanto, ser posta em relação com ele. A sua posição particular no puzzle e o seu contributo para uma leitura caleidoscópica do objecto em análise pode ser apreciada em "Droga e crime - relatório de síntese do programa de estudos interdisciplinares sobre a experiência portuguesa", do director do projecto, Cândido da Agra.

O texto organiza-se em duas partes: a PARTE A analisa discursos, e a PARTE B práticas sociais. Na primeira, interrogam-se as formas de dizer as relações droga-crime, indo ao encontro dos dois discursos que, nas sociedades modernas, têm mais poder na definição dos "problemas sociais": o científico e o colectivo. Neste, os meios de comunicação são reflexo e co-produtor, tanto do facto (sejam as ocorrências criminosas em ligação com as drogas, no caso) como do rumor - que, com a sua insistência quotidiana, vai trabalhando o corpo de crenças que "explicam" aquilo a que se dá o estatuto de "facto". Utilizámos a imprensa como lugar de acesso às definições profanas das relações entre droga e criminalidade, analisando durante seis meses jornais diários e semanários. Esta análise decorreu de Outubro de 1991 a Março de 1992. Para além daquilo que permite desde já concluir, poderá constituir ainda uma base para estudos futuros: seria, a nosso ver, de interesse reproduzir esta análise, por ex., de cinco em cinco anos, de forma a dar conta da evolução das linhas fundamentais que este primeiro estudo evidencia. Ou seja, tratar-se-ia de acompanhar as transformações nos modos correntes de dizer a droga-crime, seguindo a eventual deslocação dos estereótipos, a criação de novos rumores - enfim, a emergência de novas "propostas de realidade".

Dado que o nosso nível de abordagem se situa na dimensão eco-social, analisou-se também um conjunto de relatos noticiosos sobre os contextos mais insistentemente conotados com as actividades das drogas e com a presença de delinquentes: os espaços urbanos degradados, particularmente bairros sociais de periferia. Este trabalho fez também a ligação, ao nível da análise

contextual, com o trabalho de campo etnográfico, levado, precisamente, a cabo, em bairros sociais periféricos.

Assim, ao longo da PARTE B, descrevemos aquilo que uma abordagem naturalista, largamente fundada na observação participante, nos permitiu ver e dizer. A permanência intensiva no terreno decorreu entre Outubro de 1992 e o verão de 1993.

Esta experiência etnográfica dá continuidade a uma outra, realizada ao longo de 1991 e também nessa altura solicitada e financiada pelo Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate à Droga. Em "Uma topografia urbana das drogas", em co-autoria com Cândido da Agra e publicada pelo G.P.C.C.D., descreviam-se os resultados de dois estudos exploratórios: um num bairro do centro histórico (a Sé) e outro num de periferia (o Aleixo).

Várias pessoas colaboraram ao longo da investigação: na análise da imprensa, Irene Carvalho, Paula Cristina Marques e Tiago Neves; no fornecimento dos dados socio-demográficos e de informações qualitativas, Agostinho Rodrigues; no levantamento fotográfico da unidade de estudo, Egídio Santos, Eduardo Beira, Adriana Oliveira, Paulo Oliveira, José Maria Calisto e Arménio Pereira; na selecção e montagem, Nuno Beira. E, na fase que para nós constituiu o maior desafio - experimentar a vida diária dum território psicotrópico - colaboraram Armindo Jorge Rocha e vários informantes privilegiados, dos quais destacamos o incansável R. S. (nome por que o designamos no diário de campo). Em vários pormenores do, chamemos-lhe, acabamento do texto, desde a revisão da primeira versão até à construção de gráficos e ao processamento, colaboraram Celina Santos, Alexandra Serra, Mané Vaz Velho, Daniel Teixeira Coelho. Colaborou ainda gente sem saber (é assim, na presença às vezes anónima no terreno...) e outra que já não sabemos (pelo que pedimos, por isso mesmo, desculpas a alguém que nos ache ingratos).

Ao director científico do projecto agradecemos o novo sentido que deu aos dados saídos do trabalho etnográfico. Este novo sentido é emergente do labor de integração das diferentes investigações do projecto e permite ao etnógrafo recolocar as suas "descobertas" num outro limiar compreensivo. É também uma nova demonstração do princípio gestaltista de que o todo não é igual à soma das partes, e de que o pensamento, adestrado pela dureza da epistemologia, afinal serve para alguma coisa.

PARTE A

DISCURSOS

CAPÍTULO 1

O DISCURSO CIENTÍFICO

1. As lacunas do saber sobre as relações droga-crime

As relações entre as drogas e a criminalidade têm vindo a ganhar importância crescente nos trabalhos da comunidade científica. Este crescendo é concomitante dum outro: o da crença generalizada no aumento dos fenómenos de delinquência, de insegurança cidadã e de perigosidade associada ao simples facto de se viver em contextos urbanos. As estatísticas policiais suportam regularmente esta crença.

As relações entre os usos de drogas e as condutas criminais não fogem a uma regra aplicável a todos os factos sociais vividos como ameaçadores: a da proliferação discursiva que procura, problematizando-os, dominá-los. Esta proliferação irradia de múltiplos pontos do diagrama das forças de controle social - tem múltiplos agentes emissores, do senso comum profano ao senso comum científico, do inquérito jornalístico ao enunciado jurídico, e deste ao moral.

Não seria já pequena tarefa inventariar as modalidades que toma em cada um destes pontos emissores. Num olhar panorâmico por esta profusão discursiva em torno da associação dos dois fenómenos que aqui nos ocupam, dar-nos-íamos conta de que no seu interior se produzem, por sua vez, outras associações: droga-desemprego, droga-área social urbana de risco (com protagonismo para o bairro social), droga-insegurança urbana, droga-mercados ilícitos/economias subterrâneas, droga-pobreza, droga-violência... Isto mesmo no-lo demonstrou uma análise que efectuámos às notícias sobre drogas, saídas na imprensa diária (Público e Jornal de Notícias) e semanária (Expresso e Independente), entre Setembro de 1991 e Março de 1992.

No limite, a droga concentraria todos os elementos necessários à demonstração da crise actual dos sistemas urbanos; e a sua tão noticiada penetração nas vilas do interior anunciaria também a crise do rural, que, no seu ensaio de mudança em direcção a modos de vida próximos da urbanidade, logo se contagiaria com o vírus mais característico desta. O modelo da infecto-contagiosa que enformou as primeiras leituras da então chamada toximania juvenil (o contágio no grupo de pares, na escola, nos espaços da subcultura *drug*), transfere-se agora para o tecido socio-espacial.⁽¹⁾

⁽¹⁾ Para o desenvolvimento desta temática, cf. Fernandes (1995); para a síntese de literatura que desenvolve as associações que referimos, cf. Fernandes (1994).

Não deixa de ser curioso notar que as associações que encontramos no interior da relação que liga droga e criminalidade são incluídas por Ogien e Weinberger (1992), naquilo a que chamam "as lacunas do saber". Com efeito, num trabalho em que procuram fazer a síntese do adquirido, pelas investigações da sociologia e da etnologia francesas sobre as práticas dos usos de drogas, inventariam também as lacunas de tal saber:

- que relação estabelecer entre situação de emprego, reestruturação do mercado de trabalho e desenvolvimento das toxicodependências?
- que lugar têm a constituição do mercado da droga e a implicação dos indivíduos e das *cités* nos circuitos económicos de difusão de produtos ilícitos?
- existe uma relação de causalidade entre toxicomania e delinquência?
- como distinguir, de entre todas as formas de toxicomania, as que relevam de uma conduta de excesso de natureza accidental, das que resultam duma patologia mental subjacente?
- como explicar a cessação espontânea dos estados de dependência que os dados estatísticos põem em evidência?
- qual a natureza das passagens que observamos entre o consumo de estupefacientes, de álcool, e de medicamentos psicotrópicos?

Ogien e Weinberger concluem com uma questão mais geral "e provavelmente insolúvel: a da relação que existiria entre condutas de adicção e a condição do homem moderno. A análise do fenómeno do uso de drogas poderia ser a ocasião de nos interrogarmos sobre a relação entre factos de cultura e comportamento.(...) Mais geralmente, poderíamos tentar esclarecer a reflexão sobre uma concepção do senso-comum: o consumo de drogas desorganiza as sociedades industriais?" (Ogien e Weinberger, 1992).

2. A organização do campo científico sobre as relações droga-crime

A concepção que uma sociedade tem acerca dos usos de drogas, tal como a encontramos institucionalizada no direito e nas práticas culturais, influencia dum modo decisivo o algoritmo com que os procedimentos científicos tentam elucidar as interrogações. Por ex., uma concepção "coisista", que procura nas propriedades de certas substâncias o determinante axial

do "problema da droga", tem tendência a procurar as relações entre droga e crime no efeito unívoco duma droga sobre a conduta individual - determinismo da substância ao indivíduo, que faria as suas vítimas ao ser ele próprio vítima de produtos com propriedades maléficas.

A sociologia da desviância demonstrou já como uma concepção deste tipo esteve na origem dos primeiros movimentos de repressão da marijuana nos emigrantes hispânicos dos E. U. A. e do ópio dos emigrantes chineses (cf. Lamo de Espinosa, 1989).

A ocorrência de condutas violentas e de desordem pública era atribuída directamente aos efeitos destes produtos, à época estranhos à cultura americana. Esta condensação simbólica (o estranho traz consigo um produto exótico - o produto explica a bizarria do estranho) permitiu mesmo a ocultação de factores que dificultavam a integração dos emigrantes e conduziam à exclusão social do slum (Lamo de Espinosa, 1989).

As concepções ordinárias sobre o fenómeno das drogas têm reflexo nas direcções de pesquisa adoptadas pela comunidade científica. Também este seria um campo em que o corte epistemológico entre as práticas culturais, as ideologias e o saber científico se revelaria ilusório. Tais concepções permitiram mesmo organizar, dum modo inteligível, a direcção das investigações no campo dos usos de drogas.

Recorramos de novo a Ogien e Weinberger (1992): haveria cinco binómios que, "nas concepções ordinárias que constroem o discurso habitual sobre as drogas, são frequentemente associados", e que organizam também as incógnitas a esclarecer pela investigação:

- toxicodependência e emprego
- toxicodependência e doença mental
- toxicodependência e urbanismo
- toxicodependência e contestação de ordem social
- toxicodependência e delinquência

Por sua vez, Bean e Wilkinson (1988) fazem a revisão duma extensa literatura sobre as relações entre drogas e crime, e dão conta de que o conjunto das investigações se organiza a partir de três questões: "A primeira: até que ponto é que o uso de drogas leva ao crime?; a segunda: até que ponto é que o crime leva ao uso de drogas; a terceira?: até que ponto é que o crime e as drogas emergem de cenários comuns de circunstâncias?".

Brochu (1994) corrobora em grande parte os dados de Bean e Wilkinson: "uma análise recente dos escritos científicos permite crer que existem presentemente quatro modelos importantes de compreensão da relação droga-crime: psicofisiológico, economico-compulsivo, sistémico e concomitante".

No modelo psicofisiológico, são as propriedades ligadas a certas drogas que favorecem manifestações delinquentes, em particular a violência; são as mudanças psicofisiológicas no indivíduo, por acção da droga, que o impelem a cometer actos violentos. Na revisão bibliográfica de Brochu, as drogas (exclui-se o álcool) que aparecem com mais efeitos criminogéneos são os barbitúricos. No entanto, haveria grande idiosincrasia nos efeitos, tornando difícil o prognóstico; as anfetaminas estariam ligadas ao aparecimento de episódios paranóides e à manifestação consequente de agressividade; a cocaína, sob a forma de *crack* ou de *free-base*, actuaria no mesmo sentido das anfetaminas. De acordo com Brochu (1994), alguns estudos levados a cabo no Quebec indicariam que os psicotrópicos fornecem aos sujeitos investigados "a audácia e a coragem para cometer delito".

O modelo economico-compulsivo "tem as raízes na necessidade compulsiva experimentada pelo toxicómano em relação ao produto de que é dependente" (Brochu, 1994). A toxicodpendência torna-se, neste modelo, a causa principal do agir delinvente. Trata-se dum agir pressionado pela necessidade económica de curto prazo - a delinquência lucrativa que é já a imagem de marca do pequeno delito das grandes urbes.

Os modelos psicofisiológico e economico-compulsivo correspondem aos estudos orientados pela primeira questão, de acordo com Beans e Wilkinson (1988). Estes salientam, para além dos efeitos da substância e da compulsão económica, a influência das normas e dos valores numa subcultura da droga sobre o acto delinvente.

No modelo sistémico, salienta-se o envolvimento que os consumidores têm, em maior ou menor grau, com um sistema de economia paralela, forçados pela necessidade instrumental da aquisição de drogas. Seriam as características internas deste sistema que explicariam a delinquência, particularmente sob a forma de violência (ajustes de contas, regulação de conflitos pela via da força...); estaríamos perante "uma violência sistémica, que não provém do consumo como tal, mas do mercado clandestino lucrativo que lhe está associado".

O modelo concomitante estabelece uma relação recíproca entre o consumo de drogas e o agir

delinquentes - relação bidireccional, reforço mútuo dos dois fenómenos em causa. Por ex., poderiam ambos constituir-se como elementos simultâneos "dum estilo de vida atraente para os adolescentes" (Brochu, 1994). Este modelo enquadra-se na terceira questão sob a qual se agrupariam um conjunto de estudos segundo Bean e Wilkinson (1988): droga e crime não se relacionam numa forma determinística, emergem sim como resultado de cenários comuns e de "um conjunto complexo de factores que existem no mundo social dos consumidores (...) ou numa terceira variável desconhecida".

Em síntese, parece haver acordo acerca das poucas certezas adquiridas sobre as relações entre os produtos psicoactivos e os fenómenos criminais. Enquanto uns os situam na listagem das lacunas do saber no campo das drogas, outros dão-nos conta da impossibilidade de um modelo único consensual. Parece, no entanto, evidente, a tendência para submeter à crítica modelos deterministas da droga ao crime ou deste àquela, denunciando-lhes o reducionismo e a ineficácia explicativa.

Que nos diz a nossa própria revisão de literatura que toma por objecto as relações entre estes dois fenómenos?

3. As abordagens sobre os espaços de ocorrência das relações droga-crime

Limitaremos a nossa pesquisa bibliográfica ao tipo de abordagem em que se inscreve a nossa própria investigação empírica, de que daremos conta no capítulo seguinte - uma abordagem eco-social através de metodologias naturalistas.

Utilizou-se para isso a base de dados PSYCLIT. Introduziram-se as palavras chave *droga, delinquência/crime, sector juvenil, ambiente, etnografia/biografias*. Foram fornecidos trabalhos indexados entre Janeiro de 83 e Dezembro de 91.

Obtivemos assim 26 referências e respectivos "abstract", das quais se excluíram 5 (por ex.: porque não diziam respeito a drogas ilícitas). A análise, através duma grelha construída para o efeito, recaiu assim sobre 21 trabalhos.

Um primeiro dado ressalta: a produção no nível específico da análise que aqui nos ocupa é escassa. De facto, a base de dados utilizada (que é uma das que indexam as publicações mais

significativas) fornece apenas 21 trabalhos! Este escasso labor da comunidade científica traz, mesmo assim, algumas conclusões que convém salientar:

a) os comportamentos

A droga, seja enquanto consumo, seja como mercado (neste caso, 3 trabalhos no conjunto dos 21), e o crime (este, frequentemente na modalidade delinquência juvenil) são os comportamentos centrais nestes estudos. Referem-se, porém, outros comportamentos problemáticos: insucesso escolar, violência familiar... Como se distribuem eles?

- 12 artigos procuram equacionar a ligação droga-crime: 70.5% do total
- 1 artigo não especifica tal ligação, limitando-se a referir em conjunto a ocorrência dos 2 fenômenos: 5.8% do total;
- 3 artigos não têm como objectivo procurar ligação: 17.6% do total;
- 1 artigo debruça-se sobre fraudes científicas na construção de estudos sobre uso de drogas e crime. É um tanto "outsider" em relação ao conjunto dos trabalhos...

Debruçámo-nos sobre os estudos que procuravam explicitamente relações entre droga e crimes. Dividi-los-emos nos que postulam uma *associação*, nos que procuram uma *causalidade* (das drogas ao crime e vice-versa) e nos que buscam *preditores*.

- Há associação -

Este é o tipo de estudo mais frequente.

São enunciados diversos tipos de associação, que deixam em estado algo fragmentário os conhecimentos a este nível e comprometem uma possível síntese. Vejamos que associações são descritas nos vários trabalhos:

Quadro 1

Drogas	Crime (e outros comportamentos problemáticos)
Drogas ilegais exceptuando a marijuana (nota: associadas com uma constelação de factores mais vasta)	Violência nos adolescentes
Mercado das drogas (nos três estudos que o referem, ele seria a circunstância comum para a emergência do consumo e do crime. Nenhum deles causaria o outro, mas emergiriam em conjunto)	Crime corrente; violência
tipo "serious substance abuse" Padrão de consumo tipo "substance use"	"Serious delinquency" independente do envolvimento em actividades delinquentes
Período de adicção activa de narcóticos Período de não adicção (nos mesmos indivíduos)	Taxa criminal mais elevada (do que nos períodos de não adicção) Depende da raça e da cidade
Consumo de drogas não narcóticas por sujeitos adictos a narcóticos	Certo tipo de crimes (sic)
Influência do grupo de amigos	Pouco associado com adolescentes relações entre crime nos rapazes adolescentes
Drogas duras (coca + heroína) álcool	Criminalidade Criminalidade

Detecta-se, nalguns trabalhos, a preocupação de diferenciar tipos e padrões de consumo e de substância consumida, associando depois, de um modo também diferencial, os tipos de actividades delinquentes. A associação genérica "droga - delinquência" seria, pois, pouco relevante, se não se discriminarem quais drogas e quais tipos de uso. Há mesmo um estudo que refere, por ex., que o tipo de droga está mais associado com a delinquência do que com a frequência do consumo.

- Há causalidade -

São poucos os trabalhos que se situam na linha duma procura de causalidade directa. E nenhum deles enuncia tal causalidade, depois de a ter procurado; nem da droga ao crime, nem o seu contrário. Um não conduziria inexoravelmente ao outro, antes haveria circunstâncias comuns para a emergência de ambos.

- Há preditores -

Mais uma vez os resultados empíricos não esclarecem possíveis predições: ou porque são contraditórios, ou porque os estudos não são relacionáveis entre si.

Quadro 2

Drogas	Crime
Uso frequente de drogas ilegais à excepção marijuana > uso de álcool > uso de tabaco	Prediz delinquência violenta em adolescentes brancos, negros e hispânicos dos EUA
Uso de drogas ilícitas nos rapazes adolescentes nas raparigas adolescentes nos rapazes e raparigas	Prediz uso de drogas adulto. Prediz delinquência adulta. Prediz participação adulta no roubo em ambos os sexos, mas não prediz agressão interpessoal.
Comportamento do grupo de amigos	Prediz mesmo tipo de comportamento nos sujeitos estudados Não há predição cruzada (droga prediz droga e crime prediz crime, mas crime não prediz droga e recíproco).
Cocaína + heroína	Não predizem criminalidade na população global.

A falta de comparabilidade surge como um dos principais obstáculos à criação de consensos nas diferentes investigações. O lacunar e o fragmentário, tal como já havíamos visto ao nível das associações, caracterizam o estado de conhecimentos actual sobre as relações droga-crime.

b) os contextos

Principal constatação: o *ambiente* é epifenómeno. Entra apenas como referente espacial do estudo, como que a situar o leitor, mas não como determinante a ser analisado. Na grande maioria dos estudos, com efeito, o ambiente é apenas referido de passagem, ou é assimilado a concepções muito genéricas de "contexto". O termo "contexto" também não possui um significado unívoco, pois tanto é aplicado para referir as *interacções sociais* dum grupo juvenil (os "social environments"), como para a *localização urbana* de actividades desviantes (o "gang of the slum"), como ainda para descrever micro-sistemas particulares (o "illicit supply system" das drogas, ou o mercado de distribuição das "hard drugs").

Em síntese, o ambiente (tanto físico como social) parece não passar dum forma de situar espacialmente a pesquisa, de modo a dar-lhe materialidade, sem que isso corresponda à procura de variáveis relevantes na intriga enigmática a resolver. O ambiente não é objecto, mas pano de fundo da pesquisa: Baltimore, Cidade do México, Nova Iorque, Filadélfia, Sidney... Mas, não é a mera evocação destes significantes carregada de significado? A droga, enfim, é coisa urbana. Tal evidência, como aliás todas as evidências, parece dispensar a análise, em vez de a suscitar...

c) os métodos

Que métodos têm sido utilizados para estudar a droga e a criminalidade? Nos estudos a que reporta a nossa análise - não esqueçamos que dizem sempre respeito a ambos os fenómenos, mesmo que, como já vimos, nem sempre os relacionem -, os métodos de carácter naturalista são largamente minoritários. Vejamos:

- "survey", "self-report", questionário, etc., em grandes amostras, normalmente de adolescentes e jovens adultos, com um máximo de 12 686 sujeitos e um mínimo de 269: 8 estudos, 38% do total;
- entrevistas, com o máximo de 355 sujeitos, num estudo, e de 354 noutra: 2 estudos, 9.5% do total;
- pesquisa de terreno (etnografia, "field diary"...): 2 estudos, 9.5% do total;
- estudos longitudinais, recorrendo a entrevista estruturada: 1 estudo, 4% do total (100 sujeitos entre os 15 e os 24 anos);

- estudos epidemiológicos, recorrendo a dados demográficos e de saúde de regiões: 1 estudo, 4% do total;
- método comparativo, entre dados provenientes de diferentes instâncias: 1 estudo, 4% do total;
- teóricos, referidos a análises/comentários dos temas em questão: 2 estudos, 9.5% do total;
- não refere: 2 estudos, 19% do total.

Já tínhamos concluído que as perspectivas ecológicas (as próprias à psicologia ambiental, à ecologia social, à antropologia urbana, às monografias etnográficas) eram muito pouco utilizadas. O nível eco-social de análise das relações ou das concomitâncias droga-crime não é, pois, comum, na literatura da especialidade: no conjunto dos 21 estudos, só 3 utilizaram essa abordagem.

Constatamos agora, ao nível do método, que também não abundam os trabalhos com o tipo de abordagem daquele que nos ocupa no presente estudo. Há vários que cruzam "urban environments" com crime e drogas (3 estudos), há outros que cruzam pesquisa de terreno com crime e droga (2 estudos). Mas *não existe nenhum* que faça convergir método de pesquisa de terreno com ambientes urbanos com crime e droga, se por ambiente urbano entendermos algo mais do que a acepção genérica que já referimos atrás.

Se tomarmos, pois, a pesquisa efectuada na base de dados como sintomática do estado actual (o que é verosímil, dada a importância da base Psyclit), verificamos a plena pertinência dos contornos que demos ao estudo agora a decorrer no nível eco-social, pois parece vir instalar-se numa área ainda em estado lacunar de conhecimentos.

A contrastar com o não muito extenso labor científico do triângulo temático drogas-crime-ambiente, o discurso dos meios de comunicação social concede-lhe grande protagonismo. Subscrevemos Delarue (1991): "(o tema dos bairros) faz a sua irrupção no coração da actualidade, ou, para ser mais exacto, no começo dos telejornais das 8h". O tema dos bairros, acrescenta-se, está ligado à venda e consumo de drogas - alguns deles seriam os "hipermercados das drogas". Daremos, na secção a seguir, notícia do discurso da imprensa sobre este fenómeno, e sobre a sua ligação à delinquência e à criminalidade.

CAPÍTULO 2

O DISCURSO DA IMPRENSA

Fizemos já referência atrás à impossibilidade do corte epistemológico em relação aos objectos que alimentam o imaginário colectivo da desordem e da transgressão. A problematização social de que são alvo faz comunicar os esteriótipos e o saber do senso-comum com os esforços de compreensão da comunidade científica. A própria forma como esta recorta os problemas e as hipóteses resulta, frequentemente, das definições que o "problema da droga" vai conhecendo nas práticas sociais ordinárias⁽²⁾. Finalmente, tais definições são decisivas na reacção social ao fenómeno: seja espontânea (rumor sobre os "drogados", que se cristaliza em certos momentos em acções de auto-defesa popular), seja normativo-racional (as estratégias do combate à droga, as formas de intervenção e de cuidados).

Os *mass media* têm, deste modo, um papel fulcral na construção do próprio "problema da droga" - são parte constitutiva do seu dispositivo. Que relação tem isto com o nível eco-social que aqui nos ocupa? A expressão do fenómeno droga ao nível dos diferentes espaços da cidade é indesligável dos esteriótipos que vão sendo criados, e do rumor que os faz circular pela trama interactiva das relações quotidianas. As suas ligações ao crime ("os sítios do tráfico", os "bairros de drogados"...) são actualizadas regularmente através dos discursos que os têm como referente. Vários estudos têm demonstrado o efeito destes esteriótipos na criação de auto-imagens colectivas desvalorizadas ("ser do bairro x") e na ligação destas a fenómenos disfuncionais na área etiquetada - por ex., quebra da eficácia do controle social informal, acréscimo da dificuldade de acesso aos recursos normativos, etc (cf. Lahosa, 1989; Champagne, 1991; Perkins, Meeks e Taylor, 1992; Nasar e Fisher, 1993; Cardoso e Perista, 1994). O nosso trabalho de terreno recolheu dados que corroboram também este processo.

A comunicação social faria assim autênticas "propostas de realidade": "Podemos considerar o relato informativo como criador de realidade, na medida em que a sua estrutura remete para um corpo de crenças, pressupostos e opiniões dos corpos emissores. Mais do que contar o que se passa, propõe uma interpretação do que se passa, visto que a selecção dos factos que constituem um acontecimento é inseparável da interpretação desse acontecimento. E, em última instância,

⁽²⁾ Há já extensa obra que procura desmontar os mecanismos destas ligações. Referiremos apenas os trabalhos clássicos de Th. Szasz (cf., p. ex., 1976), ou, para o nosso contexto socio-cultural, C. da Agra (1986, 1993), Romani e Comelles (1991) ou Escotado (1992).

indica a existência de um determinado modelo de representação do mundo e do funcionamento social" (Nebreda, Sendra e Albert, 1987).

Tanto as notícias de primeira página como as que têm tratamento fotográfico são particularmente reveladoras das "propostas de realidade". Dar-lhes-emos, por isso, atenção privilegiada na análise duma amostra de notícias sobre drogas na imprensa portuguesa, que apresentamos a seguir.

1. As drogas

Decidimos constituir uma amostra do discurso da imprensa recorrendo aos dois periódicos diários e aos dois semanários de maior tiragem à altura da amostragem.

1.1. Constituição da amostra

• **Duração:** 6 meses, de 15. Set. 91 a 15. Mar. 92

• **Periodicidade:**

• *semanários:*

* todos os fins de semana

• *diários:*

* 2^{as}, 4^{as}, 6^{as} e domingos um diário

* 3^{as}, 5^{as}, sábados e domingos, o outro diário

* na semana seguinte invertiam-se os dias de recolha dos diários, que andavam, deste modo, sempre alternados.

• **Periódicos:**

* *semanários:* Expresso e Independente

* *diários:* Jornal Notícias e Público

Deste modo, o *corpus* das notícias recolhidas diz respeito a 192 jornais diários e a 48 semanários, totalizando 240 jornais.

• **Corpus:** para a sua constituição retiveram-se todas as notícias em cujo título aparecesse a

palavra "droga", "toxicoddependência" e múltiplos sinónimos, bem como alguns títulos que apontassem claramente ser esse o teor da notícia (por ex.: "Novo centro de tratamento abre no Porto"); retiveram-se também notícias em que a droga não fosse o objecto central mas viesse em destaque (por ex.: reportagem sobre a SIDA em que a foto é de um indivíduo a injectar heroína, com respectiva legenda).

Quadro 3 Número de notícias por periódico

Diários			Semanários	
Público		JN	Expresso	Independente
97		193	22	9
Total		290		31

1.2. Tratamento dos dados

Ao longo dos 6 meses em que decorreu a recolha da amostra, procedeu-se: à análise diária e sistemática dos periódicos, com vista à constituição do corpus; à definição de critérios de retenção da notícia; à definição de grandes grupos temáticos que permitissem codificar, "arrumar" a profusão e diversidade das notícias; a uma análise estatística sumária da importância de cada grupo temático; finalmente, realizou-se o tratamento qualitativo do seu conteúdo, em ordem à extracção dos resultados. Esta última tarefa exigiu a construção de uma grelha de análise de conteúdo, composta por sete categorias - as drogas, os actores, as instâncias, os lugares, os objectos, o sistema explicativo espontâneo, o discurso directo - cada uma com várias subcategorias. Em anexo final apresentaremos a grelha.⁽³⁾

⁽³⁾ Agradecemos às Dras. Paula Cristina Marques e Irene Carvalho a colaboração prestada nesta fase do estudo.

Cada notícia foi classificada de acordo com o seu teor e de acordo com o seu conteúdo:

- teor: pode ser informativo ou opinativo/valorativo. No informativo, distinguimos duas modalidades: factual e interpretativa. Só considerámos opinativo/valorativo quando o autor da opinião foi o jornalista. Se este utilizou opiniões de outros actores, aparecendo o seu discurso entre aspas, considerou-se informativo - trata-se de um facto de discurso. Este, por sua vez, é que pode ser considerado valorativo, sendo então cotado de acordo com o seu conteúdo.

- conteúdo: cada notícia foi codificada de acordo com o seu tema central. Inventariámos sete temas - consumo, tráfico, crime associado a drogas, instituições (repressivas, de tratamento, informativas, de combate, preventivas), intervenção (prevenção e combate - referindo-se apenas às intervenções fora do seio das instituições especializadas para a toxicod dependência), outros (categorias cruzadas ou amalgamadas, ou muito específicas) e não classificáveis (ex: "vacas morreram com overdose").

As notícias foram ainda classificadas segundo o tipo de droga e o local de ocorrência do evento. Deste modo, uma única notícia podia aparecer com a seguinte classificação: tráfico; cocaína; Algarve.

1.3. Resultados

Apresentaremos os resultados de acordo com dois níveis de análise: *distribuição estatística* do teor e do conteúdo das notícias e *análise qualitativa* do conteúdo das notícias factuais, de primeira página e com tratamento fotográfico.

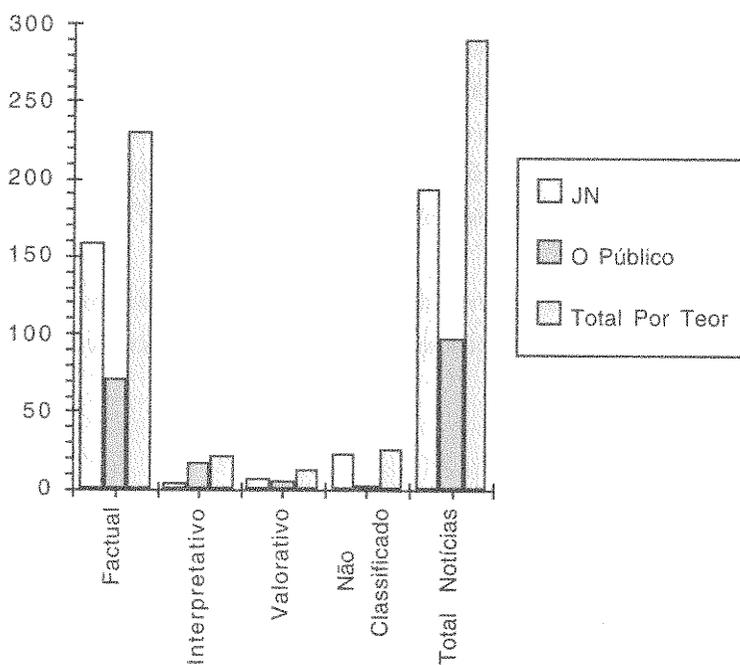
a) Distribuição estatística das notícias

- Imprensa Diária -

O teor das notícias é maioritariamente informativo, o relato valorativo ocupa apenas 4,8% do total, contra 89,3% do informativo (5,9% não foram classificadas). Dentro do informativo, há uma grande predominância do registo factual sobre o interpretativo (91,5% e 8,5% respectiva-

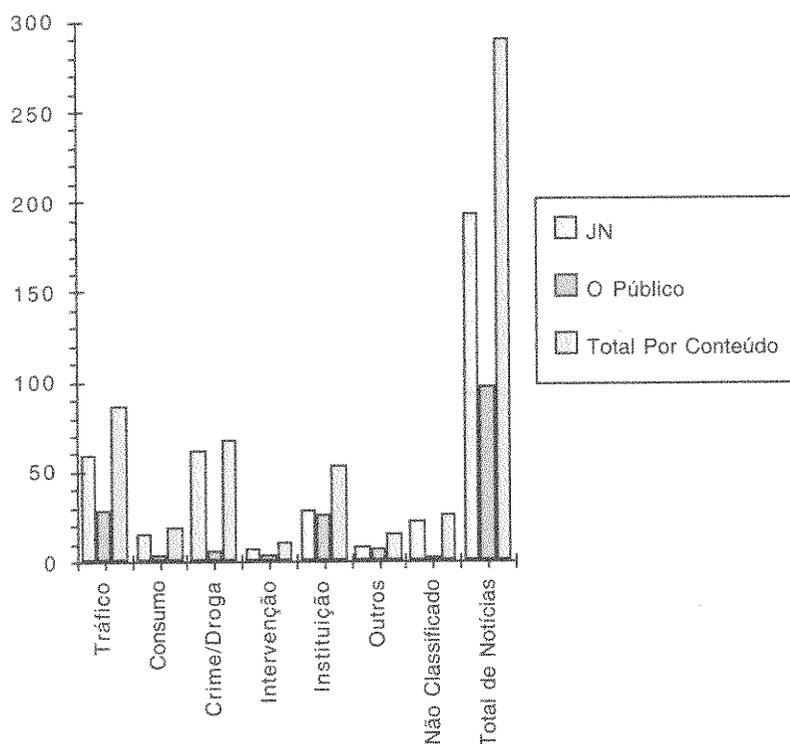
mente). Se atentarmos nos diários, separadamente, verificamos maior tendência no *Público* do que no *Jornal de Notícias* para a notícia de teor interpretativo (ver gráfico 1).

Gráfico 1 Teor das notícias: totais por diário



Contrariamente, portanto, a uma ideia algo enraizada, a imprensa diária parece falar das drogas num registo denotativo, cingindo-se aos factos; se tivéssemos em conta apenas o teor das notícias, o tema apareceria tratado de um modo aparentemente objectivo, dando pouco lugar ao discurso que procura significados, valorações, ou que veicula atitudes. Esta constatação não é, porém, confirmada quando tomamos em consideração outros níveis de análise; por ex., se nos debruçarmos sobre as modalidades com que se diz o factual, esta conclusão tem que ser relativizada - à frente daremos conta deste exercício analítico.

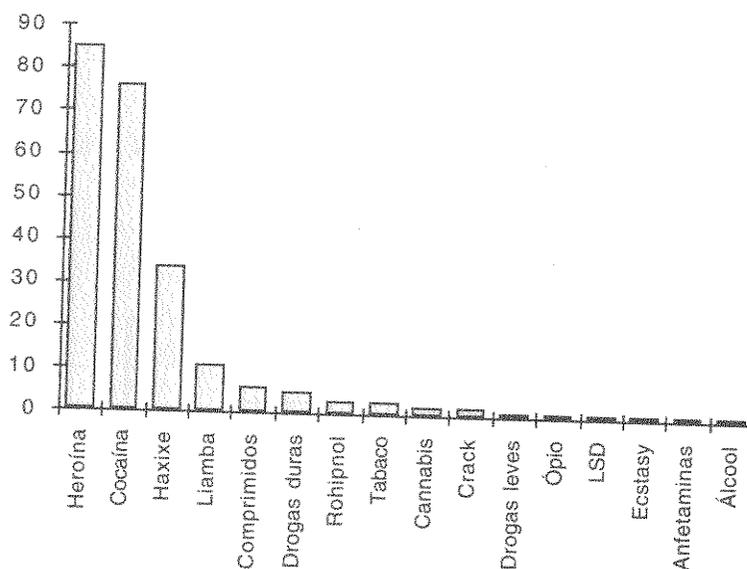
Gráfico 2 Conteúdo das notícias: totais por diário



Dos temas inventariados, aqueles que dominam largamente são os do "tráfico" (31%), "crime associado às drogas" (24,5%) e "instituições" (19,6%). O tema do "consumo" tem pouca expressão (apenas 7,6%), tal como o da "intervenção" (4,8%).

Se agrupássemos as categorias "tráfico" e "crime associado às drogas", que dizem ambas respeito a comportamentos delituosos, veríamos que mais de metade das notícias da imprensa diária (55,5%) se ocupa duma das componentes com mais impacto social do fenómeno: a droga como actividade marginal e delinquente. A corroborar isto, a quase desatenção de que é alvo o consumo. O actor das drogas que a imprensa privilegia é o delinquente, em detrimento do "drogado".

Gráfico 3 Paisagem psicotrópica



As substâncias que dominam a paisagem psicotrópica são, com larga vantagem sobre as outras, a heroína (29.3%) e a cocaína (26.2%). Somadas, são responsáveis por mais de metade das notícias. Provavelmente este resultado não é independente do anterior, em que tráfico e crime associado a drogas eram centrais: as drogas envolvidas nessas actividades são quase sempre heroína e cocaína - seriam os objectos do delito, as "drogas delinquentes"...

A *cannabis* é a terceira droga mais citada (16.5%). Mas, se a decomposermos nos seus derivados, verificamos o protagonismo do haxixe (11.7%), seguido de muito longe pela liamba (3.8%), pela etiqueta genérica "drogas leves" (0.34%), e pela própria designação "*cannabis*" (0,68%).⁽⁴⁾ O LSD, as anfetaminas, o ecstasy e o ópio estão decididamente pouco em moda nas práticas "drug": todos eles têm apenas 0.34%. Um pouco mais citados, o crack (0,68%) e o rohypnol (1%), e a designação genérica "comprimidos" (2.1%). Supomos, porém, que esta designação

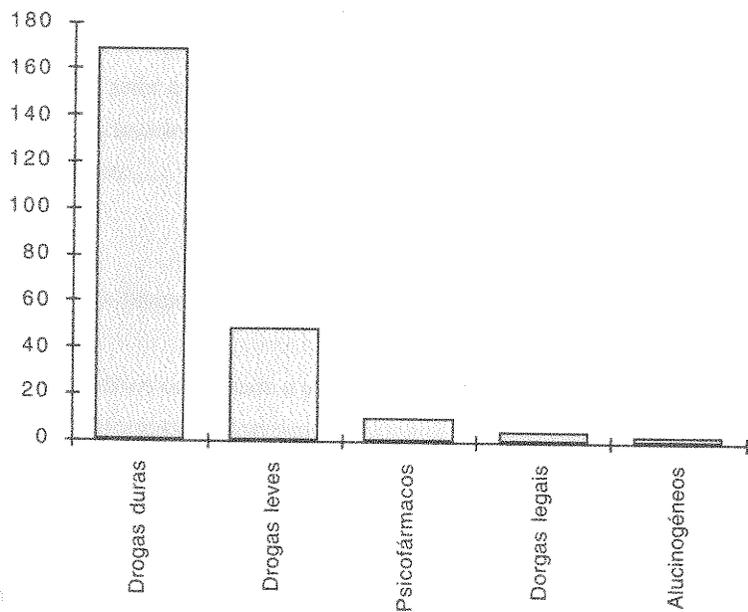
⁽⁴⁾ Ou seja, a percentagem obtida para a *cannabis* deve-se à soma de notícias em que apareciam designações "haxixe", "liamba", "drogas leves", "cannabis".

recobre fundamentalmente os drunfos, o que reforçaria a posição do rohypnol.

Se agruparmos a dispersão de nomes que vêm na imprensa pelas categorias classificativas habituais, teremos uma ideia mais clara sobre a importância relativa de cada droga para a construção da ideia de "droga".⁽⁵⁾

As drogas legais (álcool e tabaco) têm fraca representação.⁽⁶⁾ São pouco conotadas com a ideia de "droga", o que é um elemento discrepante entre o discurso dos técnicos da prevenção e o discurso do senso comum: se aquele recomenda que se informe sobre o carácter de "droga" das substâncias legais, este continua a separar *claramente* "as drogas" e o tabaco e o álcool.

Gráfico 4 "Drogas agrupadas"

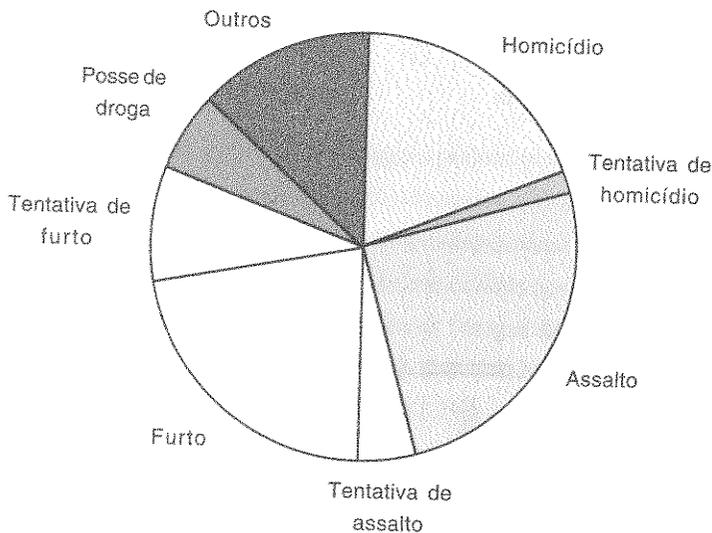


⁽⁵⁾ Sendo embora controverso, optámos por incluir o ecstasy nos alucinogéneos. Num próximo estudo talvez se justifique criar a categoria "design drugs", pois é de prever que apareçam nomeadas com muito maior frequência.

⁽⁶⁾ Contámo-las sempre que apareciam referidas nas notícias sobre "droga", e não como notícia independente, por ex., uma notícia com o título "consumo de álcool continua a aumentar em Portugal" não seria incluída na amostra.

No crime associado à droga, os delitos aquisitivos representam 60,3% dos delitos, tendo o assalto e o furto (tentados ou consumados) peso praticamente igual (29,4% e 30,9% respectivamente). O homicídio corresponde a quase 1/5 dos delitos, mas é preciso relativizar este número: o homicídio é um delito que se reveste de grande noticiabilidade, ao contrário do já banalizado furto. É, portanto, possível que aquele esteja sobre-representado e este esteja infra-representado. Esta conjectura encontra apoio empírico no facto de, no terreno, encontrarmos com grande facilidade indivíduos que furtam sem que isso seja "notícia" local, enquanto que o homicídio, raro, continua a revestir-se de excepcionalidade, quebrando a rotina do quotidiano e originando intenso comentário e rápida circulação de rumor.

Gráfico 5 Associação droga-crime



É curioso o baixo número de delitos de posse de droga (5,9%), se atendermos à grande quantidade de indivíduos que, nos territórios psicotrópicos, se passeiam na companhia de drogas...

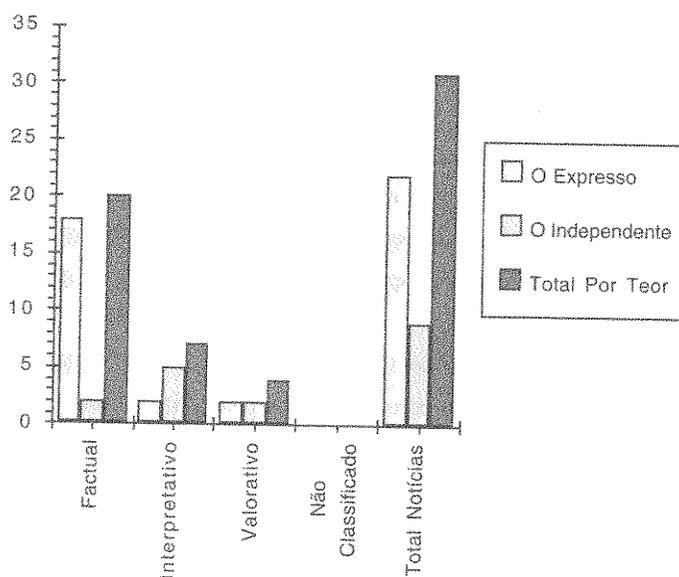
Finalmente, a categoria "outros" inclui: picada com agulha, ameaças, exploração infantil, tentativa de suicídio, suicídio, fraude, ofensas corporais + homicídio. A picada com agulha é um curioso delito: trata-se de uma nova arma, "carregada" hipoteticamente com sida. O delinquente urbano explora assim em seu proveito o grande medo colectivo do final do século, reforçando, por outro lado, a ideia comum da ligação entre droga e sida. Já sabíamos dos medicamentos serem remédio, mas também veneno. Quando, no século passado, se inventou a agulha hipodérmica, estava-se longe de supor que poderia ser máquina de assalto - e chegará o dia em que os diabéticos precisarão de licença de porte de agulha...

Quanto à distribuição geográfica das notícias, as referentes a Portugal (65.2%) predominam sobre as estrangeiras (18.3%). Houve necessidade de considerar uma categoria "mista" (3%), quando o actor é português mas actua no estrangeiro, ou quando há actores de várias nacionalidades, incluindo portugueses, quando é uma operação que envolve, por ex., Marrocos e o Algarve, etc....

- Imprensa Semanal -

Os semanários confirmam a tendência da imprensa diária para dizer as drogas, sobretudo a partir do teor informativo. Apresentam, contudo, uma diferença menos acentuada entre o factual e o interpretativo: 64,5% e 22,6%, respectivamente, dos relatos informativos. A notícia opinativa/valorativa representa apenas 12,9% do total, contra 87,1% da informativa (ver Gráfico 6). É curioso assinalar uma diferença importante entre o *Expresso* e o *Independente*: este utiliza preferencialmente a modalidade interpretativa - é mesmo, de todos os periódicos analisados, o único em que o factual não é largamente maioritário.

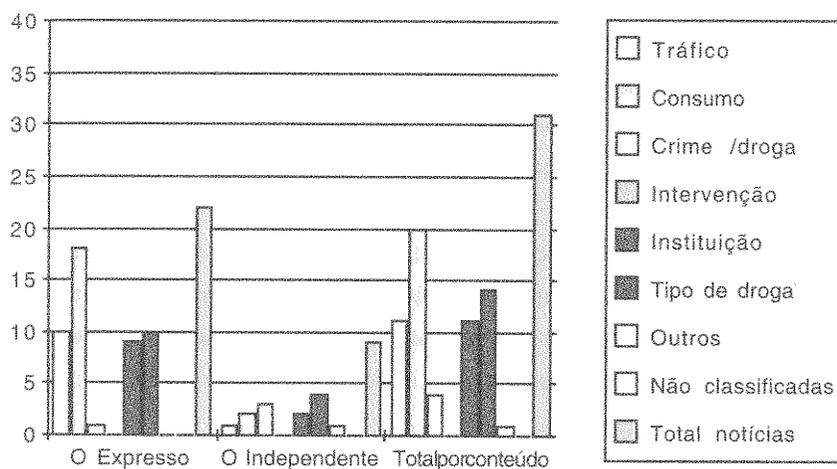
Gráfico 6 Teor das notícias: totais por semanário.



Quanto aos conteúdos (Gráfico 7), a imprensa semanal dá mais importância, seja ao consumo, seja às instituições (29% cada), aparecendo o tráfico (25,8%) e o crime associado a droga (12,9%) depois. Privilegia, portanto, menos do que a diária, o facto criminal (lembramos que nesta o tráfico tinha 31% e o crime associado a droga 24%). A intervenção, que já era uma categoria pouco representada nos jornais diários (4,8%), não é objecto agora de nenhuma notícia. É interessante assinalar uma opção que os semanários fazem, contrastante com a imprensa diária: fazer da substância o actor central, construindo o texto em volta das suas características e das suas tendências de uso. O "Independente" dedica um artigo ao ecstasy e outro àquilo que denomina "narcocolas" (2 num total de 9 artigos); se acrescentarmos a total ausência, em ambos os semanários, de referências aos produtos saídos da cannabis, constatamos que, no caso de "O Independente", procura tirar partido de novos produtos e de novos usos, dando conta das "modas" e deixando de lado o que já é velho, e no caso do "Expresso" a escolha recai sobre as

drogas duras - heroína e cocaína (os clássicos do "problema da droga") e o crack (a nova ameaça). No conjunto dos dois periódicos, a heroína representa ainda metade das notícias, e somada à cocaína 71,4% (na imprensa diária ocupa 29,3%, e somada à cocaína, 55,5%).

Gráfico 7 Conteúdo das notícias: totais por semanários



b) Análise Qualitativa

Seleccionámos três grupos de notícias para analisar em profundidade: as de teor factual, as de primeira página, e as que são acompanhadas de fotografia. O critério de selecção é, no caso do primeiro grupo, quantitativo: as notícias factuais são muito mais numerosas do que as interpretativas e as valorativas/opinativas; no caso dos segundo e terceiro grupos, trata-se dum critério qualitativo baseado na sua especial significatividade. No subtítulo correspondente a cada um dos grupos, detalharemos estes critérios.

- Notícia Factual -

As notícias de teor factual são, de longe, as mais numerosas: 81,7% da imprensa diária e 64,5% da semanal oferece relatos que se referem a eventos concretos. É um tipo de notícia normalmente breve e sintético, mas insistente pela repetição com que é apresentado. É ele que define aquilo que são os "factos" das drogas, acontecimentos diariamente relatados, segundo modalidades que propõem determinados contornos ao "problema da droga".

Que elementos organiza, então, o facto-droga? Que revelam as enunciações com que é falado? E podemos, no processo de análise, captar, não só o que se revela, mas também aquilo que se esconde? - Jogo de interpretação das lógicas não-ditas, em que se apoia aquilo que é depurado como "facto".

• os actores

Os actores a que a imprensa dá relevo repartem-se por três grupos: os do combate (com dois subgrupos: os que combatem as actividades das drogas e os que se ocupam do crime, cujos agentes são indivíduos ligados às drogas), os do tráfico, os consumidores. Como fala deles?

- *Actores do combate*: são "investigadores", "elementos", "autoridades policiais", "agentes da esquadra", "pólcias trajando à civil"...

- *Actores do tráfico*: têm geralmente mais de 30 anos, são maioritariamente do sexo masculino, vêm um pouco de todo o lado, das zonas urbanas às rurais. São com frequência um grupo de indivíduos; neste caso, reúnem homens e mulheres, com alguns deles, não raro, doutras nacionalidades. O relato noticioso refere-se-lhes como "arguidos com antecedentes criminais", "traficantes de drogas duras", "narcotraficantes", "indivíduos na posse de heroína"; a etnia cigana é referida com alguma regularidade; a "rede", actor colectivo abstracto, parece ser uma figura evidente *de per se*: "uma rede que actuava ...", não sendo normalmente fornecidas explicações (por ex.: que género de indivíduos a compõem? Como chegaram a ser "uma rede"? Que motivações têm?). É como se "a rede" tudo explicasse - encerra em si um conteúdo evidente-

mente criminal e isso parece bastar. Tem dois indicadores de qualidade (criminal, entenda-se): o número de indivíduos ("a rede dos 24") e o número das suas nacionalidades ("alguns são espanhóis, marroquinos...").

Aspecto curioso, o traficante aparece às vezes como um criativo: "A imaginação para introduzir droga não conhece limites"; quando se trata de tráfico de grandes quantidades, normalmente marítimo, "dispõe de meios sofisticados".⁽⁷⁾

- *Actores do consumo*: a notícia factual é, como sabemos, algo telegráfica. O consumidor é, quase sempre, uma figura anónima, uma "vítima da droga", um indivíduo referenciado pela sua ligação ao delito que lhe assegura o dinheiro para a substância. É "um gatuno", um "ratoneiro", um "arguido". Outras vezes é um recluso, um estudante, um militar; quase sempre, porém, desempregado ou de profissões pouco qualificadas; não raras vezes, simplesmente "um indivíduo".

É importante, no entanto, salientar a pouca atenção que é dada ao consumidor: é nomeado, normalmente, em razão do seu lado associal ou antissocial e raramente do acto mesmo de consumir - quando é o caso, é reduzido à etiqueta breve de "toxicodependente".

• as drogas

Fizemos já referência atrás àquilo que designámos por paisagem psicotrópica: que drogas têm protagonismo quando se quer falar de droga?

Relembremos que 20% das notícias se limitam a referir a etiqueta "droga" como se fosse indiferente ou desnecessário saber de qual droga falamos para aquilo que se quer relatar - é como se todas elas fossem iguais, é como se todos os produtos ilegais se equivalessem. Vimos também, quando a substância é nomeada, o grande destaque da heroína (29,3%) e da cocaína (26,2%) - o

⁽⁷⁾ Óbvio constante com a forma como é apresentada a polícia: com uma crónica "falta de meios" e sem nunca se fazer referência à sua criatividade. Os qualificativos são, neste caso, a "persistência", a "luta sem tréguas".

haxixe vem muito depois, com 11,7%. O conteúdo noticioso diz quase sempre respeito a tráfico e consumo. Uma ou outra vez refere-se a plantações de *cannabis*.

Mas o traço mais saliente é o grande desinteresse que a imprensa demonstra pela droga enquanto entidade, enquanto coisa em si mesma. A droga é nomeada para referir traficantes (mais), consumidores (menos), delito urbano. Sobre ela quase nada nos dizem. Ficamos a saber que se vendem ou se apreendem pacotes, panfletos, doses, embalagens, etc. Sobre o que sejam estas coisas, ausência total de informação. A droga continua assim uma entidade estranha, objecto distante por causa do qual todos se mexem - uns para a vender, outros para a comprar, uns para reprimir quem vende, outros para tratar quem abusa, uns para informar quem ainda não abusa ou sequer usa, outros para julgar e para vigiar quem por causa dela delinuiu, outros, ainda, para ajudar a reentrar no mundo quem, viajando para o mundo outro dessa entidade que nunca se desvela de todo, têm agora de regressar.⁽⁸⁾

Em síntese, se a droga está muito presente fisicamente - os factos a seu respeito dão origem a notícias diariamente (recolhemos 230 relatos noticiosos factuais em 180 dias) -, está, por outro lado, distante simbolicamente. O leitor comum poucas vezes tem acesso a elementos que o ajudem a concretizar uma entidade abstracta de que tanto lhe falam. Estes elementos poderiam, parece-nos, contribuir para diminuir o carácter irracional que caracteriza normalmente o evento em causa. A sociologia demonstrou já o efeito que um conhecimento fragmentário e ambíguo tem sobre a manutenção de estereótipos e a criação do rumor. A distância simbólica dum facto vivido como ameaçador reforça a fractura entre o "outro mundo" onde esse facto reina, e o mundo ordinário - não é mero acaso que se tenha instalado a expressão "mundo da droga".

⁽⁸⁾ Muito posteriormente ao nosso período de amostragem, surgiu informação sobre a droga-em-si, integrada em dossiers alargados sobre o fenómeno e normalmente no diário "Público". Era transmitida informação onde se pretendia uma neutralidade científica - características psicofarmacológicas, consequências do abuso, etc. Mas trata-se de notícias muito espaçadas no tempo uma em relação às outras, ao contrário da presença insistente da notícia factual que estamos a analisar.

• os lugares

Torna-se impossível escolher lugares-tipo: as drogas parecem poder estar não importa onde. Vejamos por partes:

- *Lugares do tráfico*: nos espaços urbanos aparece com frequência o bairro, mas o normal é que se refira uma rua, sem especificar em que parte da cidade se encontra. Refere-se também o "apartamento"; nos espaços menos caracteristicamente urbanos e de interior, é importante "o café" - mas nem o "largo da igreja" está isento duma actividade que aparece disseminada por todo o país. Tão disseminada, que está mesmo dentro dos muros da prisão (numa extensa notícia, é o próprio director dum Estabelecimento Prisional que o admite).⁽⁹⁾

- *Lugares do Combate*: há uma referência recorrente a "locais de consumo e tráfico vigiados pela polícia". O sistema de controle conheceria o mapa da cidade química ilegal, tê-lo-ia sob mira. Numa actividade ameaçadora introduz-se o elemento securizante, possibilitando talvez a ideia de que o fenómeno está controlado.

- *Lugares do crime associado às drogas*: a "artéria da baixa" é o mais frequente. Mas nenhum lugar da cidade parece estar isento, do centro histórico a um centro comercial, dum w. c. público à igreja... A mobilidade caracterizaria o delinquente-drogado: nalguns relatos noticiosos percorre "várias localidades do interior", "três vilas na mesma tarde"... O furtivo ladrão de carteiras por esticção é bem o protótipo disto: deslocando-se de mota, deambula por qualquer lado da cidade.

- *Lugares do consumo*: quase não são referidos isoladamente, aparecendo normalmente associados aos do tráfico. É como se, só por si, não tivessem noticiabilidade.

⁽⁹⁾ Se o critério de retenção das notícias fosse outro - tendo, por exemplo, como palavra chave "Bairro Social" ou "Insegurança Urbana", veríamos o papel central que é atribuído ao habitat do bairro social das grandes cidades como o lugar privilegiado do mercado psicotrópico. Num dossier sobre insegurança que surgiu no "Público" ("O Atlas de Portugal com medo", 15 de Janeiro, 1995), a lista dos lugares considerados mais inseguros em Lisboa e no Porto era encabeçada por vários bairros sociais, e o motivo apontado para a insegurança era "o tráfico da droga".

Em síntese, "Os lugares" é a categoria de análise onde melhor se revela o carácter difuso do psicotropismo: a sua presença é em rede, a sua modalidade a penetração - em novos espaços (por ex., a ruralidade) e em lugares onde era suposto não poder existir (uma prisão). Tem uma omnipresença intersticial: estando onde quer que seja, não é quem quer que o vê. Parece-nos - é apenas uma hipótese interpretativa - que a notícia que elege como referente a penetração da droga em espaços tradicionais - aldeias do mundo rural, por ex. - veicula uma transgressão carregada de simbolismo: não se trata dum mero acto de delinquência vendê-la ou usá-la, trata-se de subversão de códigos ancestrais e de formas de vida solidamente validadas pelo tempo. A droga, ao chegar, traz consigo os novos estilos de vida e o tema nuclear da insegurança nos lugares que eram o modelo da ordem social - é a droga-atentado.

• os objectos

Há a referência a uma série de objectos nos relatos noticiosos (contemplámos esta categoria de análise depois de verificarmos que o fenómeno droga é profusamente material). Não valerá sequer a pena fazer referência à seringa do consumidor ou à balança de precisão do *dealer* - fazem parte do senso-comum sobre o tema. Que outros objectos aparecem então?

- *Objectos de Combate*: são os objectos necessários para o *way of life* da repressão. Exemplifiquemos com o "cão treinado para descobrir droga" ou com o "aparelho com dispositivo de raio X para detectar droga" (em Estabelecimentos Prisionais)... Surgem por vezes objectos pouco esperados: por ex., as camisolas de uma equipa de futebol amador com uma mensagem anti-droga inscrita. No entanto, aquilo que é mais insistentemente referido é "a falta de meios técnicos e humanos".

- *Objectos Apreendidos*: para além, evidentemente, das drogas, é o dinheiro (às vezes moeda estrangeira), armas, objectos "para manipular drogas", automóveis, motos, matrículas falsas, balanças de precisão. Aos traficantes são identificados vários objectos que serviriam para fazer passar substâncias proibidas. O ramo alimentício está representado, com iogurtes, bacalhau, pacotes de manteiga, pratos estanhados de refeições pré-cozinhadas... Neste tudo-serve não faltam sequer as fraldas de bebé nem o próprio bebé.

- *Objectos do crime associado às drogas*: todo o objecto captável por esticção, com as carteiras e os fios de ouro à cabeça. Se no caso anterior falávamos da importância do ramo alimentar, temos agora de dar destaque ao dos electrodomésticos. A figura do auto-rádio, essa, é já um lugar comum.

• as instâncias

A notícia factual interessa-se muito mais pelas instâncias de combate à droga do que pelas terapêuticas e de reinserção social. Esta atitude é, de resto, coerente com a forma de apresentar os acontecimentos: aparecem como factos criminais, agidos pelo delinquente comum, mas também pelo criminoso de carreira.

O combate é noticiado segundo duas modalidades, sendo a segunda mais frequente: a preventiva e a repressiva.

- *Preventiva*: o alvo é normalmente a juventude, que é descrita como um sector etário "a sensibilizar"; objectivo: evitar "o consumo de estupefacientes". Evitar a droga é saber "estar alerta" - é como se o psicotropismo atacasse mais depressa os distraídos e os incautos.

- *Repressiva*: é aqui que a clássica expressão "combate à droga" mostra o seu porquê. Com efeito, os modos de descrever as acções de repressão relevam da linguagem bélica: as "operações relâmpago" adoptam nomes de código ao estilo das ofensivas militares, e "atingem quase todos os alvos apontados no plano da preparação", como, por exemplo, "a captura de traficantes"; tal como na conquista militar também aqui "se estende a acção". Os protagonistas são a PJ, a PSP, o SRITE, a GNR - algumas vezes colaboram instituições civis, testemunhando a necessidade da "união no combate".⁽¹⁰⁾

⁽¹⁰⁾ Se a recolha do discurso da imprensa se tivesse feito a partir de 1994, veríamos surgir uma nova figura do "combate à droga": a milícia popular. Estes movimentos de auto-defesa colectiva surgem, primeiro, fora dos grandes centros urbanos, normalmente dirigido o ataque a acampamentos ciganos, e passam depois para a grande cidade - no Porto, as milícias do bairro do Lagarteiro, que logo têm replicações disseminadas, à semelhança de pequenos abalos que se seguem ao sismo principal. Algumas delas (especialmente Serém, em Águeda), revestem uma violência mais forte do que a suposta violência que combatem.

Para o paralelo ser ainda maior, também aqui há infiltrados nas hostes: agentes da PJ prendem agentes da PSP que tinham ligações no interior de redes de tráfico; nesta guerra sem tréguas não haveria, aliás, porto seguro e o inimigo pode alojar-se dentro do quartel: notícia-se a droga dentro das prisões - tem a propriedade de minar por dentro até os lugares de eleição para o castigo de traficantes, convertendo-os em palcos de um micro-tráfico que "gera tensão", "causa mal estar", provoca "ajustes de contas"; ou seja, dá a impressão de que a droga no sistema penitenciário desencadeia os mesmos efeitos que desencadeia na vida social ordinária.

• o discurso directo

Quem elegem os jornalistas para contar o factual das drogas? Quem tem voz, quem tem o poder de dizer o fenómeno em causa? Aparecem, aqui e ali, os consumidores e reclusos. Mas quem normalmente fala são figuras das instâncias do combate. A definição do "problema da droga" constrói-se através das formas discursivas próprias ao controle social, desenhadas através de dicotomias: ordem social - desordem trazida pelo "mundo da droga"; polícia-traficante; expansão crescente das substâncias proibidas - apreensão crescente delas; aumento da delinquência originada nas drogas - aumento dos reclusos originados nelas... O tema do aumento é a modalidade mais recorrente no discurso directo dos vários actores: "consumo e distribuição estão a aumentar de forma alarmante". A droga é fenómeno em que tudo cresce: ela própria e a sua apreensão, consumidores, traficantes, meios para o combate, lavagem de dinheiro e dinheiro para o combate... É, portanto, natural que o tema do aumento se faça acompanhar dum outro: o do pedido de defesa, a "necessidade de proceder a buscas regulares por parte das autoridades nos lugares apontados".

• o sistema explicativo espontâneo

Já vimos como a notícia de teor factual é pouco abundante em elementos que enquadrem os acontecimentos. Não fornece, assim, elementos que permitam, mais além da mera constatação

do "facto", a compreensão das dinâmicas e dos processos em que se origina ou que permite trazer à luz. Em todo o caso, é possível detectar, pelo menos, dois tipos de explicação implícita ou espontânea:

- *A Contaminação*: os delitos praticados nas imediações de zonas conotadas com droga têm a sua origem esclarecida: "presume-se ser o furto para obter dinheiro para comprar droga, pois o local é frequentado por toxicodependentes". Esta figura explicativa liga-se de resto à seguinte:

- *Delito económico-compulsivo*: o crime associado às drogas ordenar-se-ia a "satisfazer exigências que o vício da droga comanda". Esta é a formulação mais frequente dos eventos quando se pretende uma explicação, e testemunha a continuidade, através do discurso da imprensa; uma figura explicativa também presente nas formulações da comunidade científica desta área.

- Primeira Página -

Nota Prévia: não há notícias de primeira página sobre drogas, no período em análise, em semanários. O texto aqui apresentado refere-se, portanto, à análise da imprensa diária.

A droga como tema de primeira página não é frequentemente utilizada. Apenas 2.75% das notícias sobre droga no período em análise foram título de primeira página, se incluirmos como primeira página a capa do "Local" do jornal "Público". Se considerarmos apenas a capa dos jornais, propriamente dita, então a percentagem desce para 2.06%.

Há uma diferença nítida entre os dois jornais analisados no que toca à utilização da primeira página para noticiar a droga: o Público é responsável por 2/3 das notícias e o JN por 1/3 - respectivamente 2.37% e 0.68% em relação ao total da amostra.

Em relação ao próprio jornal, o Público coloca 6.1% das notícias de droga em primeira página e o JN apenas 1%. Assinale-se que o JN contribui com mais notícias, no entanto, para o corpus de análise.

É exactamente o *efeito de raridade* da notícia de primeira página sobre droga que torna o seu aparecimento muito significativo: das vezes em que aparece é de esperar que se trate dum facto relevante, já que a droga não está banalizada como tema de primeira página. Justifica-se assim uma análise do seu conteúdo.

A totalidade das notícias de primeira página, indistintamente do periódico em que se encontram, diz respeito ao *tema do tráfico*: rotas da droga, julgamento de redes de traficantes, apreensões importantes em quantidade, desmantelamento de redes pela polícia.

• os actores e as instâncias

- *do combate*: PJ; agentes especializados na investigação do tráfico de droga; Direcção-Geral da Polícia Espanhola; as autoridades espanholas.

- *do tráfico*: "rede dos 24"; "Alfredo Teixeira", um dos agentes mais condecorados da PSP do Porto e réu no julgamento de tráfico de estupefacientes (...), a componente portuguesa de organização; José Luís Charlin Gama, financiador de toda a operação, irmãos Anselmo e Daniel Carvalho, organizadores da droga.

Em síntese:

Os actores do combate são sempre instituições ou agentes institucionais individuais anónimos; os do tráfico, tanto são uma rede, como indivíduos identificados nominalmente. Quando tal não é possível, o actor do tráfico é "droga", "estupefacientes", mas às vezes especifica-se: "coca", "haxixe". Aos actores do tráfico chama-se-lhes, normalmente, "narcotraficantes".

• os lugares

- Região centro do País - Marinha Grande e Leiria ("Rede dos 24 desmantelados pela PJ");
- Murtosa, onde um casal da Régua funcionava como entreposto para colocação de haxixe na Galiza e Pontevedra, "com o grosso desta rede de tráfico no sul do País";
- Bairro da Sé, Porto - "rede de estupefacientes da Sé" - caso A. Teixeira;
- Açores, "faz parte dos percursos marítimos habituais do tráfico destupefacientes", "nas rotas que cruzam o Atlântico Norte - ligando o norte de África à América do Norte e América Latina à Europa";

- "Cocaína da Galiza era para Peniche";
- Vigo, "desde a Venezuela até à Península Ibérica".

Em síntese: a rede da droga espalha-se em rede. Precisamente. É daí concerteza que vem o termo rede. Veja-se que, numa mesma operação, podemos ligar pela mesma linha condutora - o comércio do haxixe - a Régua, a Murtoza, Pontevedra, Galiza e Sul do país. Bairro, aldeia, cidade ou região geográfica, ilha ou continente, terra ou mar, tudo serve como nó de rede. A droga é omnipresente, é omniterritorial, é transatlântica. Eis a enormidade espacial do fenómeno psicotrópico.

- o sistema explicativo espontâneo

As notícias de primeira página não fornecem, geralmente, elementos explicativos da ocorrência que noticiam. Das 6 notícias de primeira página, apenas uma o faz (16.5%), quando cita a explicação avançada em tribunal por um agente da PSP do Porto acusado de "tráfico de estupefacentes": "Acusou, ontem, a Polícia Judiciária de o ter detido para impedir que as suas investigações chegassem ao fim. E, no fim, precisou, seriam inculcados agentes da PSP".

Em síntese: fornecer elementos explicativos não parece ser importante como estratégia comunicativa imediata da imprensa. O importante é noticiar a "apreensão", "captura", "desmantelamento", "coca", "haxixe", nomeando depois em curto texto actores, instância de combate e lugares. A única notícia que fornece um elemento explicativo para a acção noticiada faz saber ao leitor que os polícias prendem polícias para impedir que prendam os verdadeiros traficantes. E que polícias obrigam polícias a passar por traficantes para impedir que os verdadeiros traficantes dentro da polícia sejam identificados. As figuras da polícia e do traficante confundem-se, assim, ao ponto de poderem concentrar-se numa pessoa...

- as drogas

50% das notícias nomeiam directamente a droga: "haxixe" (uma vez), "cocaína" (duas); as outras 50% falam em "rotas da droga", "narcotráfico", "droga".

Em síntese: a droga, ou é entidade inespecífica (em metade das vezes), ou é a cocaína e o haxixe. Dado que a centralidade é colocada em dois dos produtos mais proscritos no Ocidente, é surpreendente a ausência do mais proscrito deles: a heroína.

A estratégia comunicativa da imprensa, no que toca às drogas, baseia-se na eleição do tema criminal. A droga como destaque de 1ª página aparece como uma luta entre polícias e traficantes, travada em rotas geográficas diversas e díspares. Uma luta não-importa-onde, onde se faz eco da vitória dos primeiros sobre os segundos, traduzida nas "detenções", no "desmantelamento", no "julgamento", na "apreensão". Embora a droga esteja em toda a parte - elemento ameaçador -, é nítido que a polícia obtém êxito no combate - elemento securizador. Mas... e se os traficantes também estivessem entre polícias? Afinal o jogo não é dicotómico e claro - elemento de suspeição - recolocando a tónica sombria e inquietante no fenómeno.

- Notícias Com Fotografia -

O facto de darmos atenção às notícias que vêm acompanhadas de foto tem razões semelhantes às que presidiram à análise das notícias de primeira página. Trazer foto, tal como ser destacado em primeira página, corresponde a um tratamento formal da notícia que pretende induzir algum efeito preciso: a foto é um meio de *in-formar* (Imbert, 1992). Se a notícia meramente denotativa informa, em princípio, sobre o real, os adereços, chamemos-lhe, que lhe ditam a visibilidade, influem no modo como a notícia é percebida. Informar é justamente formalizar a sua leitura, informando sobre o modo como deve ser percebida. E, para levar a cabo esta tarefa, é verdadeiro o ditado: uma imagem vale mais que mil palavras.

Se, como diz Imbert (1992), "o discurso dos media responde a um modo de existência semiótico no qual há uma realidade representada", a foto revela-o em toda a sua extensão.

É sabida a tendência dos jornais mais "à la page" para produzirem efeitos visuais no modo como propõem a apreensão da informação. Assim sendo, a foto é estratégia central. Mas também a forma (semântica e espacial) de intitular. O título - seja caixa alta, seja legenda na foto - é um atractor que introduz uma ordem esperada na apreensão do teor informativo por parte do leitor. Gerard Imbert (1992) propõe mesmo que se fale de iconotexto: "(...) a realidade que oferece um diário é um objecto construído (a in-formação), construção na qual intervêm diferentes sub-códigos próprios da linguagem jornalística, que pertencem, tanto ao verbal, como ao não-verbal, mas cujo componente visual é inegável (até o verbal, num título, por ex., pode ser objecto duma leitura icónica)".

Em síntese: a foto é um sub-código central na linguagem jornalística. É táctica que propõe conotações, que gera impressões. E o carácter impressionístico dum objecto é justamente aquilo que permite diferentes jogos simbólicos a seu respeito.

Podemos nós, analisando as notícias com foto, pôr a descoberto que jogos simbólicos são propostos relativamente ao "problema da droga"?

Constatação primeira: o periódico que privilegia o informativo centrado no facto, na notícia de ocorrência, onde se propõe uma "objectividade" fundada no denotativo (identificar o actor, a ocorrência, o local, a hora...), é também o que utiliza menos a foto e o que interpreta menos a notícia. Ao invés, aquele que mais interpreta, que não privilegia tanto o denotativo/factual, é também o que dá mais destaque à evidência visual da notícia - abrindo, através da foto, portanto, um trabalho de elaboração simbólica que cabe ao leitor.

Com efeito, nos diários analisados, verificámos que as notícias de teor informativo (que opusemos às opinativas/valorativas e que subdividimos em factuais e interpretativas) são, de longe, responsáveis pela maior parte do material eleito pelos media: 86.1%. Mas, destas, a maior contribuição é dada pelo JN, com 64.90% (35.1% para o Público). Por sua vez, 97.5% das suas notícias, que categorizámos como informativas, são codificáveis na sub-categoria factual, e 2.5% na sub-categoria interpretativo. Quanto ao Público, apresenta 80.7% de factuais e 19.3% de interpretativas. Ou seja, o JN contribui mais, não só para o total de informativas, como, dentro destas, contribui também mais para a modalidade "objectiva" que traduzem as factuais. Curioso pôr estes números em relação com a utilização de fotos. Em primeiro lugar, convém

referir que a fotografia não é, tal como o não era a notícia de primeira página, um expediente muito explorado: só 14.1% dos relatos recorrem à ilustração iconográfica. Mas, destes 14.1%, 8.2% são assegurados pelo Público e 5.9% pelo JN. Dado que o Público contribui para o total da amostra com apenas 1/3 das notícias, conclui-se facilmente que privilegia muito mais a notícia com foto - fá-lo, com efeito, 24.7% das vezes que noticia drogas (contra 8.8% do JN). Em síntese: quanto mais factual, denotativa e objectivamente se constrói a notícia, menos se recorre à foto, evitando os jogos interpretativos e a manipulação impressionística daquilo que se quer noticiar.

E quando se recorre à fotografia, que iconofacto se propõe?

Podemos, numa primeira análise, estabelecer os seguintes grandes grupos de notícias, consoante os símbolos que propõem:

- *símbolos do combate*: 7 notícias, das quais 6 se referem a actores e 1 a instituições;
- *símbolos do "mundo da droga"*: 18 notícias, das quais 5 se referem a actores (todos eles consumidores),⁽¹¹⁾ 13 a objectos (por ex., apreendidos - pistolas, peças de ourivesaria, drogas) e 1 a lugares (foto dum estabelecimento de lavagem de dinheiro);
- *símbolos do "mundo da droga" e do seu combate na mesma notícia* (5 notícias);
- *símbolos da circulação mundial da droga* - trata-se neste caso de gráficos que indicam rotas das drogas (2 notícias);
- *símbolos que associam mundo mediático e mundo da droga* (2 notícias): gente que, de algum modo, já era "do outro mundo" caída neste mundo outro representado pelos psicotrópicos - vidé o "cocainómano" Diego Maradona.

Procedendo a uma análise mais detalhada, fazemos a codificação de cada um destes grupos pelas diferentes categorias da nossa grelha de análise de conteúdo, de modo a irmos extraíndo comentários e interpretações do material:

⁽¹¹⁾ Nestes, uma das fotos retrata um indivíduo morto por *overdose* num wc público - diríamos, pois tratar-se dum ex-consumidor.

- símbolos do combate

O elemento da foto é quase sempre um actor, que remete, através da legenda, para uma instância. Políticos e órgãos de soberania, não sendo agentes directos de combate, aparecem, no entanto, no imaginário visual proposto pela foto, como os seus grandes impulsionadores. Vejamos:

Das 7 notícias, 5 fotografam representantes dos órgãos de soberania: Primeiro-Ministro; Ministros de várias tutelas (como o da Justiça em primeiro plano; Presidente da República e Presidente do Supremo Tribunal, Ministros dos Negócios Estrangeiros português e ondurenho, Alto Comissário anti-droga; "Supremo Juíz" da luta anti-droga em Espanha).

Uma delas fotografa uma equipa de terapeutas; finalmente, outra mostra o tribunal de Alcobça, em cuja fachada se lê "Domus Justitiae". Curioso contrastar o seguinte: enquanto nas notícias informativas de tipo factual, o actor do combate é maioritariamente o agente policial, a brigada, os investigadores policiais, nas que oferecem tratamento fotográfico, o protagonismo pertence a políticos (mais) e a juízes (menos). É como se a tarefa de repressão no terreno fosse anónima, traduzindo apenas a vontade das instâncias, cujo discurso e cujas presenças, esses sim, assumem grande visibilidade.

A foto da equipa de terapeutas tem uma legenda ilustrativa: "A equipa de técnicos do Murtal: terapêutica de disciplina e responsabilidade". Inscrição reveladora das táticas que regem toda a estratégia de docilização dos indivíduos...

- símbolos do combate e da droga associados

Das 5 notícias, 4 dizem respeito a fotos em que aparecem, em simultâneo, actores do combate e actores das drogas. E, aqui sim, ao procurar associar-se directamente um actor da repressão ao "mundo da droga", associação que obviamente ocorre nos lugares quotidianos das drogas, o protagonismo recai exclusivamente sobre o polícia. Contactar a realidade de tal mundo já não é tarefa para outras instâncias. O *polícia* aparece com o traficante (foto do correio de coca com o típico cinto psicotrópico em plena barriga e um agente de cada lado), com a droga (foto do cão que "cumpre a missão para que foi treinado: descobrir droga dura", diz a legenda), com os

lugares típicos das drogas (foto de agentes a vasculhar a mala de um carro, ao pé de um barraco num pinhal; foto dum polícia em plena acção, sob os olhares da população dum bairro degradado do centro histórico da cidade).

Mas uma mesma notícia pode também associar fotos de directores de prisões e armas brancas, ou juízes e navios... O navio é um curioso objecto para jogar com ambiguidades: transportará droga, indo o juiz condenar os criminosos? O ar enigmático do juiz, cuja legenda refere unicamente "Baltazar Ganzón", pretende dizer que no combate à droga as autoridades ficam "a ver navios"? Eis um belo exemplo dos jogos projectivos e simbólicos a que se presta o tratamento fotográfico dos acontecimentos...

Em síntese: a associação directa dos dois mundos, em conjunto, revela assim o seguinte:

a) actores: polícias fardados e à paisana, cães-polícias, um juiz, um director de prisão; traficantes.

b) objectos: televisões (um agente da PSP carrega uma TV pelas escadas do bairro da Sé abaixo, dizendo a legenda que se trata duma "operação anti-droga"); coletes anti-bala e viaturas suspeitas (sic) (foto de polícias à paisana que nos diz na legenda: "agentes equipados com colete anti-bala quando procediam à revista de uma viatura suspeita"); objectos pontiagudos e cortantes.

c) lugares: estabelecimento prisional; barracas no meio de um pinhal; um porto de mar; um bairro degradado do centro histórico.

Salientemos pois que, nas imagens que se propõem ilustrar o confronto de dois mundos, não há lugar para os consumidores - tudo se joga entre actores de instituições repressivas e traficantes. Mas, se os consumidores estão ausentes, os traficantes também cedem a sua presença, normalmente, a objectos que remeteriam para eles: "carros suspeitos", navios, pilhas de pacotes de coca, um estabelecimento prisional. O inimigo não tem rosto, revela-se por indícios.

Também os lugares não remetem nunca para o consumidor: ou mostram lugares onde se exerce combate ao tráfico, ficando o leitor a saber que se trata, ou de zonas de habitat degradado, ou de zonas comerciais, ou mostram lugares que são instrumentos de reposição de ordem.

- símbolos do mundo da droga

Repartem-se por três categorias: actores, objectos e lugares.

a) actores: 5 notícias dão imagem do "mundo da droga", através dos seus actores, num total de 6 indivíduos. Que fazem eles? Três picam-se (a legenda não esclarece de que droga se trata), um fuma (e a legenda fala em agulhas, não se referindo ao teor do cigarro,...), outro *snifa* (não tem legenda), finalmente outro jaz morto num wc público. Quem são? A legenda nunca esclarece, e as fotos são pouco claras. Num caso não se distingue sequer o sexo e em outras torna-se discutível, embora alguns promenores (por ex., forma dos músculos dos braços) aponte para o sexo masculino. Se em três deles a idade é inconstatável, nos outros três trata-se de indivíduos adultos. As fotos parecem não corroborar o esteriótipo da "toxicomania juvenil". Corroboram, no entanto, outros esteriótipos: o indivíduo que fuma (tabaco? charro? ou outra coisa?) tem barba e cabelo, num visual típico do *freak*, o que snifa veste fato, tem óculos e bigode - pode tratar-se de alguém com uma profissão de nível médio do mundo normativo. É provável que surjam no leitor as associações clássicas: drogas leves/*freak*, cocaína/executivo.

Em síntese: os actores das drogas parecem relacionar-se sobretudo com drogas duras (5 em 6 casos), por via injectável (metade dos casos), e não são associados directamente ao mundo juvenil. A morte é um horizonte presente no quotidiano de quem opta pelas drogas duras.

1.4. Síntese crítica

A "proposta de realidade" (retomemos a expressão de Nebreda, Sendra e Albert, 1987) que a imprensa fornece a propósito das drogas é a dum sub-mundo criminal que as forças de controle social se empenham em combater. O relato informativo é a modalidade mais frequente e a opção pela descrição factual "objectiva" muito mais frequente do que a descrição que procura elementos para o enquadramento dos acontecimentos. O leitor não dispõe assim de esquemas interpretativos com que possa dar sentido ao factual. Predomina a intriga à volta das redes criminais e do seu desmantelamento, predomina o confronto entre traficantes e polícias, políticos e magistrados. Os primeiros são figuras furtivas, sem rosto e, com poucas excepções, percebidos

através de indícios; os segundos são, com frequência, figuras públicas. O relato informativo reforça assim a centralidade destas figuras, ao mesmo tempo que contribui para as mitificar - alimenta a imagem do traficante como um personagem ameaçador de carácter difuso. É conhecido o efeito de manter um determinado fenómeno com este desenho: abre-se lugar ao esteriótipo redutor, em detrimento do esclarecimento dos seus determinantes. A ameaça genérica droga parece materializar-se numa actividade (o tráfico), e num actor (o traficante) - sublinhe-se a pouca atenção que a imprensa confere ao utilizador. Afinal, vistos de perto, são difusos: aquela reduz-se a rotas internacionais que são, no limite, setas em mapas, ou a lugares insituáveis ou remetidos para a margem (o bairro degradado, o barraco no pinhal...); o *dealer*, esse, é figura sem rosto, personagem normalmente com mais de 30 anos e que está um pouco por todo o lado, do centro de Lisboa à Murtosa, do centro do Porto a Figueiró dos Vinhos, dum apartamento a um navio - carácter omnipresente e movediço da ameaça.

A associação droga-crime vê-se, pois, plenamente confirmada pelo discurso da imprensa. O crime é quase sempre contado sob forma de tráfico, mas também, dum modo que se é menos destacado é ainda assim constante, sob a forma de pequeno delito urbano. A notícia sobre este tem um tratamento mais modesto, banalizou-se nas colunas de casos do dia - mas actua por insistência, instala-se por repetição, criando a ideia duma urbe insegura por causa da droga. Quanto ao crime violento (considerámos aqui os crimes contra as pessoas e inventariámos a tentativa de homicídio, o homicídio, as ofensa corporais e a picada com agulha), tem uma expressão menor do que os crimes que não envolvem violência (furto, burla, fraude...): 22.5% contra 44.1% dos crimes associados a drogas.⁽¹²⁾ É conveniente considerar a possibilidade de, mesmo assim, estar sobre-representado, dada a especial noticiabilidade de que se reveste. Damos assim suporte à afirmação, repetida por responsáveis do controle social, ao tentarem desdramatizar o crime de insegurança em torno do fenómeno droga, de que o crime violento não é importante - procuram ligar

⁽¹²⁾ A tentativa de assalto, o assalto, a tentativa de suicídio, o suicídio e a exploração infantil não foram incluídos na divisão crimes violentos/não violentos. O assalto pode envolver ou não violência contra pessoas; quanto ao suicídio, é discutível a natureza violenta deste acto. Diremos o mesmo para a exploração infantil (uma criança de dez anos que "faz um recado" e vai levar um "pacote de oitenta" de heroína a um cliente, está a ser sujeita a violência?).

assim o crescimento do sentimento de insegurança ao pequeno delito.⁽¹³⁾

Paralelamente às formas criminais que a droga engendraria, aparece o tema do combate. É tratado com igual destaque informativo, dando protagonismo a figuras do controle social (por ex., magistrados, técnicos prisionais e a políticos). O combate assume a forma duma incessante luta, feita de avanços e de recuos, e onde é sempre proclamada a falta de meios. Esta explica as derrotas do combate à droga e reforça a crença na necessidade de dar mais poder ao poder. O que a proliferação discursiva da modalidade batalha tráfico-combate parece revelar é a reactualização, permitida pela droga, do jogo centro-margem, ordem-desagregação social. No habitualmente designado "xadrez complexo da droga" jogam-se os símbolos de desordem e das táticas de normalização (esclarecedor que a legenda da foto dum novo centro de tratamento diga "centro x, terapêutica da disciplina e da responsabilidade" - a droga-doença curar-se-ia, não pelo clínico, mas pelo trabalho da norma e dos valores). Não deixa de ser surpreendente a pouca relevância dada ao consumidor de psicoactivos neste jogo de interacções: é como se ele fosse figura secundária. Contrariamente aos diários, os semanários dão alguma importância ao consumo de drogas (tema dominante no "Expresso") e o segundo no "Independente" (logo a seguir ao crime associado a drogas). Mas o elemento central é mais o produto do que o indivíduo que o usa. O "problema da droga" esgrime-se para lá dele, desloca-se para o terreno do colectivo: a droga é ameaça macro (controle do tráfico, redes internacionais) e micro (desordem na urbe, delinquência/insegurança nos espaços de sociabilidade quotidiana). Se exceptuarmos alguns artigos de fundo, minoritários quantitativamente e espaçados no tempo, o fluxo diário de notícias retira quase por completo o consumidor da intriga relatada. Nada é dito sobre regimes de consumo, os seus significados, os porquês da adopção desta ou daquela droga, o contexto de vida do indi-

⁽¹³⁾ Se analisássemos a imprensa de sensação, que explora as grandes formas criminais clássicas e dá destaque ao hediondo, veríamos que procura com frequência associar a droga aos factores que impelem ao crime. Não discutiremos esta modalidade do jornalismo, mas terá certeza a sua quota-parte para a manutenção da pouca clareza e das margens de ambivalência que caracterizam o tema droga, o que contribui certamente para alimentar o pânico moral que tem gerado - e que os recentes movimentos de auto-defesa da população vêm validar empiricamente.

víduo em causa... Notícia-se aquilo que se abateu sobre o indivíduo ("encontrado morto no WC com seringa no braço"; "apanhado a consumir heroína"...), não fornecendo ao leitor elementos que permitam enquadrar compreensivamente o sucedido. A razão de tudo está sempre numa entidade que resulta, deste modo, numa abstração: *a droga*. "Foi por causa da droga"- a droga é uma espécie de princípio causal que, ao invés de exigir explicação, parece fornecê-la.

E quanto à expressão eco-social do fenómeno? Tal com acabámos de constatar para o utilizador, também neste caso pouco se diz. Se quisermos encontrar elementos acerca dos contextos onde as drogas são ditas, teremos de deslocar-nos para as notícias sobre espaços urbanos com problemas - com a figura do "bairro degradado" à cabeça. Mas estas notícias ficaram, dum modo geral, de fora do nosso *corpus* de análise, pois não são captáveis com os critérios de retenção utilizados. Não são notícias sobre drogas, mas sobre bairros sociais, sobre zonas de habitat desqualificado, concentrações de barracas... em que a droga é enumerada na lista de problemas desses aglomerados, não raro com factor de conflito e de agudização dos problemas já endémicos. Podemos, isso sim, verificar a centralidade dos bairros sociais nas notícias da nossa amostra, relativas a apreensões ou ao lugar de origem de indivíduos do delito urbano. Mas, neste caso, não são fornecidos elementos detalhados sobre estes espaços, ou sobre as ligações eventuais entre as suas características e os comportamentos que aí ocorrem.

Em suma, o nível eco-social das drogas, se bem que pouco presente na nossa amostra, propõe uma compreensão com base no urbano periférico, no habitat degradado, na desordem socio-espacial. Afigurou-se-nos interessante analisar notícias que tenham nestes espaços o referente central - como são ditos os territórios psicotrópicos? Que imagem dá deles a imprensa? Que *propostas de realidade* sugere?

Recolhemos, para o efeito, um conjunto de relatos noticiosos que relacionassem espaços urbanos com drogas e que, por não conterem as palavras-chave para a retenção da notícia no seu título, não figuravam na amostra anterior. Limitámos esta recolha à zona da Pasteleira, onde se situam os bairros sociais e onde levámos a cabo a pesquisa etnográfica que relataremos na PARTE B.

2. Os bairros

Não se trata de extrair "a realidade" a partir dos artigos de jornal, mas de dar conta dos elementos simbólicos que são transaccionados na dinâmica social a propósito destes espaços¹⁴⁾ ou, se se quiser, trata-se de nos deslocarmos a um outro nível da realidade: não o do substancialismo das "coisas que se passam", mas o da interacção simbólica das "coisas que se dizem", demonstrado que está que este processo se relaciona com a definição de identidades colectivas e com a formação de reacções sociais.

Finalmente, poderemos confrontar as imagens que os *media* escritos fazem circular sobre os "bairros das drogas" com o nosso material empírico, sobre o qual se apoiarão os capítulos seguintes.

2.1. Recolha das notícias

Fomos recolhendo notícias em dois jornais diários de grande tiragem - o *Público* e o *Jornal de Notícias* - ao longo do tempo em que decorreu o trabalho etnográfico e que visassem directamente os bairros ou a zona da Pasteleira.

Esta recolha inseria-se na constituição de um dossier documental, como é próprio do procedimento etnográfico clássico; não se ordenava, pois, a um estudo exaustivo sobre o modo como os bairros sociais são tratados na imprensa. É constituída por 28 notícias (20 do *Público* e 8 do *Jornal de Notícias*) que, através da análise de conteúdo efectuada, permitem formar uma ideia do modo como o discurso dominante vê estes espaços e lhes associa determinados acontecimentos, actores e comportamentos.

¹⁴⁾ Cf. P. Champagne (1991), que analisa a forma como os grandes aglomerados das periferias urbanas são tratados na imprensa e como este nível simbólico interfere no próprio curso quotidiano da vida local.

2.2. Tratamento dos dados

O conjunto das notícias analisadas não foi obtido por amostra representativa, como no caso do estudo de imprensa sobre as drogas; organizou-se como uma recolha de informação que visava documentar o trabalho de terreno, efectuada sem carácter exaustivo enquanto este foi decorrendo. O seu tratamento é, portanto, qualitativo - se uma vez ou outra apresentamos percentagens devem ser lidas com prudência, dado o carácter não-exaustivo da recolha.

Na nossa análise de conteúdo classificámos as notícias segundo três grandes categorias: o espaço, os actores e os acontecimentos. No espaço, considerámos as sub-categorias físico-ambiental (o meio ambiente construído) e socio-ambiental (características humanas e sociais em relação com o espaço); nos actores, considerámos as sub-categorias reacção social (o que os outros, os "de fora" dizem sobre espaços, pessoas e acontecimentos) e auto-imagem (o que dizem os próprios sobre si: moradores, actores das drogas,...); em cada uma das categorias dividimos os enunciados de acordo com o tipo de emissor: quem diz os bairros, a droga, etc? Quem tem voz na definição dos problemas? Finalmente, estes enunciados foram classificados em positivos, neutros e negativos, de acordo com o tipo de juízos e conotações que os emissores lhes dão "O Aleixo é a pior chaga da cidade"; "Têm-se feito coisas positivas com os jovens em risco",....).

2.3. Resultados

• os espaços

a) *físico-ambiental*

Lordelo é caracterizado como zona residencial, de serviços e de implantação de bairros. Estes parecem constituir a característica que confere identidade à zona, relativamente ao resto da cidade. É referida a transformação das suas funções: do pólo industrial de antigamente para o terciário da actualidade.

As características salientadas como positivas dizem respeito, tanto ao meio ambiente construído,

como aos traços naturais. No primeiro, são referidas as edificações religiosas, tanto para salientar a riqueza patrimonial da freguesia, como para sublinhar o lado estético; no segundo, refere-se a existência de locais de miradouro, o espaço aberto, a presença do rio e, ao nível das casas, a existência de "pequenos jardins improvisados pelos moradores"; os jardins públicos são também salientados (o jardim de Serralves é um dos mais importantes do Porto).

É curioso notar como a presença de elementos da natureza é valorizada; estudos de psicologia ambiental têm demonstrado a importância da presença de traços naturais no meio ambiente construído, como importantes factores de satisfação residencial (cf. por ex., Soczka, 1988; Aznar, 1989; ou sínteses sobre esta área de estudos, por ex., Reis Cabrita, 1988; Sanabra, 1986). Quanto às características vistas como negativas, o primeiro facto significativo diz respeito ao seu número: mais do triplo em relação às características positivas; o segundo facto significativo é a associação entre características negativas e bairros sociais - os aspectos criticáveis ou indesejáveis da zona têm o seu *locus*, quase sempre, na edificação camarária.

Ao nível dos blocos de habitação é salientada a degradação física ("péssimo estado"), a má qualidade da construção, o envelhecimento das infra-estruturas; ao nível dos equipamentos colectivos e espaços comuns, lamenta-se a pouca quantidade; ao nível da implantação espacial, critica-se a proliferação deste tipo de habitação e a sobre-ocupação do espaço disponível ("Lordelo: incrível concentração de meia dúzia de bairros, uns em cima dos outros"; "insiste-se em construir ainda mais em bairros já demasiado gigantescos").

Os factores apontados para a degradação física dos alojamentos são a grande densidade populacional, a má utilização das casas e o vandalismo; para o demasiado crescimento da zona, o facto dos poderes públicos "não terem sabido resistir ao poder do mercado imobiliário".

Em síntese, os bairros sociais são vistos como zonas de grande concentração de meio ambiente construído, com exiguidade de espaço e geralmente degradadas. Quem mais tem a palavra ao traçar este quadro é o jornalista, seguido pelos decisores políticos; os interventores sociais (por ex., assistentes sociais) referem-se apenas uma vez ao lado físico-ambiental (veremos adiante que tomarão muito mais a palavra no socio-ambiental) e, quanto à população, é sempre acerca de aspectos negativos que se pronuncia.

Há uma semelhança curiosa entre decisores políticos e população, no que toca aos qualificativos negativos: ambos apontam exemplos que colocam em causa a gestão da Câmara (que é "um

péssimo senhorio", que gasta menos nos bairros do que as rendas que recebe destes...); no entanto, os primeiros fazem-no utilizando argumentação política e os segundos fazem-no como denúncia da falta de qualidade da vida quotidiana (por ex., a degradação do interior das casas, as avarias nunca reparadas...).

b) *socio-ambiental*

Esta é a sub-categoria com maior registo frequencial. Fala-se de Lordelo do Ouro, na maioria das vezes, para falar dos bairros; fala-se dos bairros, na maioria das vezes, para lhes referir características socio-ambientais (por ex., "desenraizamento das populações alvo de mobilidade forçada"); e fala-se de características socio-ambientais, na maioria dos casos, negativas. Com efeito, das 108 vezes que classificámos texto nesta sub-categoria, 58% eram referências a aspectos vistos como problemáticos; e, se tivermos em conta que, das 37 vezes que são feitas referências a aspectos positivos (34%), 20 delas são-no em razão de aspectos negativos (por ex., projecto "Crescer Bem num bairro difícil"; "as ruas e caminhos da marginalidade deram lugar a aulas de aeróbica, inglês, pintura e cerâmica"). Se tivermos isto em conta, concluiremos facilmente que os bairros são notícia porque são problema.

Que características são vistas como positivas? Em primeiro lugar, os bairros sociais não geram apenas problemas - também oferecem soluções. Com efeito, quem vivia em barracas encontra aqui melhor habitat, cuja qualidade chega ao ponto de "gerar a felicidade de alguns". Os decisores políticos sublinham o empreendimento de novas estruturas ou programas de apoio; estes programas são, por vezes, título da notícia. Embora sejam noticiados, em si mesmos, como iniciativas positivas, acabam por fazer falar as características problemáticas ("Programa comunitário para a diminuição das toxicodependências, do alcoolismo e da delinquência").

O que fazem os técnicos, protagonistas destes programas? Acreditando que "as pessoas da comunidade são capazes de resolver os seus próprios problemas", têm como objectivo "aumentar a sua auto-estima"; ou, dum modo mais concreto, organizam tempos livres, fazem animação cultural, promovem formação profissional, colaboram na reabilitação urbana... (ou seja, dirigem a sua acção, respectivamente, a sítios onde não há nada que fazer, onde há déficit cultural, onde há

desemprego ou inadequação às exigências laborais, onde há degradação do habitat). E para quem fazem? Maioritariamente, para idosos, crianças, jovens e toxicodependentes.

E as características negativas? São referidas três, a que poderíamos chamar ecológicas: a concentração, a sobre-ocupação e o desenraizamento. Por outro lado, é feita uma associação frequente entre bairros camarários e, genericamente, problemas sociais. Estes problemas começariam na própria natureza da distribuição por grupos etários: "O Aleixo, o bairro da Pasteleira e o Pinheiro Torres estão peçados de gente idosa, crianças e adolescentes em risco, bem como de adultos desempregados" (são, curiosamente, os três bairros em que mais trabalhamos). Quando estes problemas são especificados, podemos dividi-los em dois grupos: os que se referem às condições dos residentes, e os que se referem a comportamentos desviantes.

- *Condições dos residentes*: carências; assimetrias sociais; desemprego; miséria. A população "é de risco", particularmente a infantil, sendo diagnosticada por vezes uma "evolução para pior" destas situações. O risco parece ser, para as crianças, ter de crescer ali (daí um dos projectos, o "Crescer Bem"); para os adultos, o estar desempregado; e para os idosos, o próprio facto de serem velhos. No discurso dos decisores políticos, há críticas às respostas institucionais desenvolvidas que, como vimos, proliferam nestas zonas.

- *Comportamentos desviantes*: genericamente, é referida a marginalidade. Concretiza-se em assaltos e em tráfico e consumo de drogas. Curiosamente, o vandalismo é referido apenas uma vez. No assalto, o próprio lugar permite inferir a motivação do crime: "Tendo em conta o lugar em que ocorreu o assalto, não é difícil imaginar para que serviu o dinheiro". É como se o lugar carregasse um determinismo e os actores ali não pudessem ser senão toxicodependentes.

Os comportamentos que têm as drogas como centro são os mais referidos. "A zona" (de Lordelo, da Pasteleira) é com alguma frequência o sujeito da acção: "zona marcada pelo flagelo da droga"; "a sua imagem de marca é o tráfico e consumo de estupefacientes"; "a zona transformou-se num grande centro de comercialização de droga, onde cada vez menos apetece entrar". O discurso dos políticos procura por vezes contrariar esta imagem: "Recusa do anátema do tráfico de drogas com que se fustiga a população dos bairros"; "A droga foi eliminada do Aleixo".

Esta característica da zona revestiria ainda potencialidades de aprendizagem: "Os miúdos

crecem no meio do flagelo (...) e estão demasiado expostos a todo este problema social".⁽¹⁵⁾ O "flagelo" continua, aliás, a ser o qualificativo por excelência. E é próprio dum flagelo que "alastre a olhos vistos" e que "piore significativamente" (sabemos como, desde o início do "problema da droga", tudo o que a ela se refere está em aumento).

É possível, ainda, identificar outras imagens associadas à droga: a da sua banalização ("Anda de mão em mão"), a da sua pornografização ("Lordelo: venda de droga às escâncaras na via pública"), a do seu papel como mercadoria organizadora duma economia de interstício ("Hipermercado (...) centro da droga onde a clientela se abastece"; "É nos locais onde existem maiores disfunções sociais que a droga se pode vender com maior facilidade"; a principal actividade económica do bairro "é o tráfico de drogas; a sobrevivência de um número muito largo de famílias depende de actividades ilícitas ligadas a esse tipo de comércio"). Note-se que esta associação entre sobrevivência económica e mercado das drogas aparece no discurso dos interventores sociais. Note-se, ainda, que se fala de "droga" sem especificar qual - como se todas as drogas se equivalessem, homogeneizadas por um substancialismo inscrito na própria designação.

Já nos referimos ao discurso dos decisores políticos e dos interventores sociais. E a população aí residente? Como é chamada a contribuir para a construção destas imagens? Primeiro facto saliente: é ouvida muito pouco (apenas 6% das unidades de texto classificadas em socio-ambiental) e, sempre que fala, é para denunciar más condições de habitat ou comportamentos desviantes. No primeiro caso referem-se à sobre-ocupação e à impossibilidade de personalizar espaços na própria casa ("Acha que, se pudesse, ainda cá morava? Julga que estou à vontade a dormir no mesmo quarto que os meus filhos, já grandes?"); no segundo caso referem-se à delinquência e à droga ("O Aleixo mais parece um bairro de Nova Iorque. A delinquência faz parte do dia-a-dia e, agora, é um local apenas seguro para muitos marginais. Os desacatos são uma constante, porque muita gente não trabalha").

Notemos que o bairro do Aleixo é o que mais vezes é assinalado como problemático, sendo

⁽¹⁵⁾ Na descrição dos resultados do trabalho etnográfico, sob o título "Exposição ao pó", referir-nos-emos a este aspecto, que nos parece de grande importância nestes contextos.

mesmo apontado como símbolo do lado estigmatizado da cidade ("A pior chaga da cidade do Porto"). A repetição insistente desta imagem acabará por ser legitimada pelos poderes públicos: cria-se um gabinete de intervenção social específico para o bairro (uma "task force para o Aleixo") e, em 1995, a polícia vigia em permanência as ruas e a entrada da torre mais conotada com reuniões de *junkies*. Seria curioso saber até que ponto o discurso mediático foi decisivo no desencadear destas respostas de controle social...

• os actores

O discurso da imprensa é, à uma, reflexo e co-produtor das reacções sociais dirigidas a estas zonas urbanas. Que actores são retidos, do conjunto da população, para fazer notícia? Aparecem, essencialmente, três tipos de figuras: ligados às drogas, detidos e, chamemos-lhes, heróis da desgraça (indivíduos salientados pelo relato noticioso pela sua condição tão fora do mundo normativo, que gera sistematicamente a interrogação "Como é que é possível viver assim?").

Os actores somam-se, assim, às características do espaço que já vimos atrás, na constituição duma imagem global dos bairros como áreas urbanas problemáticas (a droga), conflitivas (os detidos), pobres e de grande marginalização (os heróis da desgraça). Os bairros são regiões do social perto da anomia: "Os moradores dos bairros são votados à sua sorte"; "Estas crianças precisam de saber que o tráfico de drogas é um crime punido social e civicamente". Os únicos actores que são vistos como tendo uma acção positiva são os que realizam trabalho social.

É significativa a aparição duma nova figura para designar actores: a polícia. Refere-se sempre a indivíduos detidos, e quase sempre por actividades ligadas às drogas.

Detalhemos um pouco os três tipos de figuras que já referimos atrás:

- *ligadas às drogas*: são "traficantes e seus colaboradores"; há-os que são "barões" (signo: "anéis nos dedos e potentes viaturas à porta"), há-os "passadores e *dealers*" (signo: "aspecto miserável"), há-os "armazenistas" (para "guardar a droga duma esporádica e quase sempre inglória investida policial"). Quando são identificados pela polícia, constata-se que têm profis-

sões variadas, mas normalmente pouco qualificadas: feirante, servente, empregado de balcão, metalúrgico, operador de máquinas,⁽¹⁶⁾...

As idades são variadas, desde "a terceira idade" a adolescentes; mas predominam os indivíduos entre os 25 e os 40 anos, normalmente do sexo masculino.

O *dealer* é, pois, a figura predominante no relato noticioso; o indivíduo exclusivamente toxicodependente não parece ser alvo de interesse e é diluído na "clientela (que) chega a formar bicha para comprar os gramas que lhe corroem o corpo";

- *delinquentes*: são menos referidos. Há "detidos" (supomos que em razão de algo ilícito, daí inferimos que cometeram algum acto transgressivo), "assaltantes" actuando na rua, num posto de gasolina contíguo aos bairros, e "agressores" (não fala deles, mas da vítima, agredida à facada no bairro do Aleixo, ficando "com profundas perfurações corto-contusas no tórax" - deslocara-se aí para comprar droga);

- *heróis da desgraça*: são habitantes locais destacados pela notícia por causa de bizarrias ou de formas extremas de miséria - o indivíduo que coleciona lixo em casa ("Uma casa forrada a lixo"), "um homem meio cego vivendo com um filho idiota e bêbado".

Os actores anónimos deste lado oprimido da cidade "cavam a sua própria sepultura". O tom da notícia é normalmente adjectivante: falar destes indivíduos é tarefa carregada emocionalmente.

Há poucos elementos no relato noticioso que nos permitam aceder à imagem que os actores têm de si mesmos. Unicamente decisores políticos e residentes se exprimem a este respeito.

Das poucas vezes em que o fazem, os decisores políticos avaliam-se dum modo positivo, e sublinham-no com duas acções que seriam demonstrativas disso: a melhor qualidade da habitação camarária empreendida agora, que "não tem nada a ver com os velhos bairros camarários", e a demolição de cerca de 1300 barracas nos últimos 3 anos.

A população tem uma imagem negativa de si própria (deveríamos dizer: o discurso jornalístico selecciona depoimentos que permitem sustentar o teor catastrofista com que geralmente o tema

⁽¹⁶⁾ Ser pequeno retalhista de drogas não parece, pois, ser ocupação a tempo inteiro; os nossos dados de terreno corroboram isto em parte, mas dizem-nos também da importância dos desempregados e dos indivíduos ocupados intermitentemente.

"bairro social" é noticiado, de acordo com aquele velho princípio jornalístico que diz que "bad news is good news"). Apesar dos pouco abundantes elementos classificáveis na sub-categoria "auto-imagem" da nossa grelha, damos conta de que as dificuldades económicas são o principal elemento duma identidade colectiva; altamente significativa disto é a tabuleta colocada pelo morador, num dos jardins dum bloco no bairro da Pasteleira: "Quinta dos Pobres"; a luta pela sobrevivência quotidiana é expressa em frases como "Hoje em dia a boca leva o dinheiro todo"; o desemprego combate-se com a iniciativa local espontânea: "Muita gente não trabalha e vive de expedientes", "Habitua-se a viver na expectativa de benesses que possam ainda vir".

• os acontecimentos

a) *positivos*: correspondem a 31% do total de acontecimentos (13 em 42). Na sua grande maioria, referem-se a acções de intervenção social levadas a cabo na zona ("Pacote de medidas da C.M.P.") ou a iniciativas de animação recreativa e cultural ("Espectáculo de robertos ao ar livre"). Uma delas refere um outro tipo de acontecimento: "demolição da última barraca da mata existente no local" (a mata da Pasteleira, entre os bairros da Pasteleira e Pinheiro Torres), em que o presidente da Câmara, simbolicamente, deu a última martelada.⁽¹⁷⁾

b) *negativos*: correspondem a 69% do total de acontecimentos. Na sua maioria, dizem respeito a acções da polícia despoletadas por serem zonas de drogas: detenções, rusgas, operação especial anti-droga, prática de agente infiltrado, buscas domiciliárias, apreensão de ouro, objectos receptados e armas. Uma das notícias diz respeito à instalação de uma esquadra móvel no bairro do Aleixo.⁽¹⁸⁾

⁽¹⁷⁾ Tratava-se do maior aglomerado de barracas da cidade, que foi crescendo naquilo que ainda resta da antiga mata da Pasteleira; este aglomerado começou a ser demolido poucos meses depois da nossa saída do terreno.

⁽¹⁸⁾ A grande quantidade destas notícias no total de "acontecimentos" corrobora aquilo que os nossos dados empíricos nos disseram acerca da polícia nos bairros, territórios vigiados e alvo de operações frequentes - desenvolveremos esta temática sob o título "territórios acossados".

Agressões à facada e assaltos nas imediações dos bairros (e não no interior destes) e uma morte que se suspeita ligada a assuntos relacionados com drogas, são os acontecimentos criminais referidos.

2.4. Síntese crítica

Em síntese, que podemos destacar nas imagens propostas pelos media acerca dos bairros sociais da nossa unidade de estudo?

Noticiam-se, preferencialmente, características ambientais que relevam do problemático. Na dimensão física referem a concentração espacial exagerada, a degradação dos blocos habitacionais e dos espaços comuns; na dimensão eco-social referem a sobre-ocupação, o desenraizamento, o desequilíbrio na composição etária (seriam espaços concentradores de crianças, jovens e velhos).

Os bairros sociais são, pois, notícia, porque são problema. O desemprego, o dia-a-dia descrito como luta pela sobrevivência, a precaridade económica, as actividades desviantes e os comportamentos transgressivos são os elementos seleccionados para o relato noticioso. Estes locais carregariam uma espécie de determinismo social indesejável, que os múltiplos projectos de intervenção, os decisores políticos e os técnicos sociais procurariam minorar. São, na imagem da imprensa, regiões da vida social em corte com a vida colectiva da cidade, sendo os projectos de intervenção uma espécie de ponte entre tal descontinuidade.

Estas nossas constatações vão ao encontro do que têm dito alguns estudos sobre a forma como é tratada a questão das populações que vivem em habitação social, em aglomerados urbanos de periferia, etc. (cf., Ackermann, Dulong e Jeudy, 1983; Bastenier, 1989; Lahosa, 1989; Madueño, 1989; Favard e Otenhoff, 1990; Bourdieu, 1991; Champagne, 1991; Delarue, 1991; Fatela, 1992; Imbert, 1992; Wacquant, 1992; Cardoso, 1993; Boishue, 1995).

Alguns destes estudos centram a análise na construção social da "doença das periferias" (Champagne, 1991), que tem, pelo menos, dois aspectos importantes: a pouca contribuição que os visados dão enquanto detentores de discurso, e a importância do acontecimento emocionante ou excepcional. Vimos, com efeito, na nossa análise, a pouca importância do discurso da população, quando comparado à dos decisores políticos e, principalmente, à do jornalista.

Lembramo-nos de Bourdieu (1991) quando nos diz que as pessoas dos bairros "são mais faladas do que falam". O labor de construção de imagens culturais fica assim quase totalmente entregue à encenação mediática. Champagne (1991) expressa-o bem quando diz que "os dominados são menos capazes de controlar a representação que se tem deles. (...) Assim se constitui, no grande público que, na sua maioria, não pode conhecer a situação destas periferias a não ser através dos artigos de jornais e das reportagens televisivas, uma representação vaga dos problemas, que deve muito ao primado que os *media* dão ao acontecimento excepcional". Delarue (1991) reforça este ponto de vista dum modo contundente: "os jornalistas que não encontram (nas *cités* que o autor estudou) "lixo visível" suficiente, escolhem outros locais para mostrar a miséria das *banlieues*"⁽¹⁹⁾

Na PARTE B retomaremos estas questões, sob o título "Evitamento experiencial e redução cognitiva". É justamente o evitamento experiencial, pelo cidadão comum, destas zonas urbanas, combinado com a pouca voz dada aos que aí residem, que abre tal poder constitutivo do "facto" ao discurso mediático, "escapando assim a fabricação do acontecimento quase totalmente a essas populações" (Champagne, 1991).

É necessário, no entanto, resistir a leituras linearistas acerca das consequências desta fabricação. Com efeito, o receptor de mensagens mediáticas não se limita a um papel passivo. C. da Agra (1992), num trabalho sobre as relações entre as drogas e os *mass media*, e depois da revisão duma série de investigações que têm por objecto os efeitos dos *mass media* sobre as drogas (seja instigando o consumo, seja prevenindo-o), a delinquência e a violência, conclui o seguinte: "(...) os consumidores dos *mass media* não se comportam como as bestas do apocalipse que dizem sempre ámen diante do trono da onisciência e da onipotência. (...) a complexidade do nosso sistema psíquico e comportamental quer que assim não seja: felizmente, para bem da nossa original condição humana, que consiste na Liberdade possibilitada pela abertura do código genético e pela abertura não determinante das codificações sociais. Os *mass media* fazem parte do mundo

⁽¹⁹⁾ Citamos ainda Bourdieu (1991), sobre o papel do especialista que estuda as periferias sociais, "(...) tentar assim complicar um pouco a tarefa de todos os "habilitados" (...) que se precipitam nos jornais ou perante as câmaras, armados da pretensão ao magistério intelectual, para dizerem como é um mundo social que eles ignoram ao ponto de ignorarem a sua ignorância mesma".

social, e este mundo é susceptível de uma multiplicidade de significações quando se torna presente à subjectividade".⁽²⁰⁾

A investigação que temos vindo a citar ao longo desta secção permite concluir que algumas das produções de significado a que se refere C. da Agra vão no sentido da criação de auto-imagens desvalorizadas nestas populações. Esta parece ser uma das consequências da selecção, seja das actividades marginais mais extremadas, seja do acontecimento dramático ou excepcional - vimos na nossa análise a importância dos actores das drogas, dos delinquentes e dos "heróis da desgraça". Tratar-se-ia dum mundo à parte, como já dissemos atrás. "Beco sem saída, diz a cidade: o bairro ecoa essas palavras. A vida torna-se imóvel. (...) Têm a sensação de que o seu bairro é um outro mundo; a cidade opõe-se ao bairro em todos os sentidos do termo" (Delarue, 1991). Nas palavras de João Ferreira de Almeida e outros (1992), "O fechamento interno, a marginalização que lhes é imposta (aos habitantes dos bairros) mas que também criam, como recurso para a manutenção das actividades próprias e como expressão das suas práticas relacionais e culturais, a capacidade para se afirmarem na vida social, tudo é frequentemente visto nos meios envolventes como ameaça e como perigo para a ordem social". Vimos, ainda, como a população, nas poucas vezes em que era chamada a depor, o fazia para exprimir condições e situações vividas como negativas. Delarue, chamando à auto-imagem que a população tem, "consideração de si", sintetiza-a assim: "A consideração de si comporta dois aspectos. Uma imagem desvalorizada, que vem menos do bairro em si que do rótulo que lhe é aplicado (...) O segundo aspecto, largamente esquecido no testemunho dos "profissionais" do desenvolvimento, reside na ligação que esses habitantes têm com o seu bairro: é lá que eles vivem, são conhecidos e reconhecidos". A-M. Favard e Ottenhof (1990), num estudo sobre o modo como são estruturadas as representações sobre as patologias sociais urbanas, concluem que o seu nível representacional é fortemente consensual, etiquetadora (a localização dos factos de delinquência é feita sobre zonas bem individualizadas da cidade) e agregada (a representação da delinquência

⁽²⁰⁾ Dum modo simples, podíamos apoiar esta reflexão com a humorística sabedoria das estrelas pop britânicas Talking Heads: "Space People read our mail. The Space People think that TV news programs are comedies, and soap operas are news." (Talking Heads, "Stop Making Sense").

associa os diferentes componentes da patologia social urbana: pobreza, emigração, droga, problemas psiquiátricos, suicídios). "A localização dos problemas de patologia social faz-se de forma homogénea e associada segundo o princípio do acúmulo de *handicaps*, realizado numa zona particularmente etiquetada. (...) Os habitantes (da cidade) têm um sistema de representação da patologia social urbana que testemunha dum modelo etiológico latente de tipo sociológico, agregando, pelo efeito de halo, diferentes componentes socio-demo-económicos (pobreza, emigração), e certos aspectos de desadaptação (delinquência, nomeadamente, e de forma menos marcada droga, suicídio, problemas psiquiátricos). (Favard e Ottenhof, 1990).

Os dados sobre a reacção dos habitantes destas zonas etiquetadas são também consonantes com os de Delarue: desenvolvem atitudes específicas que permitem um reajustamento na passagem da identidade conferida à assumida; os autores identificam estas atitudes (por ex, recusa da mistura, em que todos os habitantes seriam iguais nos problemas etiquetados, "embofement" da identidade, afirmação duma identidade diferencial...) e concluem que os habitantes dos bairros reconhecem as características pelas quais o seu bairro é marcado, defendendo-se contra a associação/agregação de problemas de patologia social.

A última frase da citação de Delarue chama a atenção para o lado, digamos, normal, dos bairros: o sítio onde se vive todos os dias, onde se tem uma existência reconhecida, o sítio das identidades mais do que das desviâncias. Anuncia, assim, aquilo que trataremos nos capítulos 2 e 3 da PARTE B. Através duma rotina construída - chamemos-lhe, como nos manuais, trabalho etnográfico - descreveremos o lado da rotina espontânea, o curso banal, o fluir diário destes lugares. Mesmo quando o curso banal é o de se ser *dealer* ou *junkie*, mesmo se o fluir diário de certas esquinas é o de encontros e actividades dessas que fazem as manchetes dos *media*. Procuraremos dizer, do mesmo acontecimento onde estes vêem o dramático ou o excepcional, o lado do não-acontecimental.⁽²¹⁾

(21) Traduzimos livremente a expressão "non événementiel" de Paul Veyne (1979) quando, na esteira dos historiadores que construíam a ruptura com a historiografia tradicional, propunha uma história do não-acontecimental, baseada, não no acontecimento visível ou isolável, não no que aparentemente é brecha ou fenda, mas no que instaura realidade nova através do anódino, daquilo que insiste e se desdobra devagar. Eis a história - sincrónica esta - que gostaríamos de poder contar, tomando um bairro como itinerário.

Depois de termos tentado discernir, nesta secção, as imagens colectivas acerca dos bairros da Pasteleira (dos bairros urbanos em geral, poderíamos, sem ser abusivo, dizer), avancemos agora para uma descrição fenomenológica dessas zonas "onde não se põem os pés, a menos que se habite lá" (Delarue, 1991, citando um chefe de projecto numa *cité*).

PARTE B

PRÁTICAS SOCIAIS

CAPÍTULO 1
ETNOGRAFIA URBANA DAS DROGAS

As áreas situadas nas periferias das grandes cidades, nomeadamente aquelas que se estruturam em bairros sociais, em zonas de "barracos" e em conjuntos de habitação degradada, têm vindo a ser crescentemente apontadas, não apenas como problema económico e urbanístico, mas igualmente como problema social que melhor demonstraria as disfuncionalidades da sociedade urbano-industrial. Tais áreas e populações seriam, simultaneamente, efeito e causa: *efeito* do crescimento da urbe que acarretaria enormes distorções e desequilíbrios, *causa* de problemas sociais como a marginalidade, a insegurança urbana, a delinquência, a proliferação dos mercados da droga...

Estes espaços são hoje, assim, centrais, no fenómeno da desviância e alvo de análise de várias disciplinas das ciências humanas. "Lugares urbanos de habitação social, lugares de pobreza - o espaço de acondicionamento de populações marginalizadas ou subalternas no circuito económico-social da cidade dominante" (Spence, 1991) - eis como são correntemente caracterizados estes espaços nos estudos que os tomam por objecto. Lugares do lumpen, da *underclass*,⁽²²⁾ das novas "classes perigosas", são excelentes analisadores duma clivagem profunda da sociedade: a que coloca a cidade dominante e o cidadão normativo dum lado, e a cidade relegada, os espaços periféricos e o cidadão desviante do outro. Integrados *versus* excluídos, eis a grande tensão instalada no tecido social da urbe.⁽²³⁾

⁽²²⁾ Já não se trata dos tradicionais espaços da *working class*, onde a juventude trabalhadora, mesmo se envolvida em actividades delinquentes, possuía referências e enraizamento (os Cohen, 1955, ou a subcultura criminal de Cloward e Ohlin, no "Delinquency and opportunity", 1960). Trata-se agora da *underclass*, dos "jovens desclassificados" (Lipovetsky,

⁽²³⁾ Aquilo a que se chama "exclusão", "relegação populacional", faz parte da paisagem actual e permanente das grandes cidades. Não existe dicotomia entre a cidade e aquilo que, "excluído", lhe seria estranho. Estranho seria, nas nossas representações actuais, uma grande cidade sem excluídos.

1. Referenciais metodológico e teórico da pesquisa

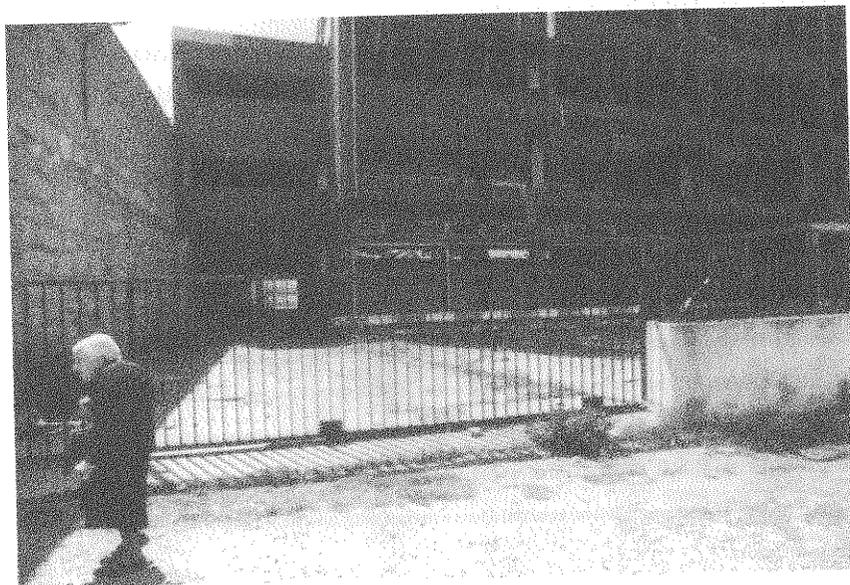
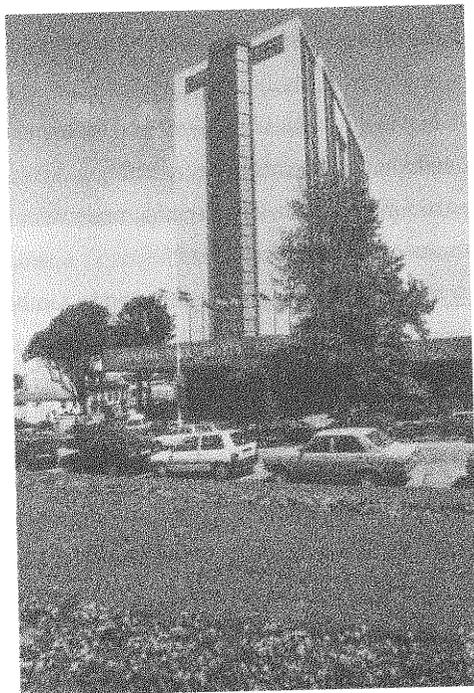
A *inspiração metodológica* enraiza, como se vê, no melhor estilo da Escola de Chicago, estudando, naturalisticamente, a ecologia dos “mundos desviantes”, interagindo com os seus actores, participando e/ou absorvendo, mais distanciadamente umas vezes, mais envolvido outras, a trama quotidiana da acção.⁽²⁴⁾

A *inspiração conceptual*, remetendo também para Chicago, tem referência em correntes mais recentes, desde o interaccionismo simbólico às teorias processuais do “labelling” e à sociologia do quotidiano. Parte-se do princípio de que toda a acção tem um sentido, e é escutando o sentido que podemos desocultar a acção; e de que o sentido é aquele que o actor dá para si próprio à acção que empreende. Trata-se, pois, de ver as condutas desviantes não a partir duma grelha interpretativa prévia (por ex., “isto é um comportamento compulsivo, tipicamente delinquente”...), mas através da luz própria do actor, da sua lógica justificativa do acto.

O recurso à psicologia ambiental como *área disciplinar de referência* ocorre, fundamentalmente, através da utilização dos conceitos de território urbano e aos estudos acerca do funcionamento territorial, da identidade de lugar, vinculação ao lugar, e do significado do ambiente para o sujeito.⁽²⁵⁾ Partimos da premissa geral de que os contextos determinam os actos, mas estes modificam os contextos - com efeito, estes transformam-se a partir de acções concretas. Contexto e acto governam pois a atenção do investigador. Não se trata, como na psicologia clássica, do “meio” fornecer “estímulos” que desencadeiam “comportamentos”, mas do *contexto* fornecer significações que dão suporte físico e simbólico a actos, que por sua vez ajudam a redefinir um contexto como “sítio de...”.

⁽²⁴⁾ À medida que fomos evoluindo na familiarização com o contexto, demo-nos conta da enorme semelhança entre a nossa experiência e a que William Foote Whyte relata no excelente apêndice metodológico do seu clássico “Street corner society”. Também a relação com o informante privilegiado tem curiosos paralelos com a que Whyte descreve com o seu, o jovem Doc. Cf. Whyte (1943).

⁽²⁵⁾ Traduzimos as expressões “territorial functioning”, “identity place”, “place attachment”, “environmental meaning” - Cf. Stokols & Altman (1987), Burillo & Aragonés (1986). A existência de escassos textos de psicologia ambiental em português, ou produzidos por autores portugueses, faz com que os termos correntes na literatura anglo saxónica ainda não sejam consensualmente traduzidos.



potenciando-lhe a capacidade de gerar actos concordantes com estas significações. Vem daqui a aparência de constância de certos lugares (por ex., as "esquinas de marginais"), vem daqui a aparência de semelhança entre as figuras de certas actividades desviantes.

2. Pasteleira, unidade de terreno para a pesquisa etnográfica

a) A unidade de estudo

"O tema dos bairros faz a sua irrupção no coração da actualidade ou, para ser mais exacto, no começo dos telejornais das 8. (...) O retrato que sobre eles se faz, voluntariamente ou não, apareceu, em relação ao que o nosso trabalho nos permitiu recolher, profundamente redutor, quer dizer inexacto."

J. M. Delarue, *Banlieues en Difficultés*

Foi precisamente numa zona com estas características que decidimos levar a cabo o trabalho etnográfico. Escolhemos a freguesia portuense de Lordelo do Ouro por ser aquela que, nos últimos anos, tem concentrado maior número de bairros sociais, alguns dos quais tidos pelas imagens colectivas dos habitantes do Porto como "degradados", "marginais", etc... Esta zona é designada popularmente por Pasteleira. É hoje, das freguesias periféricas do Porto, a de maior densidade populacional, culminando um processo de rápida transformação do anterior tecido tradicional (campos agrícolas, actividades da pesca, alguma indústria) em pólo de habitação e comércio. A revelar a rapidez da transformação está a taxa de crescimento populacional: 114,6% entre 1950 e 1991. Tem hoje (censo de 1991) 22000 habitantes. "Para este crescimento demográfico contribuíram vários factores, entre os quais a promoção da habitação particular e, fundamentalmente, a implantação da habitação social. Com efeito, nos últimos 40 anos, foram aqui construídos oito bairros de promoção camarária, processo este que ainda não terminou, pois

neste momento estão em construção mais dois aglomerados populacionais deste tipo. Diga-se, aliás, que a forte implantação da habitação social veio fazer desta freguesia um espaço urbano de fortes contrastes onde, por exemplo, a habitação dita de luxo coexiste, não sem alguma conflitualidade, com a habitação degradada e a habitação social".⁽²⁶⁾

Reunia, pois, a zona, características relevantes para o nosso estudo: forte concentração populacional, bairros sociais periféricos, alguns deles etiquetados como muito problemáticos, rápida transformação duma zona de tecido tradicional em área peri-urbana, lugar de ocorrência de comportamentos desviantes (os jovens da freguesia consideram "a droga" como um dos problemas principais da zona, de acordo com o estudo da Junta referido na nota de rodapé).

b) Método de pesquisa

O trabalho de campo etnográfico foi o método utilizado. Fez-se largo recurso da observação participante e de informantes privilegiados, residindo, para o efeito, ao longo de oito meses num dos bairros da zona (de Outubro de 1992 ao Verão de 1993). Tratou-se de descrever o nível fenomenológico dum território "marginal": na quotidianidade das suas práticas, dos seus actores, nas significações que estes atribuem àquelas.

Foi necessária uma fase prévia à entrada no terreno que nos ocupou alguns meses: realizaram-se os passos necessários à nossa presença quotidiana na unidade de estudo, desde o alugar dum quarto no bairro escolhido até ao contacto e à criação de uma relação de confiança com os intermediários de terreno (os "informantes-privilegiados", na linguagem dos antropólogos).

Ao longo da permanência no terreno, organizou-se um diário de campo, com vários tipos de

⁽²⁶⁾ Para uma caracterização detalhada da zona, remetemos para a fonte que nos forneceu os dados que acabámos de expor: Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro (1993). *Lordelo do Ouro: características, limites e potencialidades de um espaço antigo em transformação*. Refira-se de passagem que a existência de estudos caracterizadores ao nível socio-demográfico, bem como o apoio informativo do assistente social da Junta de Freguesia, constituíram factores importantes na selecção deste espaço como unidade de estudo.

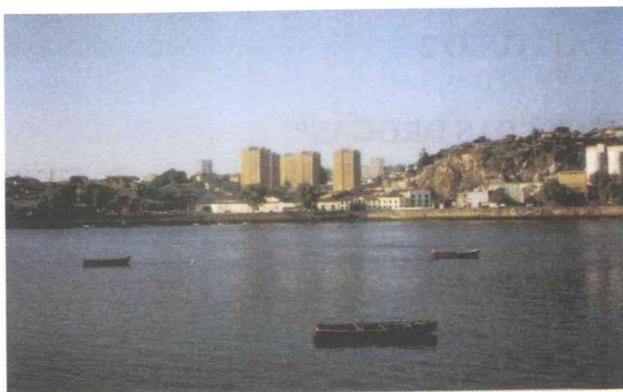
registros: observacional, de comentários e inferências, fichas biográficas de actores da desviância, notas metodológicas. Efectuou-se também recolha de documentos relativos à zona e aos comportamentos em estudo.

Já depois de abandonarmos o bairro (como habitantes), continuámos a visitá-lo com regularidade, para completar e validar a informação obtida.

Em síntese, procurámos, com os elementos apresentados, dar uma visão global da zona em que se situa a nossa unidade de estudo. Tratou-se de caracterizar, dum modo muito sintético, um dado ambiente urbano, através duma escala macro-social. Passaremos, ao longo do capítulo que se segue, a utilizar um nível analítico micro-psico-social, que se debruça, "não sobre os territórios de conjunto, como a primeira, mas sobre uma escala em que a interacção é importante" (Fischer, 1994). Ou, dito doutro modo, passaremos da leitura socio-demográfica dum espaço, à leitura psico-social de alguns dos seus lugares, particularmente interessantes para nós pelas suas relações com o objecto que nos ocupa.

CAPÍTULO 2

OS BAIROS "DAS DROGAS"



Desenvolveremos este capítulo a partir dum tipo específico de notas de terreno: as que registavam aspectos físico e socio-ambientais das zonas em estudo, colhidos no contacto directo ao longo do trabalho de campo. A acumulação deste tipo de notas foi revelando regularidades ambientais e foi-nos sugerindo, por vezes, possibilidades comparativas: dos bairros entre si e destes com outros tipos de habitats urbanos.

Procedendo a uma análise temática destes registos, damos-nos conta de que no fluxo aparentemente compacto das notas, se vão desenhando alguns temas claramente: a comparação entre bairros acerca de características físicas e dos cenários de rua; a dicotomia bairro marginal-cidade normativa; o bairro social como lugar onde a cidade se interrompe; o público e o privado no espaço dos bairros; a polivalência funcional dos espaços; habitar em altura: o bloco do bairro social e o prédio destinado à classe média.

1. Os bairros não são todos iguais

Embora os especialistas em habitat urbano façam distinções entre vários tipos de bairros sociais e evitem a identificação entre estes e áreas habitacionais degradadas, é inequívoco o poder redutor da etiqueta "bairro social": designaria uma entidade socio-territorial mais ou menos semelhante em todos os grandes aglomerados.

Quando viemos para a zona da Pasteleira sabíamos já da necessidade de resistir à realidade *a priori* instaurada pela etiqueta. Dêramo-nos por diversas vezes conta de que os portugueses exteriores à zona falavam dos "bairros da Pasteleira" como dum conjunto homogéneo. É como se um bairro não passasse dum bairro, quer dizer, fosse sempre semelhante a outro bairro - o nome bastaria para explicar a coisa. Mesmo se nomeássemos o, na altura, mediático Aleixo, associavam-no facilmente às drogas mas não lhe conheciam nenhuma outra particularidade específica.⁽²⁷⁾

⁽²⁷⁾ Mostrámos por diversas vezes fotografias do Aleixo a indivíduos não residentes em bairros e normalmente não o reconheciam nem o localizavam na cidade, embora dissessem tratar-se "dum bairro" e lhe associassem qualificações negativas, salientando designadamente a designação que um espaço daqueles provocaria.

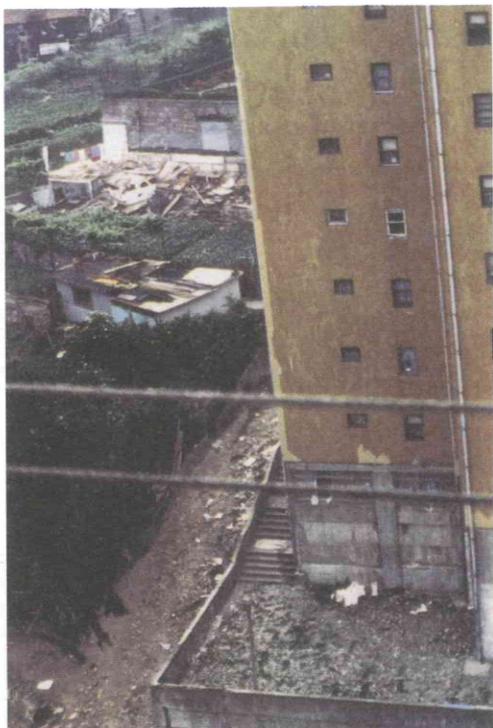


Imagem 1



Imagem 2

Ora, precisamente uma das primeiras constatações no terreno é a de que os habitantes dos vários bairros da Pasteleira diferenciam-nos claramente entre si; e micro-espacializam ainda mais finalmente a sua experiência do habitat, pois no seu bairro nem todas as partes são equivalentes - por muito idênticas que pareçam ao forasteiro. Entre os residentes, o Aleixo reúne consenso: tratar-se-ia dum mau lugar para estar, concentrando delinquentes e mantendo um clima social de rua tenso, que faria dele um sítio a evitar. "Só lá há índios", dizia-nos um adolescente do bairro da Pasteleira, sintetizando nesta frase uma série de qualificativos que fomos recolhendo de vários actores sociais. O evoluir da nossa experiência no terreno foi-nos impondo, de facto, diferenças importantes por sob a aparência primeira de homogeneidade dos diferentes bairros. Daremos alguns exemplos, tomando como elementos comparativos o Aleixo e o Pinheiro Torres (ver imagens nº 1 e nº2). São ambos bairros conotados com drogas, como confirmámos, quer pela análise da imprensa, quer pelos processos judiciais de técnicos de reinserção social, quer pelos testemunhos que fomos recolhendo; e são ambos construídos nos anos 70. O Aleixo é constituído por torres de 13 andares, o Pinheiro Torres, constituído por blocos em barra de 4 andares; ambos são facilmente delimitáveis mesmo por um estranho, mas o interior do Aleixo resulta praticamente impossível de avistar de fora. O contraste entre a sua volumetria gigantesca e as casas baixas que o rodeiam é um traço visual marcante.

"Noto como o volume, a massa impressionante das torres vistas ao perto, cerca o espaço, para lá do qual, num pano de fundo de ruídos longe fica a cidade. E noto também como o que rodeia o Aleixo é terreno intersticial - espaços ociosos, sem atribuição funcional, deixados ao abandono. A norte, fábricas desactivadas ou com aspecto degradado." (Notas de terreno, 18. Fev. 93).

Este contraste é muito mais esbatido no Pinheiro Torres, que se constitui como um território menos fechado, com várias entradas (o Aleixo só tem duas entradas) e com uma interface com três fábricas em plena laboração, que lhe abrem a fronteira sul a um movimento fabril.

Primeira consequência: o Aleixo tem tendência a aparecer como um território isolado, um sítio à parte; o forasteiro percebe claramente o momento em que franqueia um limiar físico que lhe abre o espaço para dentro de um território muito específico. Esta sensação de território, onde se desenvolveria um mundo social muito próprio, é reforçada pela actividade de rua. Gente a pé,

sobretudo jovens, cruzam o bairro para cima e para baixo. Aos fins de semana e nos dias de sol esta actividade aumenta; há grupos de mulheres encostadas aos muros, crianças a brincar, e pequenos grupos de indivíduos nas transacções em torno das drogas. Estas concentrações do *deal* são frequentes à entrada, sobretudo, de uma das torres - "ali é a secção poeira", na expressão eloquente dum *junkie* do bairro. Os contactos nestas entradas desmultiplicam-se; o forasteiro é sempre observado e às vezes interpelado no sentido da compra de drogas. As entradas de algumas das torres perdem o seu carácter de espaço semi-público ou lugar de transição (entre o público e o privado) e são apropriadas por actores de actividades desviantes - convertem-se em espaços marginais.

O Pinheiro Torres, pelo contrário, não provoca um corte tão acentuado com a organização espacial envolvente, dá a impressão dum sítio recolhido sobre si próprio, centrado sobre a sua vida privada, a rua não é nele local de interacção tão densa, nem se apercebe venda pública de drogas como no Aleixo.

"Ao longo do dia há um fluir de gente que não dá a sensação senão de residentes em actividades ordinárias. São rotas pedestres de conveniências;⁽²⁸⁾ por ex., a mercearia é um atractor pedestre feminino." (Notas de terreno, 18. Fev. 93).

Diríamos, utilizando uma expressão de Michel Certeau (1980), que as retóricas pedestres são muito diferentes no Pinheiro Torres e no Aleixo: no primeiro predominam as de conveniência, no segundo as desviantes (a "movidá" *junkie*).

Por outro lado, a muito melhor conservação física tanto dos blocos como dos espaços semi-

⁽²⁸⁾ Tomámos aqui o termo *conveniência* de Mayol, cit. por Prost (1990): o conjunto das regras que regem as trocas de vizinhança, desde a aparência pública, o visual, até às compras no merceiro, aos percursos no bairro... São o limiar que assinala o que é normal e o que não é. O café e o merceiro seriam sítios de conveniência, respectivamente masculino e feminino.

⁽²⁹⁾ "Costumava queixar-me amargamente o vereador da habitação da C.M.P. (...). Em 1993 contou que o bairro do Aleixo foi necessário comprar portas de elevadores em aço inoxidável, único material capaz de resistir à urina..." (Jornal de Notícias, 27 Nov. 95).

públicos e públicos, os traços naturais (árvores, relva, sebes e vedações vegetais), um fontanário e uma capela, contribuem para criar a impressão dum habitat que não está em descontinuidade profunda com a experiência corrente do espaço. Os sinais bem visíveis de degradação física das torres e das zonas públicas, e mesmo de vandalização,⁽²⁹⁾ criam, nas primeiras vezes que se entra no Aleixo, a ideia dum sítio, de facto, em descontinuidade com a cidade - é enclave urbano onde as regras colectivas parecem ter pouco poder (ver imagens nº 1 e 2).

Se refinarmos a observação para uma escala mais proximal, verificamos facilmente que o Pinheiro Torres tem muito mais marcadores físicos e simbólicos de pertença territorial do que o Aleixo: há maior personalização dos espaços semi-públicos (extensões ajardinadas em frente à entrada dos blocos, vedação de sebe, vasos, lampiões, objectos pessoais...).

Em síntese, temos dois bairros vizinhos, edificados com seis anos de intervalo entre si e que, no entanto, apresentam diferenças marcadas: um é enclave urbano degradado fisicamente, com as actividades do mercado de drogas a organizarem grande parte da interacção do espaço de rua; o outro, embora mais antigo, está mais bem conservado, tem muito poucos sinais de vandalização de espaços e equipamentos, é mais centrado na vida doméstica, tem um quase nulo *deal* de rua e parece ser muito mais apropriado pelos seus moradores (presença de marcadores territoriais, signos de conservação física...).

Estes dados obrigam, pelo menos, a problematizar a dicotomia redutora cidade desviante - cidade normativa, que faria dos bairros os grandes agentes da primeira. E confirmam o estereótipo socio-espacial negativo sobre o Aleixo - esta imagem desvalorizada é de resto referida nos discursos dos moradores dos próprios bairros sociais vizinhos: "o Aleixo é que é mau" -, estabelecendo assim nitidamente uma hierarquia na qualidade de vida entre os diferentes bairros da zona.

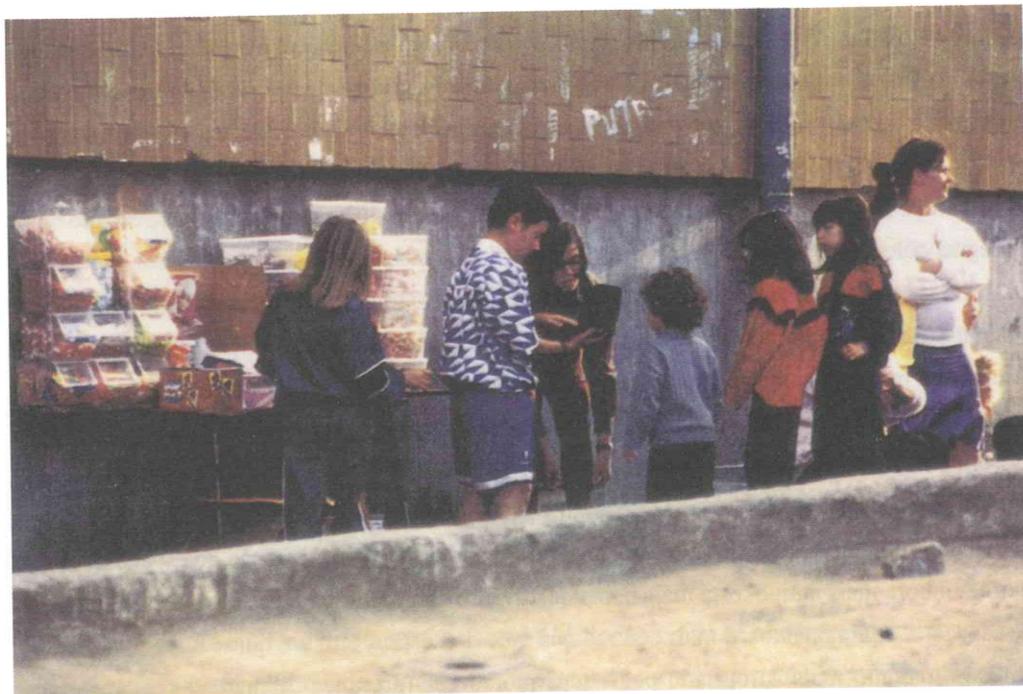


Imagem 3

2. Evitamento experiencial e redução cognitiva

A imagem de estigma aplicada indiscriminadamente aos grandes aglomerados habitacionais alimenta-se, sem dúvida, do facto de "os bairros serem todos iguais". Por um processo idêntico ao que Goffman (1963) descreveu para a etiquetagem de indivíduos ou de grupos, procede-se assim também à etiquetagem de espaços, que passam a ser recorrentemente sublinhados como lugares de marginalidade.

A própria etiqueta de "espaço perigoso" é mantida graças a um duplo processo, de acordo com a constatação que fizemos ao longo da nossa experiência de terreno. Chamámos aos seus dois constituintes *redução cognitiva* e *evitamento experiencial*. Pelo primeiro, cujo agente laborioso é o rumor e veículo fundamental os *media*, os indivíduos identificam os lugares inseguros e as actividades desviantes através dos estereótipos circulantes - procedem a uma *redução cognitiva*. Ora, o que permite que esta não seja confrontada com uma realidade que eventualmente a contradiga é precisamente o *evitamento experiencial*: o cidadão normativo evita os "lugares perigosos". Sabe-os diferidamente (pela notícia), alucina-os (pela imagem televisiva), mas raramente os pisa. De resto, a própria topografia da cidade facilita o evitamento experiencial: os bairros sociais não levam a lugar nenhum, não é preciso lá ir ou passar por lá para os serviços normais que uma cidade oferece. Os bairros sociais, ou se habitam, ou se evitam. Constituem enclaves, áreas delimitadas, na melhor das hipóteses situam-se ao lado dum eixo viário importante, constituindo um cenário fugaz a 120 Km/hora.

Esta dupla redução, cognitiva e experiencial, alimenta representações sociais simplistas e estereotipadas em torno de realidades ameaçadoras. Eis a base do *imaginário de insegurança*, tema actualmente alvo de grande atenção científica; eis a base dos *territórios do medo* (Lahosa, 1989): tal como os indivíduos que julgamos serem a causa da delinquência e aos quais aplicamos uma etiqueta, também alguns espaços são alvo de etiquetagem. Trata-se, pois, de um processo de construção de esteriótipos socio-territoriais cujo efeito é homogeneizar os indivíduos numa mesma zona "mal afamada", considerando-

⁽³⁰⁾ Sobre a relação que esta etiqueta tem com a auto-imagem e a identidade dos habitantes destes espaços, e sobre a própria ocorrência e reforço de actividades desviantes que os elegem como cenário, há uma extensa literatura. Cf., a título de exemplo, Lahosa (1989), Dupree (1991) ou Fernandes & Agra (1991).

os a todos "problemáticos" e dirigindo-lhes indiscriminadamente a mesma reacção social.³⁰

Seriam os concentradores, num mosaico urbano descontínuo e heterogéneo, da ideia comum de "espaços perigosos" - funcionariam como os territórios que *acossam* a cidade normativa. Delarue (1991) sintetiza bem este processo a propósito de estudos conduzidos em *cités* francesas: "uma imagem desvalorizada que vem menos do bairro em si que da marca que se lhe coloca. Pela assimilação que é feita entre o bairro e os seus habitantes, habitar lá não é - longe disso - ser delinquente; mas é carregar consigo a imagem da delinquência. O desejo de escapar a este estigma social é, para algumas famílias ao menos, uma luta suplementar (...)".

Outro fenómeno que a etiqueta "espaços perigosos" produz reflecte-se na própria população que, por extensão, é alvo do rótulo: acaba por se desenvolver a crença na pouca viabilidade do destino colectivo do bairro, da sua infestação por indivíduos marginais (que "vêm de fora" no discurso dos residentes). No limite, é a auto-estima duma colectividade que é afectada, ao ser posta sob mira. Este mecanismo acentua a eventual exclusão social que já existe. O estigma aplica-se aqui, não ao eu, não a indivíduos, mas a populações e seus habitats. Lagrange e Zauberman (1991) traduzem bem isto: "O sentimento de insegurança tem por efeito produzir etiquetagens. Neste sentido, contribui para apontar certas categorias de população como suspeitas de serem autores de actos de delinquência". Esta identificação estereotipada dos transgressores tem um papel simbólico importante na manutenção da normatividade do tecido social: "a marginalidade é a colocação sob o olhar social duma parte da população" (Yves Barel, cit. por A. Vant, 1986).

O quadro que acabámos de traçar faz parte de uma certa realidade eco-social dos bairros, se adoptarmos o princípio interaccionista que Fischer (1994) enunciou bem: "a realidade social é o que as pessoas pensam dela, como a designam, e pouco importa a conformidade com os cânones duma definição - aliás, é precisamente aí que reside o seu interesse psicossocial".

Esta realidade psicossocial, a que os situa como lugares do estigma e cenários privilegiados de exclusão social, e que vimos confirmada pelos nossos dados empíricos, corresponde de algum modo a um ponto de vista exteriorista - ainda que captável também nos seus habitantes. E também a este respeito haverá que reiterar que os bairros não são todos iguais. Basta lembrar o caso daquele onde fizemos o estudo exploratório, mais fortemente afectado pelo estigma, mais designado como *ghetto* e mais desvalorizado pelo discurso colectivo.

A obtenção de dados a partir duma escala mais proximal e quotidiana forja, no entanto, uma outra leitura, permitindo perceber uma outra realidade eco-social. A atenção ao *microacontecimento*, às *microapropriações*, que são aqueles que escapam à observação própria às instâncias do controle social (Fischer, 1994), a atenção a factos como as *retóricas pedestres* (Certeau, 1980) ou os acontecimentos sonoros, permitem, de facto, destacar um outro bairro por sob aquele que serve à iconografia dos *media* trata-se do bairro de quem lá está permanentemente, não do bairro de quem lá vai fugazmente.

Os bairros podem ter "um impacto visual massivo", ser "uma ilustração infeliz da cidade que não conseguimos dissimular" (Delarue, 1991). Mas no seu interior desenham-se territórios vários, apropriações múltiplas, tramas interactivas densas. São sem dúvida um horizonte permanente das grandes cidades; fazem parte da sua especialização funcional - mas são também os lugares onde ela se interrompe. Debrucemo-nos pois sobre os dados que nos falam dos microacontecimentos.

3. Os lugares onde a cidade se interrompe

Os bairros sociais são lugares onde a cidade urbano-industrial se interrompe, são os sítios onde a urbe cosmopolita cede lugar a uma outra figura. São, com frequência, vistos como espaços de marginalidade. Mas é necessário que problematizemos a expressão *espaço marginal*, de modo a precisar-lhe um significado que a afaste da acepção do senso-comum.

Podemos opor espaço marginal a espaço central: um é valorizado socialmente (e mesmo administrativamente), o outro é desvalorizado. De acordo com Fischer (1994), o espaço marginal situa-se na franja dum sistema social, tanto do ponto de vista topológico como comportamental: simultaneamente afastado (das áreas valorizadas) e desviante (em relação aos comportamentos normativos). Esta caracterização está próxima daquilo a que Goffman (1974) chamou *bastidores*, a propósito dos lugares afastados do espaço consagrado à encenação propriamente dita; sítios escondidos, labirínticos, eles oferecem um território de refúgio que possibilita a capacidade de se isolar e agir ao abrigo de olhares indiscretos. "Globalmente, podemos concluir que um espaço marginal corresponde a um espaço retirado, ou seja, afastado duma zona de visibilidade e de transparência" (Fischer, 1994). Nas nossas notas de campo tínhamos utilizado já a

expressão *traseiras da cidade* neste sentido. Escrevíamos então:

"São zonas de pouca visibilidade a partir da urbe dominante, a das ruas da baixa e dos eixos comerciais. Situam-se frequentemente mesmo por trás destes lugares de grande actividade, escondendo-se para lá das esquinas que conduzem a aberturas amplas para outra cidade. Quarteirões, ilhas e bairros inteiros organizam-se, assim, nas traseiras da cidade dominante. Em poucos metros, dobrando-se sobre si própria, a topografia da urbe transforma-se repentinamente".

Voltaremos a esta questão dos espaços marginais ao longo do texto. Quando, ao falar das drogas, as situamos em espaços marginais e lhes chamamos territórios psicotrópicos, fazemo-lo no sentido que acabamos de ver e não no sentido reducionista do senso-comum (e mesmo das instâncias de controle). Em todo o caso, o bairro social é um intrincado de espaços marginais e normativos, um xadrez de recantos e de sítios expostos, um cenário de desviâncias e de conveniências.⁽¹⁰⁾ Interrompe a cidade aos níveis físico-ambiental e funcional/das práticas de sociabilidade.

- *físico-ambiental*: espacialmente, os bairros sociais em que investigámos constituem unidades próprias, que, como já vimos, não é preciso atravessar quando nos deslocamos na cidade. Os restantes habitantes desta não precisam de lá passar, vislumbram-nos só de longe. Delarue (1991) talvez tenha razão quando nos diz que quem aí não reside tem sobre eles "um olhar forçado. Quaisquer que sejam as suas dimensões, torres e barras estão fora de proporção com o construído da cidade".

É também um espaço que interrompe a nossa experiência acústica na cidade. Há poucos transeuntes e pouco tráfego automóvel, que é o principal signo urbano. Isto provoca *efeitos sensoriais* próprios: quando entramos num bairro destes, não são só a configuração do espaço e a tipologia das casas que nos fazem saber que estamos num território próprio; é também o *espaço sonoro*, feito dum estranho silêncio do lugar onde os carros se calaram e de vozes humanas que se distinguem nitidamente. Ouvem-se cães e pássaros - é impossível não invocar a aldeia. Rádios a tocar nos blocos de habitação, gritos de crianças a brincar - ao fundo, muito ténue, o ruído da cidade. O barulho maquínico desta é aqui substituído por uma sonoridade própria do mundo humano. A sensação, de início, é a de estarmos num lugar que fugiu à pressa urbana e onde se pode caminhar pelo meio da rua. Um bairro é um acontecimento sonoro específico.

Encontrámos em A. Prost (1991) bem descrita a sensação que tínhamos à medida que nos íamos sentindo um habitante local e que íamos reforçando a evidência duma especificidade físico-ambiental: "Para aquele que o habita, o bairro define-se subjectivamente pelo conjunto de itinerários percorridos a partir de casa. Percorridos a pé, entenda-se, já que a área do bairro é a do caminhar, enquanto que o espaço da aglomeração é o dos meios de transporte" - um bairro é, também, um acontecimento pedestre. "O espaço concreto do bairro ou da aldeia é um espaço aberto a todos, regido por regras colectivas, mas que em sentido óptico tem por sede um lugar fechado, uma casa nossa. É um *de fora* definido a partir de um *de dentro*, um público de que o centro é um privado".

- *funcional e das práticas de sociabilidade*: a vida quotidiana de alguns dos bairros que estudámos interrompe uma certa ideia pessimista da cidade que tem origem nos trabalhos de Louis Wirth (distância social, insensibilização, indiferença, anonimato, quebra das solidariedades, enfraquecimento do controle social informal...). Há, de certo modo, a restauração do comunitário, a dois níveis: a) forte identidade de lugar; b) trama significativa e densa de relações sociais, muitas vezes familiares. O *dealer*, figura típica da galeria dos delinquentes urbanos, é aqui (se for do bairro) recolocado no seu estatuto de cidadão normal: a despeito de vender drogas mais ou menos veladamente, "é bom rapaz", é um vizinho e um amigo. Quando é visto negativamente pela vizinhança, isso acontece por ser qualificado como "mau vizinho" - coisa que se deve mais aos traços de carácter do que à condição de *dealer*, podendo esta, neste caso, servir para reforçar a opinião negativa. O mais frequente é ser um conviva nas muitas horas "em que não há nada para fazer" - é que, contrariamente ao que acontece no ritmo citadino, o tempo sobra - desempregados, velhos, e mesmo quem trabalha durante o dia, "estão por ali", dada a pouca variedade de lazeres e o hábito de utilização da rua ou do largo como espaço convival. Finalmente, refira-se a frequência com que a utilização dos espaços público e privado é aqui invertida, interrompendo as relações público-privado típicas do cidadão médio urbano. Com efeito, há a marcação (com vedações, com cobertos, com vasos...) e a funcionalização para fins privados de espaços públicos, ocorrendo em simultâneo a comunalização de espaços privados (por ex. ter a porta aberta permanentemente). A interacção do indivíduo com o seu território envolvente, bem como as possibilidades de contacto social, estão assim potenciados. "o bairro é um espaço de conhecimento mútuo (...) nos bairros populares toda a gente se conhece. A vida

privada não pode permanecer totalmente secreta" (Prost, 1991). O típico prédio de apartamentos onde ninguém se conhece, e com as áreas comuns a gerarem interações inevitáveis e desejavelmente breves, aqui não existe. A rede de vizinhança funciona activamente, mesmo quando através da tensão e do conflito.

Se as cidades são, como se diz, os sítios onde se fica só no meio da multidão, nos bairros que estudámos torna-se difícil estar só e a multidão é uma coisa longe, na cidade ao fundo.

4. Espaços sociais paralelos

"Nas extensões contíguas às portas dos apartamentos do rés-do-chão, há uma série de estruturas acrescentadas pelos moradores: galinheiros, pequenas casotas de arrumos, feitas em materiais vários, com coberturas de plástico. Há uma profusa variedade e densidade de objectos aí, que testemunham uma apropriação do espaço típica do bairro: a extensão do espaço doméstico ao espaço público da rua. O público é como que privatizado. A própria forma como alguém de fora se sente aqui alheio e observado não é indissociável desta apropriação privada do espaço público." (Notas de terreno, 27. Dez. 92).

A divisão crescente entre o público e o privado enquanto esferas reguladoras de papeis e de momentos diferenciados é, sabemo-lo, uma característica da modernidade.⁽³²⁾ As cidades foram, precisamente, o palco privilegiado desta divisão; a cidade moderna é o lugar da especialização funcional e um dos seus vectores é a delimitação entre o público e o privado. Prost (1991) salienta que "a oposição entre um *chez soi* inteiramente privado e um *dehors* inteiramente público é uma maneira de apreender o espaço social própria da burguesia". Antes mesmo de estarmos certos desta evolução histórica, escrevíamos o seguinte, nas notas de terreno:

"O espaço público prolonga sem transição o espaço doméstico. Penso para mim, e pelo que já

⁽³²⁾ Cf., por ex., Rodrigues (1985), para uma síntese da constituição histórica das categorias da privacidade e da publicidade.

conheço, tanto dos interiores, como da sobrelotação das casas, que a melhor solução para ter espaço pessoal é capaz realmente de ser sair de casa. Aqui, na rua conquista-se, paradoxalmente, a privacidade, a soberania de ter um espaço seu. Esta deve ser uma das razões do valor da rua nos bairros, logo do encontro; logo dum socialização muito específica que aqui se gera, onde a relação face-a-face ainda é quotidiana e intensa e se pode falar em vizinhança no sentido real do termo. A vizinhança aqui não é mera proximidade física, como nas zonas urbanas da média burguesia que habitam em altura (porque nas que vivem em vivenda é um pouco diferente...), mas proximidade social, encontro, saudação, mandar umas "piadas", todos os dias as mesmas... Esta socialidade específica do bairro urbano, acaba, parece-me, por ser próxima da da aldeia" (Notas de terreno, 21. Jan. 93).

Esta aproximação dos lugares de habitação social à aldeia não é invulgar nos autores que têm estudado este tipo de espaços urbanos.⁽³³⁾ Encontramos, assim, forte apoio às nossas constatações, bem traduzido na seguinte passagem de A. Prost (1991): "Para o povo francês, como para os napolitanos descritos por Sartre (...), a oposição [público-privado] não é tão nítida. O espaço do bairro distingue-se bem do espaço privado, mas não lhe está vedado. Bem pelo contrário, forma à volta dele como que uma zona protectora. A conveniência permite que o bairro continue a ser um espaço aberto, público, e que, no entanto, a vida privada de cada um encontre nele um prolongamento, um eco, um apoio, por vezes também uma censura. O bairro, ou a aldeia, asseguravam uma transição complexa entre o público e o privado."

Num dos bairros - o da Pasteleira, aquele que tomou o nome da zona e onde mais tempo passámos - é a própria configuração dos blocos habitacionais que promove uma relação intrínca entre a vida privada e a pública. Com efeito, ao nível de cada andar há uma *passerelle* para

⁽³³⁾ De resto, a própria dicotomia rural / urbano encontra-se hoje submetida a crítica - cf. o artigo de síntese desta problematização em Guerra (1992). Aquilo que estamos a salientar prende-se, no entanto, não com a invasão do mundo rural pelo mundo urbano, mas com a recriação de sociabilidades típicas daquele no seio deste. É possivelmente num sentido próximo que Cabrita (1988), apoiando-se em Chombart de Lawe, fala em "cultura de periferia", caracterizada, seja por uma vida urbana incompleta, seja por uma vida rural degradada, seja pela coexistência de ambas.

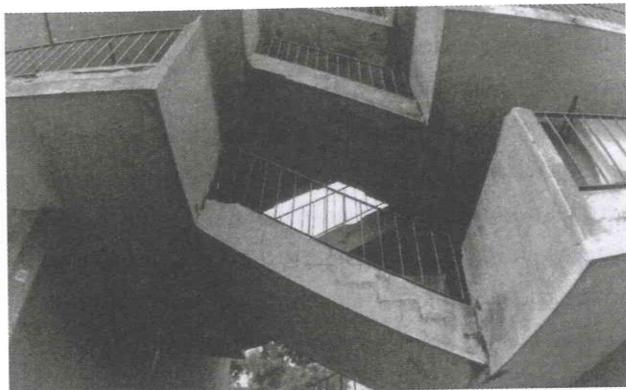


Imagem 4 passerelle



Imagem 5



Imagem 6

a qual abrem todos os apartamentos; esta *passerelle* funciona como varanda sobre o espaço público em frente (ver imagem nº 4). Para além da constante visibilidade deste espaço a partir da habitação de cada um, permite ainda falar para a rua sem ter de lá ir - o que acontece com grande frequência, dando um fundo de vozes humanas ao ambiente. É este um excelente exemplo do contrário dum bloco de habitação sociófugo, isto é, um edifício que dificulta as interacções sociais entre os residentes (Osmond, cit. por Sangrador, 1987).

Num destes blocos, uma das habitações funciona como posto de venda de cervejas, batatas fritas, etc. Bate-se à porta, entrega-se o dinheiro e fica-se ali, por vezes, na *passerelle*, encostado a beber - é, à noite, um dos "poisos" conviviais do bairro; vai-se saudando quem passa na rua e é fácil testemunhar a grande relação face-a-face existente aqui. As janelas das habitações que dão para a *passerelle* não podem evitar comunicar com o café assim improvisado; os parapeitos são as mesas para pousar as cervejas; quando algum morador sai ou entra em casa não o pode fazer senão pelo meio do "café"...

Este exemplo testemunha ainda da *polivalência funcional dos espaços*: a habitação é também estabelecimento comercial; a área de condomínio é também, chamemos-lhe, um café; em frente, há roupa a secar - nos bairros há sempre roupa a secar, mesmo quando chove intensamente... (imagens nº5 e nº6) -, cães deitados, crianças a brincar e, permanentemente, pessoas nas suas rotas pedestres.

Acrescentemos, finalmente, que um forasteiro não descobrirá com facilidade aquele "café": faz parte dum certo *de dentro* da vida social do bairro - tal como, veremos mais tarde, o consumo de drogas.⁽³⁴⁾

O bairro social obriga a reproblematicar, portanto, as relações entre o público e o privado. A compreensão sobre o fenómeno droga nestes espaços poderá ganhar, assim, outros contornos; de facto aquilo que deveria ser inteiramente privado, pela sua condição criminalizada e pelo seu estatuto de tabu, conquista aqui lugar no espaço público - ou seja, instala-se nele através das condições criadas pela relação não-convencional entre o privado e o público.

⁽³⁴⁾ Eis aqui o contrário daquela frase publicitária que, incitando a fazer férias em Portugal, diz "vá para fora cá dentro"; aqui, está-se dentro cá fora.

Recorreremos, a partir de agora, aos conceitos de *habitus* (Bourdieu, 1972, 1989) e de *apropriação* (Proshansky, 1976), como instrumentos que permitem problematizar os dados brutos,⁽³⁵⁾ na tarefa de continuar a esclarecer a função social dos lugares. Se o conceito de apropriação é mais intuitivo - diríamos mais facilmente apropriável pela nossa experiência cognitiva, - já o de *habitus* obriga a que relembremos que o tomamos aqui como "sistemas de disposições produzidas pelas estruturas sociais, ou, para ser mais preciso, produzidos pelos condicionamentos sociais, associados a uma classe particular de condições de existência" (François, 1990). Continuaremos, ainda, a desenvolver o tema das práticas de sociabilidade próprias deste tipo de unidades socio-territoriais; já vimos como, de certo modo, interrompem a lógica da cidade dominante. Daremos dois exemplos: a ecologia social do bloco de habitação e o "largo", um lugar convivial.

a) *ecologia social dos blocos de habitação*: demos já atrás, ao descrever o café improvisado numa área de condomínio dum bloco habitacional, um exemplo de apropriação dum espaço originalmente destinado apenas à função residencial, instaurando-lhe outras funções e convertendo-o em lugar de sociabilidade. Detenhamo-nos com mais pormenor nesta escala de microanálise, ou seja, na escala em que a interacção é importante - a dimensão psicossocial dos lugares. A unidade sobre que nos debruçaremos agora parece-nos ilustrativa dos diferentes usos que os indivíduos fazem do ambiente construído, de acordo com processos de apropriação e com *habitus* diferentes.

Os estudos da psicologia ambiental sobre a habitação em altura não parecem ser conclusivos, havendo, no entanto, alguma evidência de consequências negativas para os moradores (por ex., desterritorialização, enfraquecimento do controle social informal...); é sabida por outro lado, a reacção condenatória que gera a política habitacional de alojamento em "caixotes" e o grande aglomerado tem vindo a tornar-se símbolo da periferia urbana desqualificada e do seu rol de problemas. Que pode a nossa observação dizer sobre isto?

Antes de qualquer outro comentário, rejeitemos como ponto de partida qualquer análise tendente

⁽³⁵⁾ Inversamente, poderíamos ver nos dados brutos a corroboração empírica de testes teóricos; mas, na realidade, fomos *a posteriori* ao contrário dos conceitos que dissessem numa linguagem formal aquilo que dizíamos numa linguagem empírica.

a leituras lineares do fisico-ambiental ao comportamento (por ex., as torres do Aleixo, enormes para a escala volumétrica do Porto, não podiam gerar senão um *ghetto*); o espaço, por si só, não gera efeitos - ou melhor, pode ser a sede de qualquer efeito. O que gera efeitos é a interacção de pessoas concretas com espaços concretos.

Os bairros onde estivemos são vizinhos de zonas de alto estatuto residencial. Por ex., a poucas centenas de metros do bairro da Pasteleira há um conjunto de blocos de habitação de luxo (imagem nº 7); o mais alto é uma torre de nove andares. A maioria, são blocos de três andares. Todo o espaço entre os blocos está impecavelmente ajardinado; não há nele movimento de peões ou crianças a brincar; as portas dos prédios estão fechadas e não há qualquer concentração de pessoas no espaço semi-público que elas definem, em grande contraste com o que acontece nos bairros. Outro contraste: os prédios estão bem conservados, não se vê neles gente à janela ou nas varandas e não têm roupa a secar nas fachadas. Ainda outro contraste: os moradores entram de automóvel directamente para o interior do prédio, utilizando pouco a pé a rua.

Ao fim de três meses de andarmos quase exclusivamente nos bairros, detivemo-nos em algumas observações neste conjunto habitacional, atraídos pelo contraste que representavam, apesar da quase contiguidade espacial. Escrevíamos nessa altura, nos comentários aos registos de observação: ("Reafirmo a minha verificação de que a construção em altura, só por si, não é problemática - depende de para quem se constrói em altura, talvez. As classes altas territorializam dum modo distinto das populares as torres. Conservam-lhes as entradas fechadas, a zona de condomínio não é utilizada para convívio; impedem que a torre funcione como lugar



Imagem 7 Bairro habitacional de classe média-alta situado ao lado dos bairros em estudo

de concentração; os jovens da classe alta ocupam muito menos tempo na rua, distraem-se mais no espaço doméstico (...) ou deslocam-se a outras zonas da cidade onde há lazer organizado em função do sector juvenil como grupo social de consumo. Têm modo de alargar o seu território de lazer (*scooters*, motos, carros), o que evita que tenham de se concentrar no território imediato à habitação, como acontece com a entrada do bloco no bairro social.

Esta dupla de circunstâncias - vivência do espaço doméstico, alargamento dos sítios de lazer, torna menos premente a territorialização dos espaços imediatamente contíguos às torres.

A "mania da conservação", típica dos moradores dos conjuntos habitacionais de alto estatuto (ver a relva, os espaços de condomínio, etc.), é possível também que exerça um controle social informal apertado sobre comportamentos que favoreçam a concentração de grupos conviviais. (...) Ou seja, ao mesmo tempo que se impede que se degradem os espaços público e semi-público, dissuade-se a concentração juvenil, o que é, obviamente, um círculo vicioso, pois vai acentuando o controle social informal à medida que a zona reforça o seu estatuto, aumentando, provavelmente a longo prazo, o contraste com os bairros sociais vizinhos." (Notas de terreno, 9. Jan. 93). O que parece ressaltar daqui é a constatação duma série de comportamentos diferentes, entre as classes sociais aqui em comparação, no que respeita ao modo de apropriar uma torre. O que dependerá por sua vez do *habitus* de classe como "funcionamento sistemático do corpo socializado, (...) disposição incorporada, quase postural" (Bourdieu, 1989).⁽³⁶⁾

Nesta linha de análise, estreitemos ainda mais a escala de observação - desloquemo-nos ao interior

⁽³⁶⁾ "Como Merleau-Ponty ou Heidegger, (a noção de *habitus*) designa uma relação de cumplicidade ontológica com o mundo; ou ainda, no caso em que - como Mauss, o qual reconhece a sua dimensão corporal como porte ou postura - a noção serve para referir o funcionamento sistemático do corpo socializado" (Bourdieu, 1989). Talvez estejamos a simplificar, mas encontramos aqui o princípio teórico que nos lançou luz sobre o porquê de conhecermos, só pelo andar, pela postura, mesmo ao longe ou de costas, um jovem de bairro; de igual modo, as rotinas convencionais, os tiques de voz, os temas, são imediatamente indicadores de pertença eco-social dos actores envolvidos. Talvez estejamos a simplificar, mas sempre nos tranquiliza saber que estamos a seguir as recomendações do próprio Bourdieu, que incita "à reaplicação", "fazendo funcionar a respeito dum objecto diferente o modo de pensamento que nele se exprime, reactivando-o num novo acto de produção tão inventivo e original como o acto inicial" (Bourdieu, 1989).

duma torre. Tomemos para comparação dois exemplos bem extremos: a torre (de nove andares) do conjunto habitacional que temos vindo a considerar, e uma torre do Aleixo (treze andares). A primeira diferença ocorre ao nível dos dispositivos físicos que impedem ou facilitam a interacção:

"O video da portaria, artefacto distintivo da construção dita de qualidade, destina-se a permitir o controle de presenças indesejáveis, sem que para isso seja necessário sair da esfera doméstica - controle territorial à distância. O video da portaria é bem o signo da primazia da vida doméstica sobre a vida colectiva; as portas dos prédios não são lugares para ninguém estar, nem mesmo as áreas interiores do condomínio. O prédio é assim impedido de gerar áreas conviviais. A própria ligação directa da habitação à garagem através do elevador reduz ao máximo os contactos sociais." (Notas de terreno, 27. Dez. 92).

Em contraste, o simples facto dos elevadores no Aleixo estarem grande parte do tempo avariados e, mesmo quando funcionam, não inspirarem confiança, promove o cruzamento sistemático dos moradores, escada acima, escada abaixo. O instrumento que num lado dificulta a interacção, promove-a no outro... A ausência, já não diremos de video de portaria, mas da própria porta numa torre do Aleixo torna fácil o acesso a estranhos - o que não é um factor desprezível para o bom funcionamento do mercado das drogas. Neste caso, o controle do estranho não é feito por qualquer artefacto, mas pelos actores desse mercado, o que acaba por se revelar mais difícil de contornar do que qualquer video de portaria...

"A porta da garagem de controle celular acaba por tornar o morador quase invisível aos seus vizinhos. Podemos co-habitar um prédio com pessoas a quem desconhecemos a altura, porque sempre que as vimos iam sentados... Os contactos assim reduzidos reforçam a independência de cada agregado familiar, tal como a teria numa vivenda unifamiliar. Enquanto as torres das classes populares são ilhas ao alto⁽³⁷⁾ (...) o prédio de luxo é uma máquina feita para impedir

⁽³⁷⁾ Muitos dos habitantes dos bairros camarários foram aqui realojados em resultado da demolição das ilhas, que representavam uma tipologia de alojamentos contemporânea do desenvolvimento industrial do Porto e destinada às classes populares. Paulo Seixas "As ilhas do Porto" (texto policopiado).

contactos e concentrações." (Notas de terreno, 27. Dez. 92).

A concepção do prédio destinado às classes altas reflete a importância dada por estas à vida privada e ao controle dos imponderáveis. A valorização duma normatividade nos comportamentos residenciais traduz-se na criação de códigos escritos (o estatuto do condomínio); a ordenação e conservação dos espaços de condomínio e das áreas contíguas ao prédio incita à regra. A racionalização do habitat pede a racionalidade da conduta. Não há nisto direcções causais, mas reforço mútuo. Escrevíamos assim nas notas de terreno de 27. Dez. 92:

"O *habitus* de classe tende a reforçar esta maquinaria vigilante do prédio, desencoraja os contactos, cultiva a aparência do espaço habitável; o estatuto de classe passa por signos visíveis: o automóvel,⁽³⁸⁾ o prédio onde se escolheu comprar apartamento.⁽³⁹⁾ (...) Rege-se o quotidiano por uma privacidade doméstica quase sagrada; signos populares que tendessem a criar percepções dum espaço colectivizado, como a roupa a secar no exterior, são liminarmente proibidos."

Ao invés, numa torre do Aleixo, a abertura do prédio ao exterior, o prolongamento das actividades dele ao espaço de rua (seja a brincadeira das crianças, sejam os jogos interactivos dos negócios das drogas), convocam a interacção; e o prédio, enquanto dispositivo físico, habilita muito menos o residente a comportamentos de controle social; há a apropriação privada de áreas de condomínio (dê-se o espectacular exemplo dum morador que vedou com grades pontiagudas vários metros quadrados a seguir à sua porta, num 6º ou 7º andar, obrigando os outros moradores

⁽³⁸⁾ Uma das primeiras constatações que fizemos ao chegar ao bairro onde habitámos foi a do tipo de automóveis: uma grande facilidade em encontrar automóveis já praticamente fora de circulação (o Ford capri, o Datsun 1200, o Morris...). Estas marcas associam-se a um estatuto social prestigiado nos anos 70.

⁽³⁹⁾ Fizemos nesta altura uma análise de conteúdo sumária aos anúncios de venda de habitação na imprensa - e é clara a associação entre reforço do estatuto social e características de habitação e dos serviços adjacentes (banco, *health club*...); curiosa foi a constatação de que os anúncios dirigidos a sectores de elevado poder de compra incitavam a "fugir de cidade" (áreas de condomínio fechado), enquanto que aqueles que se dirigiam a sectores de pouco poder de compra incitavam a "vir viver na cidade".



Imagem 8 Vandalismo ou apropriação e marcação territorial?



Imagem 9

a ir à volta...) (ver imagens nº 8 e 9); e cada patamar de andares funciona como palco de várias actividades, desde o namorar ao lavar a roupa, desde o adulto a fazer *bricolage* à brincadeira infantil, um pouco ao estilo da ilha donde alguns vieram, um pouco ao estilo da vida de pátio da Ribeira-Barredo, donde veio a maioria.

Em síntese: demos aqui conta de coexistências sociais bem diversas, apesar de tão grande proximidade física; e damos apoio à ideia de que o prédio, a construção em blocos, não determina linearmente as condutas dos residentes; ele é que, por sua vez, depende da forma como estes o apropriam e que formas de apropriação se ligam estreitamente ao *habitus* de classe. Somos obrigados, assim, a problematizar uma afirmação do senso-comum, pelos vistos já velha: em 1663 Sir Balthazar Garbier constatava que "too many stairs and backdoors make thieves and whores".

b) o "largo", lugar convivial:

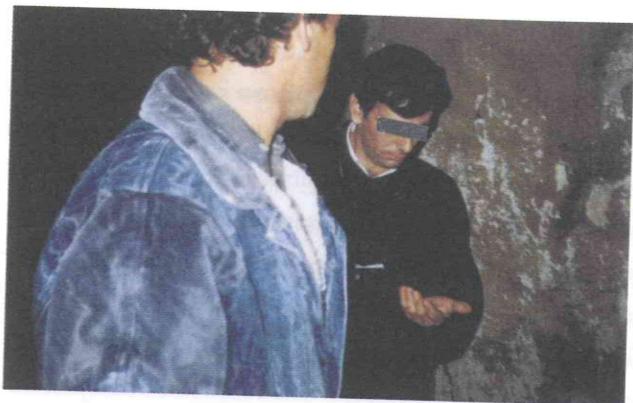
"Nota-se que aqui as pessoas se conhecem, que há relações de vizinhança densas e significativas. Vejo um velho, curvado, a mancar e apoiado na bengala, que atravessa o grupo de jogadores de bola. Um deles, o único que já não é jovem - é um adulto com cerca de 40 anos - pára o jogo, retendo a bola, e rouba a bengala ao velho. Com um ar duro, onde se percebe obviamente o lúdico, obriga-o a caminhar sem bengala. Todo o grupo de jogadores fica a gozar a situação. Como o velho não saia do sítio, o indivíduo puxa-lhe uma orelha e ele grita "ai", mas ri-se ao mesmo tempo. Comento ao Feijão, ao meu lado nesse momento:

- Coitado do velho. O gajo não se chateia?

- Ná! [Sorri, também divertido com a cena]. O velho curte, meu. Se não for isto nem dá conta que existe, o gajo precisa é de ser assim, mexido, 'tás a ver? Ele curte, meu. Que é que lhe resta, se não forem assim umas brincadeiras?" (Notas de terreno, 7. Mar. 93).

Analisaremos agora um lugar significativo do bairro da Pasteleira: o "largo" (imagens nº 10 e 11), espaço de terra batida enquadrado pela associação desportiva e recreativa (conhecida pela "sede" e lugar também central na vida quotidiana daqui) e por blocos de habitação cujas varandas abrem para o "largo". Iremos reencontrar o "largo" quando, mais à frente, falarmos de drogas, pois à altura do nosso trabalho etnográfico operavam nele vários vendedores de haxixe, heroína e (menos) cocaína. Afigura-se-nos, assim, um bom exemplo da complexa sobreposição entre a vida normativa do bairro (o lazer, o convívio, o "estar por ali") e as actividades desviantes.

O "largo" fica numa das saídas do bairro, sendo perfeitamente visível ao passar de carro na rua limítrofe. Isto tem importância para facilitar a interacção com os compradores de psicoactivos que vêm de fora do bairro. É uma área de sociabilidade intensa; se o tempo está bom, compra-se cerveja na "sede" e vem-se beber cá para fora, ficando por ali à conversa. Saúda-se quem passa, a maioria das vezes utilizando o nome próprio. Uma regularidade comunicacional: meter-se com alguns indivíduos que chegam, através do comentário jocoso, da ironia, da deprecição; normalmente ou não há resposta verbal, ou se responde com uma frase curta que incluía



*Imagem 10 O "largo",
enrolar um charro na entrada
de um bloco*



*Imagem 11 O "largo", o
lazer ao longo da tarde (fica-
-se curiosamente de pé)*

três asneiras em cada quatro palavras - vamos percebendo, com o tempo, que não há nisto insulto, é tão só um hábito instalado.

"Se não for isto, nem dá conta que existe", escrevíamos nós acima, ao citar as notas de terreno. Esta rede interactiva que reitera a cada dia a identidade foi bem caracterizada por Prost (1991): "Na verdade, há aí mais do que conhecimento mútuo: há um intercâmbio social. Cada habitante do bairro ou da aldeia retira um certo benefício desta vizinhança se satisfizer o preço que há a pagar. Recebe dos outros pequenas gratificações: sorrisos, bons dias, saudações, palavras de circunstância que proporcionam o sentimento de existir, de se ser conhecido, apreciado, estimado." Está-se, simplesmente, "por ali" - eis uma actividade típica num sítio onde raramente acontecem lazeres formalmente organizados. Às vezes, "está-se ali" mas com uma intenção

concreta: aguarda-se pacientemente que chegue alguém de quem se espera que traga haxixe. Outras vezes "está-se ali" mas vai-se fazendo algum contacto em ordem a ir vendendo algumas drogas. Encontramos algumas semelhanças entre o "estar ali" que faz do "largo" uma extensão da "sede" e aquilo que Machado Pais (1990) descreve sobre as práticas de sociabilidade juvenil na cultura operária: "*Parar no café* não significa, para eles, apenas usufruir do seu espaço interior; é também - e principalmente - estacionar à sua porta ou nos passeios contíguos. (...) *Parar no Café Tourada* não é uma actividade apenas associada ao *consumo*, é também uma actividade de *produção*: de produção de sociabilidades."

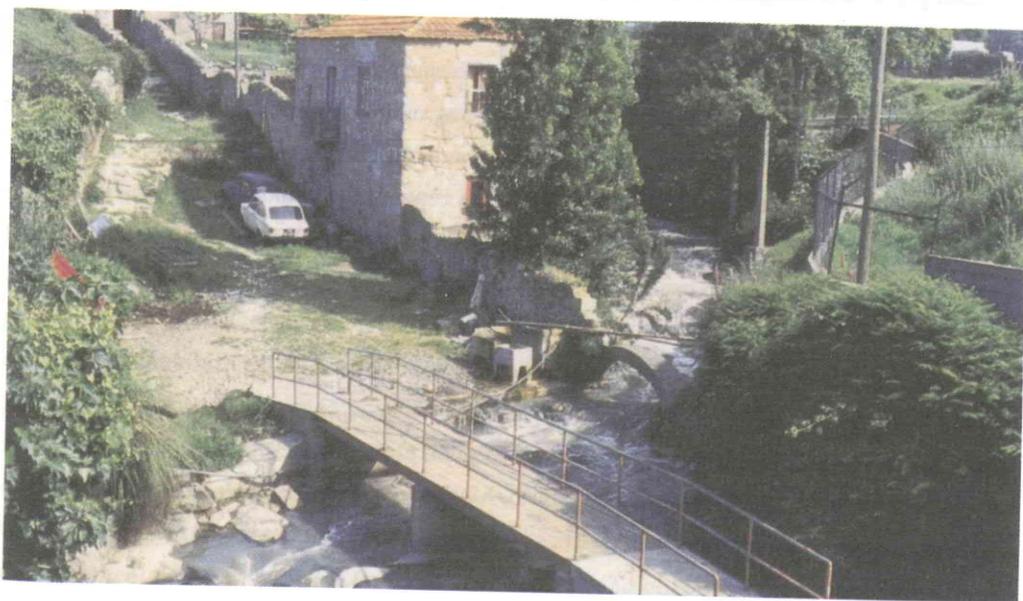
O "largo", para quem o observar atentamente, funciona como cenário de actividades múltiplas. Joga-se, às vezes, à malha, mesmo ao lado; e vai constituindo entretenimento para quem vê. Vejamos um excerto do diário de campo relativo a um domingo à tarde, por volta das 18 h. dum dia de sol:

"No "largo" convive-se de pé. Um ou outro senta-se nos beirais que supostamente desenhariam os canteiros, transformados em chão de terra batida. Os blocos cujas fachadas abrem para o "largo" têm gente à varanda e emanam barulho, que se mistura ao já produzido no espaço público. É um lugar denso de ruídos. O R. S. fala alto, desde a rua, para a varanda dum dos blocos onde mora um irmão. Começa a desenrolar-se, daí a momentos, um jogo de bola entre indivíduos que estão no "largo". A bola, em mau estado e vazia, serve como projectil de "tiro ao alvo" sobre um jovem que o grupo de jogadores elegeu, tacitamente e sem palavras, como o "cristo" de serviço. O jogo parece divertir os participantes, onde se inclui um *dealer* e um "chabalo" que faz pequenos recados para *dealers*." (Notas de terreno, 11. Mar. 93).

A actividade lúdica que consiste em escolher um indivíduo e, em grupo, fazer recair sobre ele ataques verbais e por vezes pequenas agressões (os "cachaços") é frequente. Ao início, tem-se a impressão de que o contacto social é sempre tenso, por vezes hostilizador. Mas corresponde a um modo de comunicação perfeitamente rotineiro, que não é vivido a maioria das vezes como ofensivo, e que treina os indivíduos, desde muito jovens, para a auto-defesa. Conviver, aqui, é resistir à chacota, saber ripostar com rapidez, mostrar-se hábil no jogo das agressões verbais - o tom, o fundo, é lúdico. No dia seguinte repete-se o jogo, e reproduz-se sempre este estilo de rela-

cionamento (retomaremos este tema no Cap. 3, ao debruçarmo-nos sobre "As boas maneiras"). Qualquer pequeno acontecimento serve de distração: um jovem que tropeça num canteiro e fica de gatas, ouve de imediato "O canteiro já aí estava, não já? Não estragues essa merda, caralho!"; ao som das gargalhadas, alguém aproveita a posição de gatas do acidentado para lhe enfiar um pontapé no rabo. Há aqui uma grande atenção às falhas, aos gestos desajeitados, a uma palavra com sílabas trocadas... O banal é erigido em teatro e aproveitado para o gozo colectivo. O que importa aqui sublinhar é a função social de certos espaços, como a "sede" ou o "largo", a importância que têm como matrizes que promovem o encontro, a relação face-a-face, a distração. Funcionam como organizadores do tempo e das relações sociais e são os sítios onde melhor se exprime a "aldeia" que ali há. Isto obriga-nos a problematizar uma noção muito frequentemente associada aos bairros: a exclusão social.

Imagem 12 Esta "sobrevivência rural" estava situada mesmo por trás dum hotel de cinco estrelas e do bairro Pinheiro Torres. Foi parcialmente destruída em 1995 para a construção dum nó rodoviário. A Ribeira da Granja, apesar do ar bucólico da imagem, está completamente poluída e exala um forte cheiro.



5. Redefinir "exclusão social" e "espaço marginal"

As zonas socio-espacialmente marginalizadas da cidade dominante são, com grande frequência, etiquetadas como lugares de exclusão social, como *ghettos* de dissocialidade, como sítios "de relegação" (Delarue, 1991). Parece-nos mais adequado conceber a cidade dum modo não dicotómico (cidade valorizada/desvalorizada; centro/margem; integração/exclusão social; trabalho/desemprego). Assim, é preferível utilizar uma hierarquia complexa que vai do pleno trabalho ao pleno desemprego (as figuras do extremo seriam *oworkaholic*, adicto ao trabalho, e o desempregado de longa data, adicto a um "estar por ali" como posição existencial totalitária); pelo meio dos extremos há diversas possibilidades: trabalhar num trabalho que não é reconhecido como trabalho (o *dealer*, por ex.), trabalhar só quando apetece (o "biscateiro"), trabalhar em sistema intermitente de modo a ir gerindo o subsídio de desemprego, combinar um trabalho legal com uma economia subterrânea, combinar a reforma com o *deal*. De tudo isto vimos um pouco nos actores sociais dos bairros. De igual modo, aceitando por agora a etiqueta de "excluído", a cidade é também uma hierarquia, desde o muito integrado nas tarefas e papéis reconhecidos socialmente, ao muito excluído (o mendigo, o sem-abrigo). Cada espaço de "exclusão social" mostra-se, no entanto, capaz de produzir uma vida social espontânea que não se assemelha muito à exclusão. Não estamos a dizer nada de novo: as velhas monografias da Escola de Chicago já tinham chamado a atenção para a vida social dos espaços intersticiais e dos "mundos desviantes". Aquilo que nos merece interrogação é o porquê, nesse caso de se insistir tão assiduamente nas dicotomias.

Daremos a seguir um exemplo extraído do diário de campo, que demonstra a capacidade integradora dos espaços ditos excluídos. Trata-se do episódio em que a protagonista é uma mulher deficiente mental, de idade acima dos 50 anos, que quase diariamente víamos na "sede":

"Enquanto estou sentado com o R. S. na "sede", cada um com a sua garrafa de cerveja, vou reparando nas pessoas. Daí a poucos minutos, uma mulher já com cabelo branco e com uma barriga muito saliente começou a gritar, fazendo queixa de que lhe dão com uma garrafa de cerveja na cabeça. Dirige os protestos ao balcão. Mas noto que nem no balcão nem na sua mesa lhe prestam atenção. Continua a queixar-se, está quase a chorar. Interrogo o R. S.:

- Aquela mulher está brava!

- É o bobo da corte, sabes? Não é que seja o único que cá temos, mas quando ela está, é ela o bobo da corte.

Curiosa semelhança com o bobo da aldeia, penso para mim." (Notas de terreno, 21. Jan. 93).

Durante a nossa permanência no bairro, fomos sempre vendo esta mulher. Participava do "estar por ali", falava com as pessoas, sentava-se na mesa delas. Era um deles - embora de vez em quando solicitada para a função de bobo. Provavelmente, numa zona da cidade com redes de vizinhança mais diluídas ou fragmentárias, esta mulher fosse de facto excluída da possibilidade do convívio e dum papel - mesmo aparentemente pouco convidativo... - e lhe restasse a posição solitária do mendigo.

Se esta sociabilidade específica do bairro tem semelhanças com a da aldeia, há porém algo em que é muito distinta:

"O que já é menos parecido com a aldeia é a tolerância que esta "aldeia" aqui do bairro tem em relação aos protagonistas de actividades desviantes." (Notas de terreno, 11. Mar. 93).

Com efeito, a "sede" era frequentada por consumidores de drogas e por *dealers*, embora se abstivessem dentro dela das actividades respectivas; e isto no mesmo espaço em que se jogava à sueca e ao dominó, reproduzindo uma típica cultura tradicional operária. Verificámos estas coexistências noutros lugares de convívio, como, por ex., as clássicas tascas de petiscos e vinho a copo, nas proximidades dos bairros e frequentadas pelos seus habitantes.

Encontramos aqui claramente lugares que correspondem à definição de *espaço marginal* proposta por Fischer (1994): marginal topologicamente e pelos comportamentos possíveis de encontrar nesse lugar. O marginal não diz aqui respeito ao desestruturado, ao anómico, ao inseguro. Diz respeito mais àquilo que Goffman (cit. por Fischer, 1994) chama *bastidores*, e a que nós já havíamos chamado *traseiras da cidade* (Fernandes e Agra, 1991): espaços de invisibilidade, retirados, sem transparência.

Ora, aquilo que parece ser próprio destes espaços não é, necessariamente, a dissocialidade, o desregramento, a transgressão (embora sob certas condições possam aproximar-se desse

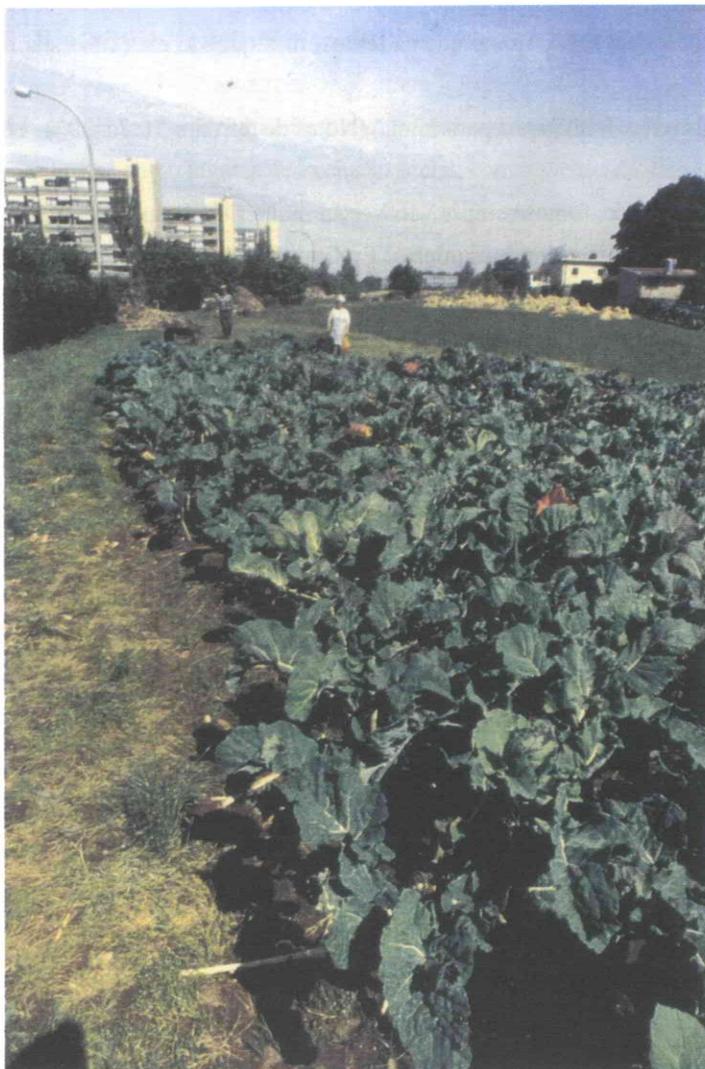


Imagem 13 Um campo agrícola, entre um bairro social e uma zona residencial de alto estatuto.

quadro), mas a criação de uma "vida social paralela": "O espaço marginal pode ser considerado como um espaço onde se manifesta uma forma de vida social particular, ou seja, em cuja margem se desenvolvem processos sociais que possibilitam que os indivíduos ressocializem o próprio tecido que os dissocializa" (Fischer, 1994). Ou, na linguagem expressiva de Stanley Cohen (1985), "a extraordinária capacidade humana para criar uma identidade nas gretas, nos interstícios do sistema."

Continuemos ainda com o tema da "exclusão social", para dar conta agora duma estratégia aparentemente paradoxal: um espaço marginal, no sentido em que o acabámos de definir, passa progressivamente a marginalizado através da centralidade que assume no discurso social. A *margem* socio-espacial é hoje *centro* discursivo. Só que os temas que o preenchem constroem uma imagem unilateral da margem, onde se destacam a "exclusão social" e a "marginalidade" - são, portanto, não apenas realidades sociais, mas efeito retórico. Constituem modalidades centrais duma narrativa em moda sobre a grande urbe.

Os espaços sociais que temos vindo a caracterizar são, deste modo, lugares cercados - em primeira instância, pelo estereótipo que sobre eles se reactualiza incessantemente. São, chamemos-lhes, *territórios acossados*.

6. Territórios acossados - 1

Problematizemos, portanto, a leitura corrente que faz dos bairros lugares que acossariam a cidade, ao serem a sede de indivíduos marginais e o centro das dissocialidades que afectariam o equilíbrio da urbe. Acossá-la-iam também porque funcionariam como autênticas escolas do crime, dado o contacto precoce das crianças com fenómenos desviantes de toda a ordem. E se os territórios que acossam fossem, afinal, territórios acossados?

Um bairro pode funcionar como um sítio protector para o indivíduo: o sítio da sua rede de sociabilidades, dos seus percursos familiares, da repetição quotidiana dos encontros e das rotinas. É neste sentido que funciona como um território. Um território é, mais do que coisa nossa, a coisa onde o que é nosso ganha significações. Mas pode também ser o sítio que serve à topologização

da insegurança urbana, das drogas, da delinquência: o "é ali" destes fenómenos. A repetição ritual do "é ali", se coincidir com o aumento visível de actividades proscritas, legitima a intervenção das instâncias de controle social.

Foi assim, por ex., que, enquanto estávamos no terreno, assistimos à progressiva sinalização do Aleixo como "hipermercado das drogas". Isto coincidiu, de facto, com um grande movimento de mercado, sobretudo de heroína, e da fácil identificação, para quem se dispusesse a entrar no bairro, de uma grande quantidade de actores das drogas. Seguiu-se uma investida policial, com tiros pelo meio, que culminou com o encerramento das *roulottes* à entrada do bairro, pois seriam entrepostos comerciais de psicoactivos. Pouco tempo mais tarde - cerca de um ano depois de acabarmos a fase do trabalho etnográfico em que fomos "moradores" - foi colocado policiamento permanente, particularmente em frente da torre onde decorria, não apenas a maior venda de drogas do bairro, como uma actividade *underground* de consumo. Dizemos bem, *underground*, pois tratava-se das caves, de acesso estritamente controlado pelos actores das drogas, onde várias vezes descemos, naqueles que foram os momentos mais intensos do nosso trabalho. Pouco antes, a Câmara do Porto tinha tomado "medidas de emergência" para o bairro, abrindo um gabinete "com uma equipa multidisciplinar" numa das torres.

Se nos colocarmos no *de dentro* que é um bairro, se procurarmos transportar-nos à vivência de muitos actores sociais com quem contactámos, estes são territórios sob mira. Não é por acaso que há, como podemos verificar, sistemas de detecção e vigilância dos forasteiros - desenvolveremos isto à frente, ao falar das drogas. Dizíamos, são territórios sob mira:

- *policial*: as pessoas sabem que há frequentes (mas inopinadas) incursões de polícia à paisana. Certos indivíduos estão referenciados. Há um sentimento de se ser observado no seu próprio espaço de vida. Como nos dizia um *dealer* de esquina durante uma incursão de "paisanas", em que também fomos envolvidos, "não se consegue estar sossegado, anda-se sempre com o coração nas mãos"...

- *técnica*: os agentes medico-sanitários e os técnicos de prevenção decidiram que estes espaços são os ideais para as suas campanhas de "educação para a saúde", de "intervenção comunitária", de "prevenção do risco de...". Sentem-se assim legitimados a inquirir, a vasculhar, a espreitar. Por sua vez, técnicos de reinserção social colhem nestas famílias os dados necessários para o controle judicial de indivíduos que delinquem, com o argumento da sua reinserção - mesmo que

estes não estejam desinseridos, coisa que deveria ser sempre necessário ter em conta...

- *engenharia social dos projectos comunitários*: a nossa recente adesão à Europa mais desenvolvida economicamente acarretou a injeção de verbas para "populações socialmente em risco", que originou diversos programas em decurso actualmente. Se é ainda cedo para avaliar dos seus possíveis méritos, deficiências, ou pura e simples inutilidade, não é difícil prever que, não se articulando com as acções dos vários agentes *psis* a actuar já no terreno, implicarão, mais uma vez, a inquisição ao quotidiano dos habitantes das "zonas de risco"...

O tom crítico com que referimos a tentativa de normalização sanitária e moral das populações em causa não pretende obscurecer a realidade em que frequentemente vivem: a pobreza, manifestada, não apenas pela escassez financeira, mas sobretudo pela falta de acesso aos recursos integradores da cidade dominante (desde logo aos laborais e aos de formação profissional) precariza a condição em que se vive e eterniza a marginalidade socio-espacial. Trata-se, em suma, na linguagem agora em voga dos investigadores da desviância urbana, de "populações relegadas", de "meios fortemente criminalizados e marginalizados"; trata-se, enfim, de ambientes onde as existências desviantes e as carreiras delituosas estão *potenciadas ecologicamente*: a errância por um dado território que concentra uma actividade delituosa, o grupo de rua, a esquina de compra-venda de drogas, são interactivos e promotores de socialização, permitem os contactos instrumentais necessários a um "mundo desviante". Há um *way of life* afastado de actividades e de contactos sociais normativos - ou, se se quiser, propiciador de uma "desviância normativa", como diziam os sociólogos de Chicago.⁽⁴⁰⁾

Ao longo desta secção a que chamámos "territórios aossados" fomos já falando de actividades desviantes e de drogas. Colocaremos, a partir de agora, no centro da nossa atenção os indivíduos, as interacções e as sociabilidades em torno das drogas. Falaremos dos *territórios psicotrópicos*.

⁽⁴⁰⁾ Aquilo a que chamamos a potenciação ecológica, embora sem estar enunciada, estava já implícita na formulação da Teoria da Associação Diferencial de E. Sutherland nos anos 30.

CAPÍTULO 3

AS DROGAS NOS BAIRROS: OS TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS



Escrevemos já há algum tempo que a cidade é o palco dos *pós modernos* (Fernandes, 1990). Desde o início da década de 80 e em Portugal, o principal é o *pó*, simplesmente - o nome mais repetido na gíria *drug* para designar a heroína. Em igualdade de importância figura também o haxixe. É mais ou menos consensual dizê-los espalhados "por todo o lado" e "em todas as classes sociais"; é no entanto necessário introduzir mediações nestas imagens, se quisermos ser fiéis às figuras e aos territórios das drogas.

Façamos, então, uma advertência, antes de entrarmos no detalhe descritivo. A fase intensiva de trabalho de terreno terminou no verão de 1993, limitando-nos depois a algumas visitas aos mesmos locais, espaçadamente. Estas visitas posteriores, bem como a atenção permanente a factos e às conversas dos actores das drogas, reforçaram-nos uma ideia que já tínhamos: a da contínua mobilidade do fenómeno droga. Se bem que a fase iniciada com a heroína venha mantendo as mesmas características gerais, há rearranjos nos elementos constitutivos do fenómeno psicotrópico. Exemplifiquemos: a partir de 1995 o Aleixo diminuiu o seu protagonismo de "hipermercado das drogas" e novos espaços vêm para o centro do discurso colectivo (por ex., o bairro do Lagarteiro); ganha impacto uma nova figura no jogo dos actores: a milícia popular; relativamente aos produtos, a heroína continua no topo das transacções, torna-se cada vez mais frequente fumá-la - o que tem consequência no estilo de vida *junkie* -, o haxixe tem falhas de distribuição no pequeno retalho do *deal*, a cocaína democratiza-se e tem maior presença nos bairros, e um novo produto confeccionado caseiramente a partir desta vem ganhando importância: a base, termo de gíria para um *crack* à portuguesa. Paralelamente, noutros espaços bem diferentes daqueles que investigámos, assume progressiva importância o *ecstasy* e, agora, dizer "meti pastilhas" pode já não querer dizer que se consumiu rohypnol, mas esta nova (embora já velha) droga da moda.

Quer dizer, a cidade química é dinâmica. Mas nenhum dos novos contornos que acabámos de enunciar nos parece alterar as suas significações de base. Utilizando uma metáfora retirada a Kuhn, os usos vão-se modificando, mas não o paradigma que os acolhe - nem por parte de quem consome, nem da reacção social que provoca.⁽⁴¹⁾ Ou, continuando com metáforas da epis-

⁽⁴¹⁾ Também ao nível discursivo seria necessário referir o crescendo das críticas à política criminalizadora das drogas e a instalação, finalmente às claras, do debate sobre a legalização/liberalização. Talvez surja do seu interior a anomalia que vai obrigar à substituição de paradigma, para continuar com a metáfora Kuhniana.

temologia: nenhum dos novos factos vem falsificar as linhas que desenvolveremos a seguir.

1. Problemática geral: drogas, actores e territórios

Partimos inicialmente à procura das drogas ilegais na sua expressão quotidiana, numa cidade de características industriais - o Porto. Verificámos rapidamente que "as drogas" eram sobretudo a heroína e o haxixe, depois, e em menor grau, vários psicofármacos, de entre os quais ganha relevo a gama dos sedativos, hipnóticos e similares conhecidos como "drunfos".

A cidade química dominante, do lado dos produtos ilegais ou comercializados ilegalmente, e vista a partir da rua, é sumariamente uma panóplia de *pós* (heroína, mais, e cocaína, menos), de *pastilhas* (rohypnol, com destaque) e de *pedras* (as tabletes compactadas de *cannabis*).

A cidade química é também a distribuição dos seus actores: *dealers*, mais velhos, e indivíduos mais jovens que trabalham em ligação com eles, de modo a assegurar o funcionamento do mercado das drogas; consumidores, de várias idades, com várias preferências por este ou aquele produto e com vários regimes de consumo - desde o *junkie* de pós pesados, toxicodependente, ao fumador dileitante, toxicoindependente. Íamos à procura da droga no sector juvenil e somos obrigados a constató-la, com peso importante, em indivíduos acima dos 30 anos.

A cidade química é ainda um conjunto de territórios: uns relativamente visíveis, porque são feitos de ruas, de esquinas ou de partes de bairros; outros relativamente ocultos, porque são feitos de clubes nocturnos de entradas seleccionadas, de apartamentos ou de "meetings" privados. Se bem que a droga seja um facto espalhado nos diferentes contextos e nas diferentes classes, uns e outras podem ser mais expostos ou mais opacos, mais vulneráveis ou mais defendidos. Eis outra das constatações interessantes: todo o mercado ilícito precisa de uma frente visível para funcionar, uma "montra" que ofereça o produto e assegure a transacção. Esta é uma das razões que está na base da formação de *territórios das drogas*. Há quem o faça dum modo imperceptível, organizando esquemas opacos à visibilidade pública - são os *territórios privados*; há quem o faça tendo de sair para a rua, porque não tem condições para organizar um esquema opaco - constitui os *territórios públicos*.

Pela própria natureza da nossa metodologia, dedicámo-nos aos territórios públicos (esporadicamente, a partir destes, tivemos acesso aos privados).

Depois das fases da *pedra* e das *pastilhas*, assiste-se, desde o início dos anos 80, ao aparecimento e à estabilização da fase do *pó*. Os *territórios duros* são aqueles onde se desenvolveu esta etapa da cidade psicotrópica. Esta fase tem como predominantes e característicos um produto, novos actores sociais, um mercado e um tipo de território. A heroína, *junkies* e *dealers*, mercado das drogas duras, bairros sociais e zonas socialmente desfavorecidas, alterarão o cenário das drogas na década de 80.⁽⁴²⁾

Traseiras da cidade e bairros periféricos (alguns situados já no Grande Porto) são locais preferenciais de instalação dum mercado de rua do pó, que tem como actores centrais *dealers* e *junkies*. São as *zonas quentes*,⁽⁴³⁾ lugares centrais dos territórios psicotrópicos duros.

São áreas restritas, predominantemente situadas no espaço público, onde se reúnem os actores das drogas. Um café (com o apoio indispensável do seu W.C.), uma esquina estratégica (deve permitir por exemplo registar visualmente a aproximação de transeuntes de forma a antecipar-lhes os desígnios), uma entrada dum prédio, um *hall* resguardado - são, digamos, as *shooting galleries* à portuguesa, locais de concentração de indivíduos cuja vida se realiza em torno dos pós. São também, para tomar a expressão do clássico E. Sutherland, lugares onde ocorre associação diferencial.

⁽⁴²⁾ Seria interessante acompanhar com mais *núances* a trajectória das drogas e ver como um opiáceo como a morfina teve o seu auge ainda no final dos anos 70, precedendo a eclosão da heroína na fase de início da decadência *freak*, mas o seu protagonismo foi episódico; ou como os ácidos fazem reaparições esporádicas; ou como as pastilhas, mesmo em plena fase do pó, se mantêm; ou como à cocaína era mais difícil de seguir o rasto...

⁽⁴³⁾ Nasar e Fisher (1993) utilizam uma expressão próxima desta: "*Hot Spots of Fear and Crime*". No nosso caso adoptámo-la da própria linguagem *junkie*. Ouvimos na altura outras sugestivas como "secção poeira" ou "zona petrolífera"; a primeira aponta para um *zoning* interno do bairro de acordo com funções especializadas e a segunda salienta o lado económico: a venda de drogas poderia ser o petróleo do local...

Estes locais fornecem algum apoio instrumental aos consumidores: contactam com quem precisam para manter as informações acerca dos diversos aspectos que é necessário dominar para "andar na droga"; contactam o seu *dealer*; e são locais relativamente seguros, pois dispõem de um sistema de "vigia" que os indivíduos que controlam o mercado das drogas exercem sobre intromissões de fora. Este aspecto, ligado à conotação simbólica que o local acaba por ganhar, é um dos elementos que lhe confere a dimensão de território.

2. Interstícios de espaço e de tempo

As drogas ilegais vendem-se, compram-se, consomem-se, trocam-se por objectos, às vezes oferecem-se, "dispensam-se" (emprestam-se), perseguem-se ("quem tem?", "viste o Zé?") - e falam-se. São uma referência permanente nas conversas. Um território psicotrópico é, em primeiro lugar, um espaço onde é bastante provável que nos falemos de drogas em qualquer encontro ocasional; ou onde ouçamos falá-las ao passar; ou onde, ao sabor das conversas ordinárias, o tema vá acabar por se dirigir para elas. Mas esta fala não é indiscriminada; não se expõe, não corre riscos desnecessários, faz-se ouvir, mas é velada - exige requisitos para poder ser escutada. É, em suma, uma fala que se produz sob certas condições, cuja primordial função é manter as práticas drug num foro de clandestinidade; chamemos a estas condições *interstícios de espaço e de tempo*.

Um mesmo espaço pode servir de matriz a actividades normativas - as conveniências, para retomar uma noção de que já nos fomos servindo - e a actividades desviantes. O "largo" do bairro da Pasteleira é um claro exemplo: coexistem actividades e estilos de vida, que no plano da vida simbólica local, estão distantes uns dos outros (por ex., um operário de 50 anos que vem beber a sua cerveja ao fim do dia tem pouco a ver com o *dealer* de 30 anos que ali passou a tarde toda). O que permite, então, manter estas coexistências em graus de equilíbrio que, na maior parte do tempo, não é feito de tensão ou de conflito?

O fenómeno droga manifesta-se por *disseminação ínfima*. Manifesta-se através de uma espécie de omnipresença; mas omnipresença *ínfima*, no sentido em que é intersticial, no sentido em que ocorre discretamente, recorrendo a elementos duma subcultura *junkie*, cuja função é ocultarem-

no dos olhares do cidadão médio. A disseminação ínfima realiza assim um paradoxo: ocultando as drogas, torna-as omnipresentes (fisicamente ou no discurso). Ou melhor: consegue mantê-las presentes, trazendo-as ocultas.

Poderíamos concretizar o *carácter intersticial* da presença das drogas, dividindo-o em *interstícios de espaço e de tempo*.

• *de espaço*: sabe-se que as drogas estão na rua. É um dado adquirido. Mas onde estão? Como se operacionaliza esta sensação do senso-comum?

A dificuldade em operacionalizar "o lugar concreto" das drogas resulta da natureza dos interstícios de espaço: ocorrem bruscamente numa esquina, num bar, a partir dum pequeno gesto, dum olhar... Há esquinas certas, sem dúvida - mas prontamente se diluem, "limpando" a rua num minuto... O indivíduo que "fazia a esquina" (o *dealer* que aí vendia) estará já então dentro de momentos noutra local, imprevisível para um indivíduo exterior à subcultura *junkie*, mas previsível para aquele que lhe pertence - este identifica-o a partir de itinerários mais ou menos conhecidos, da topografia dos "poisos", ou a partir de pequenas perguntas do tipo "viste o Zé...?", "o X passou com o Z?", que ocorrem quase como senhas, abrindo a possibilidade de informações precisas. "Ver o Zé..." é um interstício de espaço. O cidadão médio não vê nunca um sujeito que procura haxixe ou heroína a encontrar-se com Zé..., embora possa estar bastante perto - só que não está apto a identificar o interstício de lugar. Pertencer à subcultura *junkie* é ter uma relação directa com a toponímia dos cafés e dos snacks, é dominar a topografia de certas zonas da cidade, das suas esquinas, das rotas entre os pontos de encontro - é, enfim, saber ler a disseminação ínfima dos psicoactivos pelos interstícios da cidade.⁽⁴⁴⁾

O carácter intersticial revela-se ainda na própria presença física do produto na rua. Assegurar uma venda eficaz sem cair nos dispositivos de vigilância policial é inventar múltiplas maneiras de "desmarcar" pós, pastilhas e pedras. "Desmarcar" o produto é tê-lo à mão sem o

⁽⁴⁴⁾ "Da Cantareira à baixa, da baixa à Cantareira, conhece os flipados todos de gingeira (...). Fareja a judite a cada esquina" - O "freak" Chico Fininho, personagem fictício de Rui Veloso/Carlos Tê, dá-nos um bom exemplo do indivíduo que domina os interstícios de espaço da sua zona urbana de acção. Isto permite-lhe, não só os contactos necessários (com os "flipados"), como a protecção necessária (presente a judiciária...). Eis uma bela metáfora daquilo que nós próprios encontramos com grande frequência durante as observações.

ter consigo, evitando assim o flagrante delito de que o aparelho judicial necessita para incriminar alguém. Implica pois recriar uma cidade feita de buracos, vãos, bueiros, frinchas e outros locais de interstício, às vezes localizados no próprio corpo e suas extensões (roupa, objectos...). Há na droga uma espacialidade oblíqua, uma espécie de dimensão cuja chave só detêm polícias e "drogados". Pode, por ex., "desmarcar-se" uma pedra de haxixe nas próprias pedras da rua. Aqui a droga é mais do que nunca intersticial - oculta-se nos interstícios dos paralelos, no tronco duma árvore, num bueiro...

• *de tempo*: dizem respeito à percepção que os indivíduos da subcultura *junkie* têm, relativamente às oportunidades que se lhes deparam para encontrar quem lhes arranje drogas, ou para encontrar quem queira juntar dinheiro para ir comprar (a "vaquinha"); dizem respeito à eficiência de conseguirem o tempo exacto para o encontro. Este tempo é também intersticial: acontece às vezes no encontro fortuito, não premeditado, na rua, no café, no bar. Outras vezes acontece com mais premeditação, sabendo os horários e os ritmos diários de certos *dealers*, conhecendo a probabilidade de acertar com a altura em que há algum produto psicotrópico que se possa conseguir...

É corrente na experiência dos psicoterapeutas a dificuldade de os seus clientes dependentes de drogas cumprirem horários; parecem incapazes de se adaptar à lógica temporal da vida de uma instituição. No entanto, vistos no seu espaço, não parecem assim desorganizados. O que acontece, a nosso ver, é que a lógica do tempo intersticial, que é a que se vive no território psicotrópico, talvez seja pouco compatível com a do tempo dominante, que é a que se vive nas instituições. Por outro lado, é sabido como a experiência psicotrópica provoca um tempo interno muito próprio.⁽⁴⁵⁾

Juntemos agora os interstícios de tempo e os de lugar, traçando apontamentos sobre a sua importância na subcultura *junkie*, e depois levantando hipóteses.

Estar regularmente em contacto com as drogas e os seus actores é desenvolver aptidões de leitura dos interstícios de tempo e de espaço. Estas aptidões permitem a eficiência da participação na subcultura *junkie*, facilitam o êxito de comportamentos necessários nela - por ex., o encontro para a aquisição do produto, o encontro para trabalhar o produto ("enrolar o charro", "fazer a sopinha" de heroína...), o encontro para "curtir" (a dimensão hedonística, sem a qual se

⁽⁴⁵⁾ Sobre a vivência do tempo no toxicod dependente, Cf. Félix da Costa (1995).

tornaria difícil explicar o porquê de tanto empenho nos comportamentos anteriores...)⁽⁴⁶⁾

Quem dominar os interstícios de tempo (que afinal pautam uma organização específica do tempo diário baseada na disponibilização para ocorrências mais ou menos imprevistas, e portanto na pouca estruturação fixa a longo prazo) e os interstícios de espaço, conhecendo as disseminações ínfimas, tem um acesso às drogas muito mais eficaz do que um indivíduo que não domine estas dimensões - é neste sentido que dizemos que as drogas podem ser omnipresentes: depende da capacidade que se tem de adequação à sua disseminação intersticial e ínfima.

Estas constatações permitem-nos levantar hipóteses: a marcação dos ritmos diários da cultura dominante (largamente dependente de marcadores domésticos e laborais) e a relação pouco intensa e fugidia do cidadão médio com a cidade vivida na rua parecem não se coadunar muito bem com o consumidor regular de drogas. Pelos *interstícios de tempo* organiza o quotidiano dum modo peculiar, que foge largamente aos marcadores da cultura dominante - o seu ritmo é desviante, neste sentido; e pode ser vivida como violenta a submissão aos marcadores familiares e laborais. Há, parece-nos, a vivência duma tensão profunda ao tentar coordenar-se o ritmo temporal da cultura dominante com o ritmo temporal da subcultura *junkie*. Por outro lado, pelos *interstícios de espaço* investe certos lugares urbanos, conferindo-lhes o valor territorial duma matriz ecológica que só ele (a sua subcultura) sabe ler (é por isso que o cidadão médio não "vê" os "drogados": olhando os planos lisos da cidade, escapa-lhe o interstício, ainda quando a fenda se abre perto de si...).

Na fase inicial da pesquisa de terreno, tínhamos dificuldade em ver os interstícios. Por isso, quando acompanhados por algum indivíduo da subcultura psicotrópica, ficávamos atónitos com a sua perspicácia, com a sua certeza nos percursos que vão direitos ao "alvo" - ali onde nós agora mesmo não víamos nada que pudesse indiciar...-, com a eficácia da sua comunicação: dir-se-ia que fareja o produto, desdobra-se em encontros, quase todos fugidios e que dão a impressão de

⁽⁴⁶⁾ Verificámos curiosamente que se esquece esta dimensão quando se fala de drogas: elas são delito, são perigo, são destruição, são sintoma de várias coisas disfuncionais na psique e na sociedade. A pergunta seguinte deveria ser: e porque se correm então tantos riscos, consumindo-as? Os trabalhos da comunidade científica das drogas têm-se debruçado mais sobre a intoxicação do que sobre a embriaguez (tomada como estado de ânimo alterado por qualquer psicoactivo), mais sobre a dependência do que sobre o gozo. Debruçámo-nos já sobre este tema noutra lugar (cf. Fernandes, 1993).

ser exercidos em meias-palavras; meias-palavras é o que fica para o observador novato - a droga, o essencial da mensagem, é quase sempre dita com as outras meias... Há uma grande economia da palavra - mas há, parece haver, frases certas, intensamente significantes, concentradas, eficazes. Fluem numa rede de encontros e cumplicidades que nos fez representar, passado pouco tempo, estes territórios como espaços de interacção mas também progressivamente familiares.⁽⁴⁷⁾

Identificámos vários tipos de espaços que se configuravam como territórios psicotrópicos: a entrada do bloco de habitações, o café e zonas mais ou menos vagas entre blocos (do tipo do "largo"). Todos eles têm extensões conhecidas dos frequentadores. Por ex., a entrada do bloco tem continuidade, num dos bairros, nos compartimentos das caves, que funcionam como *shooting galleries*; outro exemplo: um café situado numa zona de passagem entre dois bairros, que tem extensão na rua defronte da sua porta, prolongando-se até à esquina da rua. Na verdade, pareceu-nos ser um território que se estendia desde o W. C. até à esquina.

Detenhamo-nos um pouco neste café, conhecido em toda a zona, à altura da nossa investigação, como "café de drogados" (tomamos a precaução de dizer que o era nessa altura, pois a topografia das "zonas quentes" é móvel, no jogo da fuga ao controle policial). O que nos reteve a atenção ao início foi a evidência com que funcionava como lugar de venda de heroína. Os indivíduos não pareciam ter grande necessidade de resguardar encontros breves em que se trocavam "pacotes", notas de mil escudos, palmadas nas costas, informações sobre "as vidas" (na gíria, as actividades com o pó como centro). Foi o sítio menos minimalista, ao nível da comunicação, que conhecemos. Percebemos, com a continuação, que isto se devia ao facto de funcionar como um território bem delimitado: o sistema de alarme de aproximações indesejáveis funcionava a partir da esquina, limite mais longínquo deste "poiso", e os indivíduos dentro do café pareciam conhecer-se todos, ou pelo menos conhecer sempre alguém que vinha com um eventual desconhecido. Foi assim que também nós entrámos: desconhecido à primeira vez, mas na companhia de alguém conhecido para eles. Verificámos que quando entrava um desconhecido sozinho o

⁽⁴⁷⁾ Gostávamos de deixar claro que falamos aqui duma desviância "intersticial". Não pretende negar-se a outra, a de evidência imediata, a que corresponde melhor aos estereótipos do "marginal" e que, pela sua exibição mais ou menos aberta, os confirma e reforça. Esta é a desviância de extremo, e aqui falamos sobretudo da de interstício, que tem também uma centralidade quotidiana, mas que se expressa com discrição, manifestando-se por disseminação ínfima.

tom das vozes podia acalmar e passar a evitar-se, não o tema, mas certas palavras.

"Há sempre indivíduos fora e dentro, para fora e para dentro. Mexem-se neste espaço com um comportamento que indicia um uso já costumeiro do café para as práticas do *deal*. Do interior do café ao passeio, deste à esquina, estão no seu terreno." (Registo de observação, 30. Out. 92).

Cá fora fumavam-se com frequência charros, enquanto iam controlando aproximações: as desejáveis (clientes) e as indesejáveis (policías). O café situava-se numa zona de passagem entre bairros, sem grande movimento de peões - um espaço intersticial, desinvestido, onde o acontecimento era a esquina e a chegada de automóveis que abrandavam, viam quem estava, e umas vezes seguiam e outras paravam, saindo alguém que iniciava um contacto verbal com algum dos vendedores.

Alguns tascos antigos nas imediações dos bairros funcionam como lugares de encontro de actores das drogas. É nestes sítios que mais espectacularmente se revela o interstício de espaço. Chegámos à curiosa situação de estar a escutar, com um ouvido, uma conversa telefónica em que se combinava uma transacção de algum produto ilícito e, com outro, comentários sobre a qualidade das iscas no pão e da cebolada. Criámos na altura uma expressão para caracterizar estes contactos instrumentais típicos do *way of life* do pó: interacções mínimas em espaços tradicionais.

3. O que é um território psicotrópico

Proponha-se, mesmo antes de avançar na sua caracterização, uma definição de *territórios psicotrópicos*.

À medida que ia evoluindo o nosso reconhecimento dos actores sociais, quer dizer, quando nos foi possível passar a identificar os indivíduos com quem nos cruzávamos, que víamos aqui e ali ou com quem tínhamos interacções de circunstância (por ex., na "sede"), foi-nos evidente a grande frequência com que tinham algum tipo de relação com drogas. Em Março de 93, no diário de campo, esboçávamos então uma primeira concretização desta noção, a partir da probabilidade de encontro com *dealers*, com utilizadores de drogas e com indivíduos com passagem

pelo sistema penal por motivos relacionados com elas.

Um território psicotrópico era, pois, muito simplesmente, um lugar de concentração de actores sociais das drogas. Estes podiam ter diferentes relações com o lugar: serem residentes, serem vizinhos (vir dum bairro próximo), serem indivíduos que se deslocavam ali de mais longe procurando produtos; mas o quase-grupo interactivo das drogas é sobretudo local.⁽⁴⁸⁾

De acordo com esta primeira formulação de Março de 93, seria possível conceber os territórios psicotrópicos como os lugares dos quase-grupos interactivos das drogas. Todo o lugar tem uma função - é o conjunto das suas funções que o institui como lugar, distinguindo-o do mero espaço, digamos, vazio. O território psicotrópico funcionaria como um atractor de indivíduos com interesse comum, num estilo de vida em que as drogas desempenham papel significativo - seria um concentrador, matriz espacial duma subcultura *junkie* de rua.⁽⁴⁹⁾ Esta função de atractor é mantida, conferindo-lhe estabilidade, pelo facto de ser facilitadora do lado instrumental deste estilo de vida. E acrescenta-se que, dada a condição criminalizada das drogas, este lado instrumental oferece dificuldades que consomem grande parte da energia e da imaginação dos prosélitos de psicoactivos - diremos, ironicamente, que tal condição acaba por desenvolver a imaginação, como que a contrabalançar a anestesia que a heroína lhe provoca...

⁽⁴⁸⁾ Mayer (cit. por Romani, 1982) define quase-grupos interactivos como "entidades sem uma estrutura reconhecível, mas cujos membros têm em comum certos interesses ou formas de comportamento que poderiam induzi-los em qualquer momento a configurar-se como grupos definidos. (...) Estes podem considerar-se como quase-grupos interactivos, já que se baseiam num conjunto de pessoas em interacção".

⁽⁴⁹⁾ Tomámos aqui o termo subcultura numa acepção mais limitada do que a que lhe demos ao estudar a subcultura *freak* da Ribeira - Barredo em meados dos anos 80 (Fernandes, 1990, 1993). Esta era sobretudo expressiva, centrada no pólo estético (por ex., os visuais juvenis), na atitude (a pose *cool*) e no significado simbólico da cannabis; a subcultura *junkie* é sobretudo instrumental: forma de encontrar solução colectiva para problemas experimentados colectivamente (aqueles que coloca a "vida do pó"). Claro que, vista desde a cultura dominante, ela apresenta-se, não como a solução, mas como o problema. Enfim, utilizámos aqui *subcultura* mais próximo da acepção já antiga de A. K. Cohen, de Cloward e Ohlin e O. Lewis e menos da dos autores na linha dos "cultural studies" que produziu importantes trabalhos sobre as subculturas juvenis ao longo dos anos 70 (Cf. S. Cohen, 1972; S. Hall e T. Jefferson, 1983; P. Willis, 1983).

Uma observação de 12. Dez. 92 viria, entretanto, reforçar-nos a ideia de que os espaços ocupados pelos actores das drogas se estruturam como território.

"Acabados de sair do bairro de S. Vicente de Paula, chegamos a um alto; depara-se-nos aí um caminho de terra batida, íngreme, por onde não cabe um carro. Ao fundo ergue-se o bairro da Mitra.⁽⁵⁰⁾ Diz-me o R. S.:

-Consegues ver aqueles gajos lá em baixo? Aquilo é o bairro da Mitra. Vamos lá?

-Talvez não valha a pena...

Ele insiste, tranquilizando-me, e descemos. Convence-me, dizendo que "aquilo ali não é deles". Mas mal acabamos de descer o caminho e nos aproximamos, penso para mim que se não é, parece. É que um grupo de 6 ou 7 indivíduos guarda - é o termo - uma entrada estreita que dá acesso à Mitra. Reparo que quando passamos mesmo junto ao grupo, o R. S. tenta manter a conversação num tom descontraído e natural, mas avisa-me logo a seguir que "ali ninguém me conhece". Verifico que se comporta de acordo com as regras da prudência." (Notas de terreno, 12. Dez. 92).

Estávamos, ocasionalmente, num bairro do lado oposto aos da nossa unidade de estudo, onde o R. S. era conhecido e se sentia à vontade. Noutras alturas verificámos de novo este comportamento contido e de prudência ao entrar numa zona que, sabendo-se de mercado, se não conhece. A forma como um actor dum território psicotrópico (seja o R. S. num dos bairros da Pasteleira) se comporta num espaço que lhe é estranho (seja o R. S. na Mitra) demonstra o carácter territorial do fenómeno droga na rua.

Por outro lado, constatámos que, nos vários territórios que fomos conhecendo, havia regularidades comportamentais e interactivas; legitimam afinal, a expressão comum "vida das

⁽⁵⁰⁾ A Mitra era um bairro de pré-fabricados só dum piso, ocupando o terreno duma antiga quinta - a quinta do Mitra. Habitavam-no cerca de 140 famílias, que tinham sido aí realojadas há 12 anos, ao serem retiradas do centro histórico do Porto. Foi demolido em 1995 para dar lugar a um prolongamento da VCI. Sobre a sua demolição, o presidente da C.M.P. diria que se tratava do "desaparecimento duma nódoa negra da cidade (...). Acabando com este *ghetto* estamos a criar algumas dificuldades ao negócio da droga"; e o vereador da habitação diria que "o gangsterismo era evidente" (Jornal *Público*, 15 Jan. 95).

drogas", "mundo da droga"... e fazem assemelhar-se umas às outras as "zonas quentes". O lado funcional deste facto é o de permitir a um utilizador de drogas qualquer saber como há-de comportar-se se necessitar de se deslocar aí para adquirir algum produto; ou seja, se o reportório de condutas e estilos de interacção (por ex., as interacções mínimas, de interstício) não fosse semelhante, as "zonas quentes" perderiam poder operativo. Esta semelhança permitiria tratá-las como *behavior settings* (Wicker, 1987);⁽⁵¹⁾ e o inventário do seu reportório comportamental chegaria para infirmar a ideia de que o "mundo da droga" é desorganizado e sem regras.

Alguns territórios psicotrópicos são o "é ali" das drogas: zonas onde o discurso colectivo referencia actividades e indivíduos marginais. Constituem, através deste processo de etiquetagem, o lado objectivável do "problema droga". Já vimos como são zonas de evitamento experiencial para o cidadão comum, que as conhece a partir de relatos em segunda mão. Quer dizer, o "lado objectivável" é afinal um sítio que existe mais no discurso do que na experiência social, relevando por isso mais do rumor que do facto, mais do estereótipo em diferido que do real em directo.⁽⁵²⁾ O território psicotrópico, seja sob a designação de "bairro degradado", de "concentração de marginais" ou de "hipermercado das drogas", é também um território simbólico: reactualiza o jogo entre o equilíbrio e a desordem social, entre o

⁽⁵¹⁾ Tomámos aqui o conceito de *behavior settings* a partir de Barker (cit. por Wicker, 1987), que os considera como "sistema sociais de pequena-escala cujos componentes incluem pessoas e objectos inanimados"; e do próprio Wicker, colaborador de Barker, que atende aos aspectos da dinâmica interna destes sistemas referindo-se, nomeadamente, às características de auto-regulação e sinomorfismo, estruturantes do programa de actividades de determinado *behavior settings*. Este conceito permite conceber os indivíduos como anónimos e equipotenciais.

⁽⁵²⁾ Vários autores que tratam os temas do medo e do sentimento de insegurança referem este facto (cf. Favard e Otenhoff, 1990; Lagrange e Zauberman, 1991; Nasar e Fisher, 1993). Em Nasar e Fisher vimos, além disso, a sugestão dum paralelo entre os *behavior settings* e os "hot spots" - lugares que compõem o mapa mental do medo das urbes. "Tal como nos *behavior settings*, o padrão de comportamento num *hot spot* varia com o tempo, com os ocupantes e com as características físicas do *setting*. As pessoas podem sentir-se inseguras apenas a certas horas ou durante certos acontecimentos. As partes do *behavior setting*, os objectos, crimes, medos e reacções, encaixam compativelmente. As pessoas são componentes substituíveis e intermutáveis (Wicker)" (Nasar e Fisher, 1993).

normal e o desviante, entre a segurança urbana e o medo da cidade; reactualiza, em suma, a legitimação do controle social, como iremos ver adiante, quando voltarmos a falar de territórios apossados.

O que é, então, um território psicotrópico? Definição provisória: é um atrator de indivíduos que têm interesses em torno das drogas, com um programa comportamental orientado para os aspectos instrumentais ligados a um estilo de vida em que elas têm um papel importante; tem como característica comunicacional a interacção mínima, e estrutura-se como interstício de espaço e de tempo. É, normalmente, um território secundário, e a mobilidade de que é capaz, fruto da resposta às ameaças externas que se lhe dirigem, configura-o, por vezes, como território interactivo ou portátil. É o lugar do elo final da maquinaria de distribuição das drogas, em todo o caso aquele que lhe dá alguma visibilidade - é o conjunto dos territórios psicotrópicos que materializa essa entidade abstracta do "mundo da droga", fornecendo os elementos de que se compõe o seu estereótipo.⁽⁵³⁾

Prossigamos, agora, na procura de traços característicos dos territórios psicotrópicos e dos seus actores.

4. Territórios apossados - 2

Um território psicotrópico é, normalmente, um território apossado. Retomaremos, assim, o tema que já tínhamos aberto na secção anterior; e se aí o fazíamos tomando o bairro no seu conjunto, façamo-lo agora a propósito das actividades em torno das drogas.

Yves Barel (cit. por J. Y. Authier, 1986) definiu a marginalidade como a colocação sob o olhar social duma parte da população. É a assunção, pelo controle social formal, deste olhar que converte um espaço em território apossado. Digamos, muito simplesmente, que um território

⁽⁵³⁾ É possível que isto tenha um papel na economia dos medos colectivos. Com efeito, se bem que o "problema da droga tenha atingido todo o tecido social" (frase recorrente do discurso colectivo), ele diz sobretudo respeito àquele que se acredita ser o lado desgovernado da cidade: zonas degradadas, socio-espacialmente marginalizadas... Topologizamos assim em lugares concretos aquilo que podia ser difuso, circunscrevendo o mal; circunscrever, a espaços e a actores designáveis, é o primeiro passo para dominar. Exploramos a possível função social dos sítios das drogas em Fernandes (1995).

acossado é um lugar sob mira. "As pessoas podem até não saber onde é o bairro da Pasteleira, mas o certo é que é famoso em todo o Porto", dizia-nos um dos nossos informantes privilegiados. O território acossado é identificado através dum processo de etiquetagem social; a etiqueta, junto com a marginalidade topográfica em relação à cidade dominante, determina o evitamento experiencial, a que já nos referimos no início da secção anterior.

Foi a regularidade da repetição de certos acontecimentos que nos criou a evidência do território acossado. Por ex., a frequência com que é referida, por parte dos actores das drogas, a possibilidade de "eles virem cá" ("eles", os polícias); ou as estratégias informais de detecção da presença de forasteiros; ou ainda o facto de sermos, nós próprios, várias vezes suspeitos de andar ali com fins pouco claros.

Quanto à possibilidade do "eles virem cá", a aparição da polícia é tida como uma eventualidade permanente; pode dizer-se que, para quem se dedica a actividades que sabe serem ilícitas, o tema da polícia é constante. Ela tem, por isso, uma presença regular - nas preocupações dos sujeitos - embora de facto a sua presença seja inopinada

"Cerca das 7h00, munidos de mandatos de busca, mais de quatro dezenas de efectivos desta polícia [a PSP] - alguns deles usando coletes à prova de bala, armados com metralhadoras e ajudados por cães treinados - formaram um cordão policial e entraram nas quatro residências visadas (...)"

In *Público*, 29 de Abril de 1995.

Daí a necessidade dum sistema de vigilância permanente, de que já falaremos. Acrescentemos, ainda a propósito do "eles vêm cá", a ambivalência com que esta crença é vivida: ora se crê que há quem saiba disso de antemão, ora se crê que só vêm para cumprir calendário e "só chateiam os pequenos, nunca se metem com os grandes", ora se crê que vêm realmente "combater a droga". Os polícias seriam actores dum teatro que é preciso manter em cena, seriam cúmplices de solidariedades pouco explícitas, ou seriam de facto agentes repressores a evitar com cuidado. Como nunca se sabe qual das hipóteses ocorre, sempre que as estratégias informais de detecção funcionam, o melhor é evitá-los... De qualquer modo, o desviante devolve ao mundo do combate ao ilegal a imagem que este tem do desviante: pouco sério, bastante inconfessável.⁽⁵⁴⁾ A polícia permanece como uma instância com intervenções e acções ambíguas - como se o mundo do combate ao ilícito estivesse estranhamente

próximo dele. Um outro exemplo da proximidade dos dois mundos é a facilidade com que alguns agentes à paisana logram iludir *dealers*, fazendo-se passar por compradores, provocando assim o flagrante delito. As notícias de polícias a serem presos por tráfico e de traficantes "a sério" na impunidade reforçam este cenário em que o controle social e a transgressão não podem ser representados como esferas separadas.⁽⁵⁴⁾ Confrontemos isto com a tónica que muitos estudos sociológicos de espaços urbanos têm posto na denúncia da "criminalização crescente da vida quotidiana dos bairros pobres" (Spence, 1991); se esta criminalização for real, é natural que o que acabamos de dizer acerca da forma de viver a relação com a polícia seja um mecanismo cognitivo para lidar com o facto de estar sob vigilância: desconfia-se das intenções de quem vigia, desqualificam-se os valores normalmente associados à polícia. Afinal, "são como nós e até há um que vem cá comprar pó", como nos dizia um jovem do bairro...

Mas, para além da hipotética existência deste mecanismo cognitivo, há mecanismos ligados à defesa do território que são detectáveis no quotidiano do trabalho etnográfico. Daremos alguns exemplos:

a) "*Vieram tirar-te a fotografia*": nas primeiras vezes em que entrámos na "sede" - de que já falámos atrás - era notório que nos olhavam com atenção. Mas, mais curioso, entravam indivíduos - que depois viemos a conhecer e a saber que eram consumidores e vendedores de drogas - e logo saíam. Não tinham entrado, aparentemente, para nada... Um dos informantes esclareceu-nos com uma bela metáfora: "vieram tirar-te a fotografia, mas levam comigo no negativo". O facto de ele ficar "no negativo" da fotografia era um indício tranquilizador para

⁽⁵⁴⁾ Matza (1969), na sua "visão apreciativa" (que opunha à correcional) das subculturas delinquentes e da desviância, descreveu as técnicas de neutralização, "constructos linguísticos cujo fim é neutralizar os constrangimentos normativos pré-existentes" (Brake, 1985, sobre Matza). Um dos cinco tipos de técnicas de neutralização é a de condenar os condenadores. Os vários processos judiciais em que polícias têm sido acusados de tráfico de drogas têm concerteza algum reflexo na eficácia desta técnica de neutralização...

⁽⁵⁵⁾ Ocorreu nesta altura a prisão e a condenação do agente da PSP "mais condecorado de Portugal" (notícias dos jornais) no combate à droga, precisamente por envolvimento no tráfico.

tais "fotógrafos", ao mesmo tempo que naturalizava a nossa presença ali.

b) "*Não vás agora para casa*": estávamos, uma tarde, num café ao lado dum dos bairros em diálogo com um *junkie* de longa carreira na heroína, de cerca de 30 anos de idade. Entrou então uma criança, dirigiu-se a ele e disse: "Não vás agora para casa. A mãe mandou-me avisar-te que a polícia anda nas *roulottes*"; "É o meu irmão, tem 11 anos", esclareceu-nos o nosso interlocutor. Este episódio diz-nos várias coisas: fala do sistema informal de defesa perante o controle social externo; demonstra como o bairro etiquetado negativamente é um território precário, que exige alerta permanente; e documenta a aprendizagem precoce de estratégias para lidar com esse controle (desenvolveremos o tema da socialização infantil à frente, em "*A exposição ao pó*"). Acrescente-se que ficámos ali até ser razoável pensar que ele podia regressar ao bairro - estava "preso" no lado de fora do seu território...

c) *a desarticulação duma esquina*: os "poisos" de venda de psicoactivos no espaço de rua têm uma boa adaptação à incursão inopinada da polícia. Basicamente, funciona um sistema de detecção visual da sua aproximação, que rapidamente é comunicada; em seguida dá-se um repentino desvanecer do grupo que nesse momento esteja no "poiso". Tivemos por duas vezes a oportunidade de estar num destes "poisos" quando chegou a polícia - numa delas processava-se uma transacção de haxixe que presenciávamos atentamente, interrompida de modo abrupto.

O processo é rápido e bastante simples. Pode ser a percepção directa, por parte dos *dealers*, duma carrinha - estão sempre em locais onde controlam aproximações.⁽⁵⁶⁾ Mas, mais habitualmente, é o aviso: "Vem aí a bófia, dois gajos a pé".⁽⁵⁷⁾ Este aviso pode vir de indivíduos exteriores ao mercado das drogas. Fazem-no por solidariedade, ou simplesmente porque avisam um

⁽⁵⁶⁾ Fez-nos sentido, nesta altura, a expressão "controladores", com que por vezes são designados: controlam marcas de automóveis (já sabem quais as da polícia), controlam forasteiros, controlam clientes, controlam o produto (partem-no, repartem-no, multiplicam-no), controlam os indivíduos que trabalham para eles...

⁽⁵⁷⁾ No bairro da Sé, a senha para dispersar é "água". Curiosa semelhança com o que se passava na Sé de antigamente: ao aviso "água", o transeunte tinha de se afastar, porque cairia água de alguma janela.

amigo: ali não há traficantes, há o Joaquim, o Manel, o António, que não se deseja ver detidos. A sequência seguinte ao aviso é a da rápida dispersão: não em corrida, mas como quem acabou de decidir convictamente ir para casa... Irradiam assim em diferentes direcções, dificultando obviamente a tarefa aos polícias. Quando se torna demasiado ostensivo sair dali e não ter nada no bolso que certifique o flagrante delito, "É disfarçar e fazer de conta que não se passa nada", como ouvimos ao *dealer* que nesse momento transaccionava haxixe, no episódio que presenciámos. Em suma, fugir radialmente como quem não vai a fugir, ou disfarçar como quem não está a fazer nada, eis as duas estratégias para desarticular a esquina. Passados breves minutos - não mais do que 15, nas nossas observações - a esquina é reconstituída e acaba-se o negócio que ficara interrompido.

O que nos permite concluir, em suma, a desarticulação e posterior recomposição duma esquina? Corroboramos, em primeiro lugar, o que já constatámos durante o estudo exploratório: a polícia não dissuade, apenas interrompe, momentaneamente, os negócios ou o simples encontro grupal:

"Final, a vinda da polícia é uma rotina. É um mal necessário, como os que existem em todas as práticas profissionais, desagradável, indesejável - tivemos ocasião de verificar que infunde medo - mas contornável. A vinda da polícia é um inopinado previsível" - notas de terreno de 20 de Março de 1993.⁽⁵⁸⁾

Em segundo lugar, o mercado organizado em "zonas quentes" de rua revela uma grande resistência ao controle externo. Isto permite explicar em parte a estabilidade temporal, tanto

⁽⁵⁸⁾ O que posteriormente se passaria nos bairros da Sé do Aleixo, com a polícia a invadi-los em regime permanente, parece demonstrar que só acções de fundo deste tipo permitem alterar cenários quotidianos de há muito instalados. Só que estas acções são altamente intrusivas e criminalizam a vida comum das populações, provocando um contexto de excepções no espaço que devia, justamente, ser o mais natural de todos: o sítio em que se vive. E seria necessário estar atento aos efeitos secundários destas acções: alguns *dealers* do Aleixo foram trabalhar para o bairro da Pasteleira, inaugurando um novo foco de encontro *drug*, gerador de tensão na zona em que se instalou (dados de observações posteriores ao nosso trabalho contínuo, bem como de recolha de testemunhos).

dos territórios psicotrópicos, como da carreira de alguns *dealers* (temos conhecimento de alguns que se mantêm em actividade desde o início do nosso estudo exploratório, contando, portanto, pelo menos cinco anos de carreira - regressaremos a este dado à frente, em "O mundo do *junkie*").

É necessário, no entanto, acrescentar outros factores para explicar a estabilidade dos territórios psicotrópicos. Por exemplo, as condições de pobreza das zonas onde estes se instalam, que oferecem uma boa quantidade de indivíduos recrutáveis para a venda; dito de outro modo, referimo-nos ao papel que desempenham as economias subterrâneas nas populações precarizadas economicamente e com dificuldade de acesso aos recursos normativos. Outro exemplo, que desenvolveremos à frente, é o da precoce socialização nas actividades ligadas às drogas - a precoce *exposição ao pó*, como metaforicamente lhe chamamos. Num território acochado aprende-se, não só o que fazer com o pó, mas o que fazer com a polícia. E não há razão para pensar que a actividade do *deal*, por exemplo, não se rege pela mesma lógica de qualquer outra actividade - nesse caso, a aprendizagem precoce é garantia de bons profissionais, coisa indesligável da estabilidade das "zonas quentes". Debrucemo-nos, então, sobre estas "zonas quentes", a que já aludimos no estudo exploratório - e centremo-nos num dos seus actores principais, o *dealer*.

5. O mundo do dealer

O mundo profissional do *dealer* decorre, a maior parte do tempo, na "zona quente". Um conjunto de zonas quentes com relação entre si define um território psicotrópico; aquilo que lhes confere relação é, em primeiro lugar, a proximidade espacial, a referência a uma zona ("a Pasteleira", por ex.); e é, em segundo lugar, o facto de um mesmo *dealer* ser conhecido em todas elas, conhecer gente em todas elas e mover-se dumas para as outras, tendo no entanto a que lhe é preferencial. Nesta, exerce domínio ("Fui patrão de esquina", dizia-nos um *dealer* reformado), ou pelo menos conhece claramente o seu papel, de maior ou menor subordinação ou dependência de outros indivíduos.

O mundo do *dealer* é, assim, em primeiro lugar, o do seu território. Fora dele, perde opera-

tividade - a actividade do mercado das drogas é, digamos, territorialmente dependente. Mas a quem estamos a referir-nos ao utilizar a expressão *dealer*? O mercado das drogas faz, como é sabido, intervir vários actores em posições hierárquicas muito distintas, com funções muito diversas e situados em lugares muito diferentes.⁽⁵⁹⁾ Ocupamo-nos aqui daquele que o nosso trabalho de campo permitiu conhecer de perto: o elemento final da cadeia de distribuição. É o pequeno retalhista, aquele que tem de realizar o encontro de rua com o cliente, utilizando também com frequência a própria casa. É quase sempre consumidor - corresponde à categoria do traficante-consumidor no discurso instituído pelo dispositivo das drogas. Trabalha em colaboração com *dealers* ainda mais pequenos do que ele, que é já de si pequeno *dealer*; e em colaboração com consumidores que o ajudam, a troco de "panfletos" ou de "pacotes" (1/8 ou 1/4 de grama de heroína); podem ajudá-lo a angariar clientes, a fazer pequenos transportes de "pacotes", a "desmarcar produto" (pôr droga em sítios insuspeitados pela polícia, ou simplesmente a vigiar a aproximação desta). Este pequeno *dealer* tem com frequência idade superior a trinta anos, não raro superior a quarenta; a idade vai descendo à medida que perde importância a função desempenhada⁽⁶⁰⁾ - a do *dealer* ainda mais pequeno - e, em tarefas de simples recados, pode ter-se 10 ou 12 anos (verifica-se, actualmente, uma certa tendência para jovens de 13 e 14 anos serem requisitados para a própria venda das drogas, pois os seus "empregadores" - frequentemente, os pais - sabem que há menos probabilidades de jovens dessa idade serem importunados pela polícia). Na caixa em destaque na página seguinte utilizamos os elementos biográficos recolhidos no contacto com actores da venda nas "zonas quentes" para ilustrar este tipo de indivíduo.⁽⁶¹⁾

⁽⁵⁹⁾ Ver, por exemplo, as tipologias apresentadas por Rui Alberto Fernandes (1994) e João Fatela (1992).

⁽⁶⁰⁾ Também Patricia Adler (1992) faz referência a esta situação, ainda que num contexto espacial diferente: "Os traficantes jovens desejam adquirir walkmans, sapatilhas de 150 dólares e correntes de ouro e, ao envelhecerem e subirem de escalo, passam a desejar aparelhagens estéreo, automóveis de luxo e férias".

⁽⁶¹⁾ Os dados foram obtidos, tanto nas "zonas quentes", como na própria casa dos sujeitos.

O C. (42 anos, 4ª classe) conta-me a sua vida oscilando entre o patético (quando fala dos acidentes que teve, ou da injustiça que a entidade patronal está a cometer consigo, quando diz que "estou trauma da guerra do Ultramar"...), o fanfarrão (quando fala das suas "cobranças difíceis", dos socos e desforras), o irritado (quando diz ao S.R. que não precisa dos conselhos dele sobre "chibadelas" que os eventuais "clientes putos" façam; quando diz ao S.R. que às vezes está "à rasca, com ressacas, ele não aparece, ninguém aparece...").

Oscila, diria eu, entre o herói e a vítima. É, de qualquer modo, um personagem singular, rico de experiências e peripécias ao longo duma vida, um actor dos subterrâneos e das margens, o típico "mangão" que já habitou vários bairros sociais, com o curriculum habitual destas figuras da desviância: ex-combatente do Ultramar, ex-mulher que é prostituta, filhos dela no Instituto de Reeducação e no Tribunal de Menores, vários empregos (herói: episódio do salvamento de uma senhora idosa encurralada na habitação em chamas, cobranças difíceis no Porto; herói do bairro social; ligações aos territórios psicotrópicos da Pasteleira, do Aleixo, da Mitra, do Cerco, do Falcão...; trabalhador normativo: operário no serviço público). Para completar o quadro, é reformado por invalidez e heroinómano de "chinesa", alimentando os consumos com a actividade do pequeno comércio de drogas.

Penso agora no F.: aos 35 anos também já é reformado, era porteiro dum serviço público. Consome actualmente dois litros de álcool por dia. Diz-me que agora não está agarrado à heroína - "Não quer dizer que não dê o meu fuminho, mas esporadicamente. Não ando atrás." - ao contrário do que já aconteceu. Tem dois filhos. No curto espaço de 2 meses contacto dois indivíduos mais proximamente, ambos com legitimações sociais para "não fazerem nada": são reformados por incapacidade. E por falar em incapacidade, estou por agora incapaz de discernir se se trata de um mecanismo de exclusão finamente levado a cabo pelos dispositivos de normalização (neste caso a Segurança Social, o mundo do trabalho...) ou de uma justificação que tais actores conseguem, aproveitando-se das brechas do Estado Assistencialista, para uma legitimação própria da ecologia desviante: sou *dealer*, sou "heroinómano", porque não dou para o trabalho, ou porque sou injustiçado neste (C.), ou porque a lógica que este impõe é muito divergente da minha lógica (parece-me ser este o caso do F.).

(Seis meses depois de ter terminado o trabalho de terreno, soube que o F. estava internado numa estrutura hospitalar, para uma cura de desintoxicação).

O P., operário qualificado de 33 anos, actualmente desempregado, foi o primeiro *dealer* que conheci no Bairro da Pasteleira. Ele próprio se assume como *dealer*: "Fui eu que meti o haxixe aqui no bairro. Vêm gajos de muito lado comprar. Agora já não é preciso ir fora, têm aqui. Já não é preciso ir a Rio Tinto, e assim... Metia aqui, o ano passado, dois sabonetes por semana! Sem problemas...". Na adolescência esteve internado num instituto de reeducação; mais tarde esteve preso 3 anos por crime de tráfico. Também consome. Diz que se meteu pouco no pó mas que "já piquei de tudo".

Vende à tarde e à noite em frente à sede da Associação Recreativa e Desportiva. Combinei com ele uma entrevista em Maio de 93, depois de ele me ter reconhecido num programa de televisão e se ter vindo sentar à minha mesa, entrevista essa que no entanto só veio a ser realizada em Junho de 94.

A relação comercial que o *dealer* estabelece depende do grau de conhecimento que tem do cliente. Se este é completamente desconhecido, a transacção rápida, às vezes através da janela do automóvel, é a única relação. Se, pelo contrário, é um actor do mesmo território, a interacção pode ser bem diferente:⁽⁶²⁾

"Aquele é o gajo que me vende. É um grande amigo. Não é dos que com mil paus te dão três parafusos. Nã, dá para cinco charutos, e mesmo que um gajo não tenha dinheiro desenrasca sempre. É um amigo. Vende, mas também fuma contigo. Por isso agora não o vou deixar ali sozinho. É um amigo, ainda hoje me convidou para irmos a Cascais, vai lá fazer serviço da empresa onde trabalha. É bom rapaz." (Observação Participante em Dezembro de 1992).

Ser pequeno *dealer* não é mera função comercial. É um estilo de vida em que a dimensão relacional se revela importante - é por isso que falamos de subcultura *junkie*. Atentemos

⁽⁶²⁾ Para uma notável descrição de uma transacção, ver Ph. Bourgois, 1992. Para um breve apontamento sobre a extraordinária eficiência de uma rede de distribuição, ver Anne Coppel (1994); também João Fatela (1992) aborda a questão da grande capacidade de organização do mercado de venda a retalho.

agora neste outro excerto de observação:

"Diz-me o Ch.:

- O X. está todo fodido. Já fui grande amigo seu, mas agora evito-o".

Retrata-o como um indivíduo sem escrúpulos e que já queimou o seu capital de confiança, encontrando-se sozinho."

O X. é um *dealer* toxicodependente, ex-recluso e com actividade delinvente (furto, recepção). Está na casa dos 40 anos. Se, no primeiro excerto, tínhamos um vendedor "amigo e que desenrasca sempre um gajo", temos aqui um que, se puder, o prejudica. Exemplificamos assim os dois extremos numa escala de valores no mercado das drogas. Dum lado, o servir bem (quantidade e qualidade), o ter uma relação positiva com o cliente (não se troca só um produto, troca-se um convívio); do outro, o servir mal (no limite, dar "o mico", desaparecer com o dinheiro sem trazer o produto) e minar a confiança do cliente.⁽⁶³⁾ É este segundo tipo de *dealer*, frequente, aliás, um dos responsáveis pela imagem de que "na droga não há amigos". Reforçamos, assim, o que já havíamos escrito no capítulo anterior sobre as relações comerciais centradas na droga. Será necessário, contudo, ter em consideração a existência do conhecido dito "amigos, amigos, negócios à parte". Queremos com isto salientar que nos parece que o carácter empresarial do comércio de drogas não se afasta do chamado "espírito capitalista" sobre o qual assenta a organização das sociedades modernas. Philippe Bourgois (1992) diz-nos que "Como todos os bons americanos, os *dealers* crêem intensamente no "american dream": dos tostões aos milhões graças à iniciativa privada".⁽⁶⁴⁾ Chamaremos,

⁽⁶³⁾ Bean & Wilkinson (1998), num estudo desenvolvido em Nottingham, constataam que cerca de 70% dos consumidores de drogas têm *dealers* regulares.

⁽⁶⁴⁾ Para o contexto português, Arménio, um *ex-dealer*, diz-nos o seguinte: "A procura [de drogas] torna-se mais acentuada; começaram então a aparecer grupos de indivíduos que, ao aperceberem-se destas situações, as aproveitavam formando uma cadeia de fornecedores de produtos procurados. A procura do lucro fácil já estava a tomar forma. Surgiram, então, os primeiros *dealers*. Drogar-se passou a ser uma forma de moda. Havia que agir como tal "(texto incluído nas Actas do Encontro Nacional "Liberalizar as Drogas: sim ou não" [1994], no qual este *ex-dealer* participou numa mesa redonda).

ainda, a atenção para um aspecto: a subcultura *junkie* inverte a lógica dominante a propósito da droga. Com efeito, o Ch. fala do indivíduo que lhe vende, não como um traficante, mas como um bom amigo. Aqui, o bom amigo não é o que nos livra do perigo (droga-doença), mas o que sabe aquilo de que precisamos (droga-prazer). A questão das "más companhias" - tema clássico a que os técnicos chamam os "grupos de pares" - é, como se vê, bastante relativa...

O dia-a-dia do *dealer* é agitado e pleno de contactos. Sem precisar de ter lido o Código Penal, sabe perfeitamente o que é flagrante delito; daí que não traga consigo senão doses que não possam ser consideradas como tráfico. Ou então nem sequer traz nada, indo e vindo ao sítio onde "desmarcou o produto" de cada vez que tem um cliente, ou mandando ir e vir aqueles que o coadjuvam.

O mundo do *dealer* é minimalista. Em primeiro lugar, no produto: à altura do nosso trabalho de campo, o principal era a heroína, porque "trabalhar com haxixe já não compensa". Ora, a heroína ocupa pouco volume e o vendedor, em sua casa, num trabalho de paciência, reparte-a ainda mais, fazendo à mão "panfletos" de facto pequenos. Em segundo lugar, é minimalista nos contactos: o "street corner" exige brevidade, eficácia, parcimónia. O *dealer* é um especialista do interstício (ver atrás "interstícios de espaço e de tempo"), é um hábil reconhecedor de caras, está treinado em ver ao longe e fá-lo permanentemente, num autêntico hábito incorporado. A vigilância faz parte da sua postura habitual; mas não vigia só a polícia - e podemos dizer que um *dealer* vigia mais do que um polícia - vigia também os colaboradores, que com frequência se "esquecem" dos compromissos.

Um *dealer* tem uma grande probabilidade de conhecer um outro *dealer*. Se for do seu território, conhece-o concertiza - outra coisa é saber o tipo de relação que têm... Se for dum outro território, ou o conhece, ou conhece sempre alguém que conhece. Há um grande interconhecimento no *deal*, um autêntico xadrez *drug* que faz com que a toponímia dos poisos desenhe uma cidade química previsível para estes actores.⁽⁶⁵⁾

⁽⁶⁵⁾ Também os consumidores tentam que os territórios químicos nos quais se movem sejam, tanto quanto possível, previsíveis.

Bean & Wilkinson (1998), no seu estudo desenvolvido em Nottingham, apoiam esta ideia, afirmando que a segurança e a facilidade de compra de droga por parte dos consumidores são factores decisivos na sua escolha do local onde comprar e do indivíduo a quem comprar: praticamente 90% dos consumidores compravam a droga na sua cidade ou em locais onde eram bem conhecidos.

O *dealer*, já sabemos, negocia em drogas - e particularmente em heroína. Mas a heroína é uma mercadoria com características muito especiais: de grande valor (cerca de quinze mil escudos o grama, preço que tem revelado uma espantosa estabilidade), pode ser trocada por qualquer outra coisa, desde que por sua vez esta valha dinheiro. Desde peças de roupa a pequenos objectos, desde ouro a automóveis:

(À porta dum café onde está a funcionar venda de heroína) "Sabes como é que aquele gajo arranjou o carro? Trocou-o por heroína: dá-me tanto e mais o carro e já está", conta-me o Ch. (*junkie* do Aleixo) ao aproximar-se um Fiat Tempra".

(Observação em Dezembro de 1992).

O *dealer* é personagem sobre o qual roda uma micro-economia⁽⁶⁶⁾ que envolve vários actores. Os actores hibridam-se, concretizam-se em novos personagens: o *junkie-dealer* (o "traficante-consumidor"), o sem-abrigo-*junkie* (os mendigos pós-modernos), o ex-recluso-*dealer*, a prostituta-*junkie*, o polícia-que-afinal-é-*dealer*, o adolescente desescolarizado-angariador de *junkies*, a senhora idosa do bairro-vendedora-de-limões, a "velhota"-que-deixa-guardar-pó-em-sua-casa, e finalmente o recém-aparecido arrumador de automóveis. Desenvolve-se uma micro-economia que o discurso social diz que é ali (ali, no Casal Ventoso, na Buraca, na Pedreira-dos-Húngaros; ali, na Sé, no Aleixo, no S. João de Deus...).

Esta micro-economia tem um largo impacto ao nível do bairro, sendo um excelente exemplo da importância das economias proscritas nos contextos urbanos precarizados. Neste sentido, as múltiplas práticas ligadas aos mercados das drogas, não só não rompem com um certo modelo de vida dos grupos sociais destes contextos, como se inscrevem numa das suas principais características. João Ferreira de Almeida e outros (1992) chama-lhe "expediente" e diz-nos sobre ele o seguinte: "O expediente, enquanto principal competência social e "profissional", revela, por sua vez, grande capacidade para jogar com o estatuto de pobreza

⁽⁶⁶⁾ Temos vindo a constatar um aumento continuado de investigações sobre a "economia das drogas", tanto a uma escala micro (ver *L'Économie souterraine de la drogue*, 1994), como a uma escala macro. Neste último caso, parece-nos um indicador significativo deste interesse o facto de uma revista da área da economia ter dedicado um número à economia das drogas (cf. *Economistas - economia de las drogodependencias*, 1990).

nos relacionamentos sociais, incluindo as relações com os serviços de protecção social e a reivindicação, aos mais diversos níveis, de esquemas "excepcionais" - porque dirigidos aos mais necessitados - de apoio, investimento e geração de recursos".

Isto explica, em parte, a impossibilidade prática de querer definir fronteiras entre um mundo do tráfico e a população envolvente, que simplisticamente seria sua vítima ("contágio" dos adolescentes, desordem pública...). De facto, constatámos que não há uma ruptura, por ex., entre *dealers* e *junkies* e o resto dos habitantes. Partilham o mesmo espaço, os mesmos lazeres, uns sabem a vida dos outros mas, em territórios precarizados como estes, vender substâncias proibidas é só uma forma de ganhar a vida. Daí que a divisão normal/desviante esteja diluída e os actores que a cidade julga os protagonistas do delito e da insegurança aqui têm nome próprio e participam da vida comum como indivíduos comuns que são. Lembra-nos isto a frase que nos dizia um deles: "os delinquentes são como as pessoas"...

6. O mundo do *junkie*

O principal cliente da zona quente é o *junkie*. Caracteriza-se por organizar toda a sua vida em função da sequência *compra-chuta-curte-ressaca-compra*. Quando compra só pensa em chutar, quando regressa do chuto só pensa em chutar, para isso tem de comprar e quando consegue comprar só pensa em chutar. Tudo o que faz é em função disso, todas as suas interacções também. O seu dia-a-dia, quando não fica em casa com o sofrimento da abstinência ou com a aquietação de "estar bem" (quando tem pó), é uma sucessão de encontros, pequenas viagens (às *zonas quentes*), táxis, seringas, "chinesas"... As suas relações sociais, normalmente fragmentárias, são instrumentais: ocorrem por causa do pó. Fora do pó, a vida é um longo momento em que se desmultiplicam estratégias (interactivas e económicas) para arranjar pó. Fora do pó, só há o pó. Com o pó também - eis o desígnio *junkie*, dimensão refinada da toxicoddependência.⁽⁶⁷⁾ O *junkie* é também muitas vezes vendedor. Nas *zonas quentes* é predominantemente masculino, entre os 15-16 e os 35-40 anos. É do bairro ou dos bairros vizinhos mas também de fora e, neste caso, de todas as classes.

O *junkie* é, pois, aquele cujo acto foi invadido pelo pó, passando de sujeito que dispunha de si, a indivíduo determinado rigidamente pelo químico. "(O comportamento toxicoddependente) é um

jogo trágico. Um jogo porque o toxicodependente estabelece uma relação lúdica de si consigo mesmo, que consiste em tornar-se outro no interior e a partir de si, trágico porque esse jogo termina na perda de si enquanto actor e pela perda do outro que se desejava ser." (C. da Agra, 1991).

O que esta figura tem de particular é a sua já longa estabilidade - desde o início dos anos 80 -, muito superior aos actores das drogas que descrevemos antes dele (Cf. Fernandes, 1990). Parece anunciar assim um modo mais estável de relacionamento com drogas, simétrico da estabilidade dum mercado subterrâneo.

Os usos de drogas associavam-se, desde meados dos anos 70, a estilos juvenis em que elas eram elementos potenciadores do encontro, da diversão, da festa (Cf. Fernandes, 1990, 1993); eram o catalisador, à uma químico e simbólico, do "desatino", um estilo convival assente na boémia e no culto do excesso. Esta fase da boémia psicotrópica vai agonizar lentamente à medida que avança o protagonismo da heroína, de tal modo que os utilizadores de drogas que vêm dessa época, hoje com mais de 35 anos de idade, recordam-na como "a fase feliz", estragada pela hegemonia da heroína e do seu torvelinho de interesses económicos, que teria ditado o fim da boémia. O *junkie* actual é, pois, uma figura em corte profundo com o regime anterior das drogas. Se antes havia o "desatino" (simbolizado positivamente) e o "estar ganzado" era vivido como uma fruição, o consumo de drogas é hoje indesligável da toxicodependência pesada, do *deal*, do confronto permanente com a polícia, da prisão,... Na trajectória social das drogas contada pelos seus actores há, assim, uma memória nostálgica dos bons velhos tempos e uma crítica à narcose em que o consumo se transformou e ao servilismo que implica ser *junkie*.

Em síntese, o regime anterior de consumo, baseado nos padrões e estilo de vida de subculturas juvenis, diluiu-se. Estas subculturas, pela sua própria natureza psicossocial, são fugazes.

⁽⁶⁷⁾ O *junkie*, figura que corresponde e reforça o estereótipo social do "drogado", é um actor do extremo das drogas. É nele que o paraíso artificial se converte em inferno, como descrevia Baudelaire para o opiómano, já no século passado. É ele também o alimentador de vários circuitos profissionais: o dos *dealers*, o dos *psis* (é o *junkie* o tipo de cliente que recorre à "desintoxicação", embora um grande número nunca recorra), o dos polícias e, cada vez mais, o dos investigadores científicos e das comissões de peritos. É ele também o causador dum voyeurismo na nossa sociedade: vontade de espreitar o que transgride, o que se transmuta (química e psicologicamente), bem expresso na forma como é tratado nos *mass media*. O toxicodependente é o novo objecto pornográfico dos meios de comunicação de massa.

Quando se diluíram, desapareceu ou sobrou residualmente o tipo de consumo de psicotrópicos que se lhes associava. O junkie não é já fenómeno subcultural juvenil, é actor social que protagoniza uma nova relação com o mundo, feita da alternância entre o paroxismo e a anestesia psico-afectivos propiciada pela heroína. O mundo do *junkie* despovoou-se de heróis (bem presentes na fase anterior das drogas) - reina agora a heroína.

Se já falámos, atrás, de subcultura *junkie*, referíamo-nos ao aspecto instrumental que a definição de subcultura encerra - e só a este. Quanto ao lado expressivo, tão exuberante nas subculturas juvenis típicas das décadas anteriores (Cohen, 1972; Brake, 1985; Romani, 1985; Feixa, 1987; Feixa, 1988; Baron, 1989; Rácz, 1992), "já não tem assunto". Esta frase, carismática da subcultura *junkie*, concentra numa curta expressão a metáfora da vida no bairro. O bairro "não tem assunto"; as drogas, também "já não têm assunto". Esgota-se o assunto quando o assunto é sempre o mesmo: as mesmas esquinas, as mesmas rotas pedestres, as mesmas caras, os mesmos polícias, a mesma poeira. A perspectiva temporal do *junkie* é pouco ambiciosa - aliás, é difícil ver para além do tempo que medeia até à próxima compra, ao próximo "chuto" ou "chinesa". A tarefa principal do dia nem é arranjar pó - esse, sabe-se onde está, "não tem assunto"; é, isso sim, arranjar com que o comprar. A dependência *junkie* é também uma dependência económica,⁽⁶⁸⁾ que sobrevive à custa, seja da colaboração na distribuição do produto, seja duma série de esquemas que é necessário inventar a todo o momento e que obrigam a uma atenção permanente na relação social que ela estabelece. Esta relação social é sempre pressentida como uma possível relação de interesse financeiro. O *junkie*, para além de ser um conhecedor, como já vimos, dos interstícios de espaço e de tempo, é um especialista do *interstício financeiro*: toda a informação que lhe é dada é convertível em trocas, negócios, notas de mil, moedas de cem... Nas condições actuais de instalação do fenómeno droga é impossível não estar permanentemente a falar de dinheiro; a definição de dinheiro, para o *junkie*, é a duma coisa que se está sempre a dever a alguém e a "cravar" a alguém (obter através dum pedido, normalmente embrulhado na palavra empréstimo). Lemos uma vez algures que em Portugal nada se compra, tudo se arranja; pois bem, no *junkie*, tudo se arranja sempre para a mesma compra: a do pó.

⁽⁶⁸⁾ Remetemos para a excelente investigação de R. Ingold (1984) sobre a dependência económica na heroínomania em Paris, ou para Ph. Bourgois (1992, 1996) para Nova Iorque.

Um dos refrões do discurso colectivo associa drogas a delinquência e a sentimento de insegurança. Parece-nos, de todas as questões suscitadas pelo fenómeno droga, aquela que se afigura menos enigmática. Com efeito, não é possível arranjar dinheiro diariamente para um consumo regular. A única saída é a de colaborar, com diferentes graus de implicação, nas economias informais. Recorramos à investigação de Coppel (1994) a este respeito: "Os toxicómanos com quem falámos reconheceram os roubos, a utilização de cadernetas de cheques roubadas, como fontes de financiamento, embora nenhum deles se tenha afirmado como traficante. O produto pode, de qualquer modo, ser trocado por serviços ligados ao tráfico, à vigilância, à protecção física dos traficantes, a informações sobre as actividades dos serviços (polícia e município) ou sobre o tráfico noutras *ciés* e a venda de produtos de corte, etc."

Esta dependência económica não é vivida sem ambivalência. Há frequentemente uma consciência aguda de se ter desperdiçado a possibilidade de uma vida menos difícil, mais tranquila e confortável:

"Também já vivi em Chaves. Gostava de andar a cavalo, pá. (Faz o gesto de galope). Fartava-me de andar. Grande charuto, óculos Ray-Ban, boné, era à gringo. Todo fora da carola, ali a andar a cavalo. Então, em vez de gastar tudo no cavalo, não podia ter agora dois ou três daqueles? (...) Tinha duas motas, uma 125 e uma 50. Destilei-as. (Sorri). Estão destiladas."
(Observação Participante 29 Out. 92).

Nas notas de comentário desse dia, escrevíamos: "O "Ch" colocava um tom humorístico ao contar o seu trajecto pessoal. Parece-nos ter um sentimento misto de orgulho e de trágico nas suas aventuras." Notámos, com efeito, nos indivíduos que partilharam connosco reflexões sobre as suas vidas na heroína esta oscilação: à sensação de gozo e de superioridade (com o pó fica-se inatingível pelo comezinho quotidiano), sucede-se a da falta e a da perda. A sensação de perda podemos enunciá-la sob a forma da questão, que o *junkie* não explicita mas que fica latente naquilo que conta de si: "Que fiz eu da minha vida?". Normalmente não chega a responder - chutará antes disso. Adiar esta questão obriga a uma estratégia: viver no presente. Quanto mais se avança na heroína mais se vive no presente: o estilo de vida *junkie* impede o futuro. A delapidação material do adicto a consumos pesados é paralela a um afrouxamento dos

critérios morais. A urgência da heroína é, no discurso dos seus actores, justificativa do acto que os próprios condenam. Exemplifiquemos com a reunião e o consumo público mesmo ao lado de um infantário: "Eu sei que é chato, mas...". Torna-se, no entanto, mais fácil denunciar o lado condenável do psicotropismo através do exemplo alheio. O *junkie* produz, com frequência, juízos morais em contradição aparente com as suas opções de vida: os ambientes das drogas duras seriam dominados por indivíduos sem regras de convivência dignas, onde a necessidade imediata do lucro (no dealer) ou da dose seguinte (no adicto) anula o plano ético:

"E então o X. anda a vender com a mãe? Vê lá se tem jeito, mãe e filho a vender. Outro dia passei por lá, ela estava à janela e eu perguntei: 'Minha senhora, não há daquilo?' e ela disse: 'Espere aí um bocadinho que eu atendo já.' Ao que chegámos, mãe e filho a vender."

(Fragmentos Discursivos 28 Out. 92)

As drogas duras, se as virmos à escala do indivíduo adicto e de acordo com as suas próprias crenças, são desorganizadores existenciais projectivamente, mas são organizadores existenciais do instante diário - provocam a tirania do presente. Se as virmos à escala das relações interindividuais, são agentes de anomia: o "mundo da droga" é visto pelos próprios como o sítio onde a regra é impor a nossa regra à regra do outro - e a possibilidade de a impor é, claramente, diferencial, sendo o factor económico o decisor da eficácia da regra. O "mundo da droga", à semelhança do mundo, produz uma escala social de dominância que vai do despojado de qualquer influência - o *junkie* que só compra - ao detentor de poder - o grande *dealer* que tudo vende. Esta escala tem uma regulação interna muito dinâmica no seu extremo superior;⁽⁶⁹⁾ se, na base, o *junkie* é sempre *junkie*, já o *dealer* de hoje pode ser o recluso de amanhã, a sua riqueza (à escala do bairro) dar lugar à precaridade, e o seu posto ser ocupado por outro:

⁽⁶⁹⁾ Poderíamos falar da violência como um dos factores desta regulação. De facto, alguns autores têm chamado a atenção para o facto de a violência gerada pelo fenómeno droga dizer sobretudo respeito ao interior do sistema de distribuição (cf. Brochu, 1994; Bean & Wilkinson, 1988; Fernández, 1990; Fatela, 1992). No que se refere à nossa experiência de terreno, não falaríamos tanto de violência no sentido da ofensa corporal, que é esporádica, mas de ambiente tenso - mesmo assim, típico só de algumas "zonas quentes".

"O P. chegava aqui de Alfa Romeu. Ficou sem nada... Chegava aqui de Alfa Romeu, cinco mil contos no bolso. E agora? Que é que tem? A bófia caiu-lhe em cima, oh! O F., esse, passava o dia a contar notas (faz a mímica). A tarde toda. Agora está dentro. Eram aos 10 e 20 mil contos. Ficou sem apartamento, sem carro, a bófia caiu-lhe em cima..."

(Fragmentos Discursivos 3 Fev. 93).

Seria curioso saber mais sobre a probabilidade de se ser *dealer* por longo tempo, o que estará concerteza inversamente relacionado com o facto "da bófia cair em cima". Do junkie, já sabemos poder ter um itinerário longo: alguns dos indivíduos que fomos conhecendo consumiam heroína e outros produtos há mais de vinte anos, e muitos deles há mais de dez (com as típicas interrupções "para limpar", normalmente auto-geridas); do *dealer*, sabe-se muito menos. Adler (1992), num dos poucos estudos que se debruçam sobre esta questão sem ser a partir de indivíduos em contacto com o sistema judicial ou penitenciário, refere uma média de 5 a 10 anos para a carreira de *dealer* nos E.U.A. Quanto aos nossos dados, podemos apenas referir o seguinte, que nos parece significativo: os dois *dealers* com quem viemos a ter mais interações, frequentando mesmo, num dos casos, a sua casa, continuam, à data da redacção deste texto, a exercer esta actividade - fazem-no, portanto, pelo menos há quase quatro anos, e já o faziam antes de os conhecermos. Acrescente-se que são ambos consumidores, um deles manifestando grande dependência de heroína.

Estas constatações reforçam uma tese clássica, bem enunciada por D. Matza (1969), um dos autores que mais contribuí para a naturalização do olhar sobre a desviância: a empresa desviante, aos olhos do próprio, afigura-se viável e sustentável e nada estranha e patológica. É exactamente por isso que pode estruturar-se em carreira, à semelhança dos mundos profissionais normativos.

O *junkie* é, enfim, um indivíduo com uma relação intensa com a heroína, assumindo as outras drogas, no seu consumo, um papel subsidiário ou complementar.⁽⁷⁰⁾ Heroin is my wife and is my

(70) Estamos a ser fiéis aos dados à altura da nossa pesquisa. Trabalho de campo posterior tem-nos vindo a demonstrar a importância que está a assumir, nestes contextos e no *junkie*, a "base", produto obtido a partir da adição do bicarbonato de sódio com a cocaína - uma espécie, portanto, de "crak". A frase típica ao chegar a uma "zona quente" é agora "Castanha? Base?" O haxixe, em perda de protagonismo, já tem substituto...

life⁽⁷¹⁾ - eis uma bela metáfora daquilo que parece ser o seu *script* existencial.

O estatuto da heroína, nas crenças dos seus prosélitos, não se compara ao de qualquer outro produto. Um pequeno episódio que presenciámos é bem disso o exemplo: um indivíduo do Bairro do Aleixo conta-nos o "descaramento" de um amigo seu, que vai a casa dele pedir dinheiro emprestado. "Vê lá, foi pedir cinco contos à minha velhota; ainda se fosse para heroína, mas era para coca".

As crenças dos consumidores estão, por vezes, extremamente perto da ideologia dominante em torno da droga; por ex., a de que um adicto não aguenta a abstinência, como que se a heroína fosse, das drogas, aquela com que não se pode brincar... Em contrapartida, não vimos partilhada por estes actores a crença da escalada do haxixe para a heroína. O filtro do charro nos interstícios dos paralelepípedos, ao longo das calçadas do bairro, é bem o símbolo da sua banalização; um consumo público que nem sempre se oculta do transeunte. Quanto à heroína, não constatámos, pesem embora as imagens da comunicação social, a assunção pública do seu consumo. Vimo-la, por outro lado, cindida em dois tipos de uso, ao nível das crenças: o da "chinesa", uso leve duma droga dura - "só dá mais paz, mais nada": e o clássico "da agulha", próprio "dos agarrados", uso duro de uma droga dura.

Numa das páginas dedicadas a comentários e reflexões do diário de campo, sintetizámos assim aquilo que observávamos nos actores da heroína:

"A heroína, droga da paz. A ausência dela, um inferno. Apaziguar-se. O poder governar quimicamente o (des)ânimo, eis a conduta que intervala o fatalismo da vida. O esmagamento social, económico, laboral, habitacional. Os factos a ocorrerem todos contra nós e apesar de nós. Contra os factos não há argumentos - mas há heroína."

⁽⁷¹⁾ Frase de uma canção rock de Lou Reed, "Heroin".

⁽⁷²⁾ Mesmo os contextos que, formalmente, promovem uma clivagem com esta vida social, acabam por estar inseridos nela. Por exemplo, o infantário, normalmente dentro dos bairros, tem vistas, nalguns deles, para concentrações de actores das drogas...

7. Aprender a viver nos territórios psicotrópicos

O contacto quotidiano com as drogas retira-lhes a carga com que são figuradas no discurso colectivo. É neste sentido que deve entender-se, a nosso ver, a afirmação corrente, nos técnicos, de que "as drogas se banalizaram". Não se banalizaram porque muita gente as consoma ou aprove o seu consumo. Aquilo que as torna banais é o espectáculo diário que oferecem: nos *media*, onde são elemento constitutivo da excepcionalidade (as apreensões, os "mundos da droga"...), e nos territórios psicotrópicos, onde são elemento constitutivo duma rotina.

a) *a exposição ao pó*: o habitante do bairro, ainda que nada tenha a ver com drogas, sabe que muito do que vê e ouve todos os dias, ao sabor dos seus percursos pedestres, das suas entradas e saídas de casa, ao sabor do que vê da sua janela, tem a ver com as actividades que têm nos psicotrópicos o centro. Está, portanto, duma forma sistemática, *exposto ao pó*.

Se deslocarmos a nossa atenção para os sectores etários da infância e da adolescência, esta exposição remete para o tema da socialização. Recorreremos a um excerto do diário de campo onde, a propósito de várias observações nas casas de alguns *dealers-junkies*, procurávamos reflectir sobre o que aí víamos:

"Já da outra vez, em casa do C. (um *dealer-junkie* de 42 anos) eu tinha reflectido sobre a socialização *drug* neste tipo de contexto, que passa essencialmente pela exposição das crianças e dos jovens a comportamentos que são alvo de censura social, mas que neste *setting* são corriqueiros, ocorrem naturalmente, sem discursos valorativos em torno de comportamentos de consumo, que são expostos na sua evidência à criança, pela simples razão de que, para estes actores sociais, parecem naturais. Digamos que está desvalorizado, à força de se ter tornado banal."

(Notas de Terreno, 27 Dez. 92)

A quotidianidade apaga os mitos. Aquilo que é um mundo longe fica ao alcance da trama diária das relações. É o que acontece com a droga aqui. Se conjugarmos este facto com um outro típico destes contextos, que é o da grande participação das crianças na vida social corrente, utilizando as habitações, os patamares dos blocos e a rua como lugares de encontro e de jogo, e estando em permanente contacto com os adultos, é natural concluir que aprendem, desde cedo, esta

banalogia das drogas (tomamos o termo de Maffesoli, s.d.).⁽⁷²⁾

"O C., da vez anterior, era o modelo, ao preparar a chinesa, ao alisar a prata, ao fazer o risco, ao acender o isqueiro, ao aspirar a coluninha de fumo, ao reter nos pulmões, ao acender de novo o isqueiro e repetir a operação. O seu filho de onze anos vê. Está em condições de imitar o consumo. Imitar ou não, consoante as auto-determinações da sua individualidade.

Este era o primeiro acto. O modelo, a exposição. Tal como vêm nos cânones da teoria da aprendizagem social. (...) Segundo acto: ao filho mais velho (tem 14-15 anos) manda-o à rua comprar ganza. Parece que se confirma a teoria - este filho já passou da observação do modelo à imitação.⁽⁷³⁾ Sabe como fazer para adquirir o produto, não faz qualquer pergunta. Parece dominar os comportamentos necessários ao estilo de vida *drug*. Já tem, diz-nos o pai, asas para andar. Destas asas se fazem por aqui os voos adolescentes, acrescentamos nós.

Mais uma vez a droga, neste caso a sua aquisição, é falada de um modo natural, desvalorizado, como se se tratasse de ir comprar cerveja - aliás, é comprada em simultâneo, como se ganza, cerveja e fiambrino estivessem em pé de igualdade no lanche que se prepara".

(Notas de Terreno, Jan. 93).

⁽⁷²⁾ Mesmo os contextos que, formalmente, promovem uma clivagem com esta vida social, acabam por estar inseridos nela. Por exemplo, o infantário, normalmente dentro dos bairros, tem vistas, nalguns deles, para concentrações de actores das drogas...

⁽⁷³⁾ "Especificamente, este modelo (Teoria da Aprendizagem Social) defende que a exposição a amigos ou a pais que consumam substâncias, irá moldar o uso de substâncias através da modelagem de 2 aspectos específicos relativos ao consumo de substâncias. Primeiro, a observação dos modelos que experimentam determinadas substâncias, vai modelar directamente as expectativas, as crenças dos adolescentes relativamente às consequências mais imediatas, às consequências sociais, pessoais e fisiológicas do uso de substâncias (...) Bandura (1977, 1982) propôs que os modelos poderão modelar, quer a auto-eficácia em relação ao uso, quer a auto-eficácia em relação à recusa. Por exemplo, a observação dos pares a comprarem e a inalarem marijuana, pode providenciar aos adolescentes o conhecimento e competências necessários para obter e utilizar marijuana" (Petraits, Flay e Miller, 1995). Neste artigo, que propõe uma revisão das principais teorias acerca do uso de substâncias nos adolescentes, a teoria da aprendizagem social é incluída e a sua origem situada em 1939, na teoria da associação de E. Sutherland.

Outro episódio que presenciámos - e a que fizemos referência atrás, em "Território Acoissados. 2." - é revelador da precocidade das aprendizagens necessárias à sobrevivência nos territórios psicotrópicos (trata-se do episódio da criança de 11 anos que vai ao café avisar o irmão mais velho da presença da polícia no bairro). Nas reflexões desse dia no diário de campo, escrevíamos:

"Noto como fala sem tabus, em frente do irmão de 11 anos, das suas idas ao CEPD tomar metadona, das rixas e pancadaria em que umas vezes é ele que dá e outras é quem leva. O irmão ouve com um ar em que não deixa denotar emoções. Escuta, apenas, quieto na cadeira".

Este acontecimento é ilustrativo da socialização nos territórios acoissados. E tem algo em comum com o anterior, protagonizado pelo C.: num caso, o irmão mais velho, noutro, o pai, ambos *dealers-junkies* de bairro social, funcionam como modelos de condutas relacionadas com as drogas;⁽⁷⁴⁾ e ambos se apresentam como indivíduos que, através do tipo de façanhas que relatam, valorizam a masculinidade, a coragem física (mesmo quando são eles quem perde) e a agressividade.⁽⁷⁵⁾ João Ferreira de Almeida e outros (1992), na caracterização que faz da convivência em grupos afectados pela vulnerabilidade à pobreza, afirma que este tipo de grupos sociais, que valoriza as "formas de sociabilidade exuberantes" e o "prazer convivial", recorre muitas vezes, para a resolução dos frequentes conflitos, "a uma verbalidade tão rica quanto agressiva, ou à violência física - em correspondência, aliás, com a valorização da potência muscular, da destreza, da sagacidade e da coragem".

Esta constatação foi diversas vezes reiterada. O desenvolvimento da nossa própria socialização

⁽⁷⁴⁾ "Os adolescentes adquirem as suas crenças relativamente aos comportamentos delinquentes através dos seus modelos, especificamente amigos próximos e familiares" (Petratis, Flay e Miller, 1995).

⁽⁷⁵⁾ A valorização destes traços foi já salientada por O. Lewis (1993) na sua caracterização da cultura da pobreza. Não deixa de ser espantoso verificar como esta caracterização, feita nos anos 40 num grande contexto urbano (Cidade do México), continua hoje plenamente aplicável, dando razão à tese aí defendida: a da pobreza como estrutura, e não como contingência económica. O valor da masculinidade nos meios sociais populares é, para o contexto português, salientado por Machado Pais (1990).

nestes contextos obrigou-nos a redefinir aquilo a que o senso-comum chama "má-educação", "malcriadice", "boçalidade", etc.

b) *as boas-maneiras*: lentamente, fomos descobrindo que também neste meio social funcionam regras de etiqueta bem precisas para com o forasteiro. Exemplificaremos com uma delas, que consiste na proibição de agradecermos alguma oferta que nos façam como estratégia para nos colocarem "como em casa". Se dizemos, ao oferecerem-nos uma cerveja, "obrigado", podem ocorrer respostas como: "Mas aqui ninguém foi obrigado a nada", ou, dum modo mais veemente, "Não me digas obrigado, caralho! Foda-se, obrigado o caralho!". Ou ainda, da primeira vez que visito a casa do "C.", na companhia dum informante privilegiado (o "R.S."), o modo como ocorre a despedida:

"Cerca das 19.30 h., diz-me o R.S.: "Vamos indo?". Noto então que o C. se despede com grande deferência - à sua maneira, claro - de mim:

- Queres senhas de autocarro? - menciona procurá-las, mas o R.S. diz que já tem para mim.
- Olha, agora já sabes onde aqui o C. mora. Qualquer coisa que precisares... Isto ou aquilo... Ó pá, não sei, qualquer coisa... Se precisares de dar uns socos num gajo... Vens aqui, a porta está sempre aberta...
- Obrigadíssimo - digo eu.
- Obrigadinho o caralho, ó, lá estás tu! Assim já não quero nada!

O R.S. intervém em minha defesa e diz: - São princípios...(refere-se aos meus modos, pelos vistos excessivamente polidos)."

(Obs. Participante, 12 Dez. 92).

Este comportamento parece paradoxal: insulta-se alguém para o pôr à vontade, utilizam-se asneiras para se ser educado. Aos primeiros contactos, as interações parecem-nos carregadas de violência verbal e o ambiente tenso, e mesmo inóspito. Vamo-nos apercebendo, com o avançar do tempo, que este é um estilo convivial típico e que a sua incorporação natural na comunicação rotineira o esvazia da carga que, noutros contextos, temos tendência a atribuir-lhe. Vimos já, também, na secção anterior, como, por exemplo, o troçar de alguém fazia parte dos costumes de

diversão locais.

As crianças e os adolescentes estão, em suma, em contacto com um mundo comunicacional marcado pelo confronto verbal. Além de, como vimos, expostas ao pó, estão expostas à linguagem local, em que a expressão eivada dos popularmente chamados "palavrões" predomina. Aprendem assim um modo comunicacional adaptativo ao seu contexto de vida. Subscrevemos inteiramente a tese, já antiga, de O. Lewis (1983): "Muitos dos elementos que caracterizam a *subcultura da pobreza* podem ser considerados tentativas locais de resolução de problemas". A tese é tanto mais verdadeira se algumas destas crianças vierem a ser *dealers* mais tarde, pois é uma actividade que exige uma constante agonística interactiva.⁽⁷⁶⁾ Diríamos, retomando o conceito de *habitus*, que este modo comunicacional é um dos elementos constitutivos do *habitus* de periferia urbana; é como se nos territórios duros, como já lhes chamámos (Fernandes, 1993), a linguagem fosse igualmente dura; ou como se, em sítios "onde a vida diária já é luta" (Delarue, 1991), o simples acto de falar traduzisse essa postura de combate.

O que a exposição ao pó parece revelar, encontramos-lo numa formulação de O. Lewis (1983) a propósito da cultura da pobreza: "Um estilo de vida altamente estável e persistente, herdado por cada geração dentro da mesma linha genealógica". E o que a incorporação e reprodução dum modo comunicacional duro parece revelar, encontramos-lo ainda no mesmo autor: "Constitui um factor dinâmico que atinge a esfera da participação numa cultura nacional mais ampla, e se converte ela própria numa subcultura"

⁽⁷⁶⁾ O que se liga claramente ao facto de se tratar dum delito sem vítima, no sentido em que o definiu a criminologia crítica: dado que se trata de transacções de forte procura mas proscritas legalmente, o único modo de fazer valer direitos é o recurso ao confronto directo (Espinosa, 1989).

NOTA FINAL

O conjunto de investigações em que esta pesquisa se inclui visava caracterizar as relações entre a droga e a criminalidade. Este é hoje o binómio central nas imagens dominantes sobre o "problema da droga" - a análise da imprensa, como vimos, revela-o com clareza.

As exigências duma pesquisa etnográfica adequam-se mal à delimitação nítida dum tal binómio. No terreno não há "criminosos" nem se vê "o crime" em directo; o que há são actores que realizam actividades reprovadas socialmente (consumir, convidar para um convívio *drug*, vender heroína, vender aquilo que se furtou, para se comprar a seguir aquilo que se sabe ser proibido comprar...), no interior de uma lógica subcultural que faz com que estes actos, do ponto de vista do seu actor, não se assemelhem ao crime. Crime, esse sim, é aquele que vêem à noite num qualquer programa de casos de polícia, na TV do café em que entram à procura de quem lhes fique com um relógio ou um telemóvel...

Na perspectiva eco-social a entidade "droga-crime" dilui-se, pois, na descrição etnográfica dos sítios, dos actores e das actividades cujo conjunto, imprecisamente vislumbrado pela sociedade dominante, configuraria no discurso desta um limiar de perigosidade que seria, precisamente, a sede de tal entidade. A *Etnografia urbana das drogas e do crime* converteu-se, ao seleccionar os sítios mais insistentemente conotados com a génese e a reprodução de tal binómio, na *Etnografia dos territórios psicotrópicos*. Afastando-nos dos "hipermercados das drogas", figura que instaura uma relação de exterioridade miticamente habitada por uma franja marginal donde emana todo o género de ameaça e de transgressão, procurámos entrar no território psicotrópico: lugar cujas características territoriais e cuja economia interactiva traduzem a capacidade de adaptação ecológica da subcultura *junkie*.

A deslocação conceptual requerida pelo ponto de vista fenomenológico e naturalista afastou-nos dessa espécie de existência patológica que é a "coisa droga-crime", para o fluxo quotidiano das periferias sociais; não nos dando acesso ao acontecimento excepcional, às formas criminais que alimentam o relato logo ecoado no rumor da cidade, abriu-nos no entanto ao micro-acontecimento de contorno discreto, diário e insistente. Avisados para a impossibilidade de ver a "droga-crime", podemos mesmo assim dizer algo que, resultando do trabalho etnográfico, possa ir ao seu encontro?

Deixaremos de lado o ilícito penal do tráfico: não é nele que se pensa quando se fala na droga como explicação do aumento da criminalidade. Pensa-se, como vimos na análise da imprensa, no furto, no assalto, nas ofensas corporais, no aumento da insegurança por causa da probabilidade do encontro de rua com toxicómanos dispostos a conseguir dinheiro a todo o preço... O toxicómano é, pois, o actor da desordem, habita um lugar feito da sua urgência e ausente das regras básicas da cidadania. A esta figura que se retira, por efeito da droga, das normas, somando à sua desordem bioquímica a desordem social (Agra, 1982), podemos fazer corresponder o *junkie*.

O *junkie* é uma figura em corte profundo com os actores que tinham os usos de drogas balizados pelo referencial das subculturas juvenis. É, contrariamente aos seus antecessores, uma figura com estabilidade - vem do início dos anos 80. Descrevemos a fenomenologia do *junkie*, e procurámos pôr em relevo a dimensão económica da sua dependência. É esta dependência que o liga ao acto delituoso, e não qualquer efeito resultante da substância que ingere - não comete delitos (quando os comete) por ter ingerido a substância, mas porque ainda a não ingeriu; não comete actos antissociais sob o seu efeito, mas porque o busca afincadamente - e enquanto este durar não pensa em importunar ninguém...

Em suma, o principal delito do *junkie* é a sua participação nas redes informais da economia subterrânea (o que pode implicar o envolvimento na receptação de objectos furtados, na sua venda ou no próprio furto), bem como um estilo muito próprio que desenvolve, que consiste em arranjar a todo o custo expedientes para conseguir dinheiro. Multiplica estratégias que têm em comum a burla e o burlesco - pois "enrola" sempre o expediente em laboriosas histórias. Ao conjunto, às vezes criativo, destas estratégias, bem poderíamos chamar imaginação psicotrópica... Não sustentamos, a partir do nosso trabalho, a ideia de que se trata de um indivíduo perigoso ou antissocial. Os actos (ou ameaças) mais próximos disto que vimos, deram-se no interior do próprio sistema de compra e venda de produtos, e sempre por causa de aspectos económicos, num contexto em que a pressa é uma condição imposta de fora: pelo opiáceo (urgência do *junkie*), pelo sistema financeiro informal (pagar fornecimentos em atraso, obter produto para vender...).

O trabalho etnográfico não dá suporte, em síntese, ao modelo psicofisiológico de explicação da relação droga-crime (ver PARTE A, Cap.1); não permite, por outro lado, conclusões sobre o

modelo economico-compulsivo, pois constatámos, tanto indivíduos que recorreram a actividades delituosas depois do envolvimento na dependência de psicoactivos, como indivíduos que já as tinham antes, vindo a droga reforçar um estilo de vida, digamos, transgressivo. Podemos, isso sim, dizer que o tipo de contextos em que investigámos têm menor consenso social sobre a reprovação destes estilos de vida e reproduzem com mais facilidade padrões de socialização em que o delito é "naturalizado". Constituem, pois, um socio-ambiente que tem condições favoráveis a um fundo comum que sirva de matriz, tanto à actividade delitiva como às actividades das drogas. E, no caso destas, a precaridade económica, a marginalização precoce produzida pela não adesão à escola (não se trata, a nosso ver, de insucesso escolar, mas do não reconhecimento desta instituição...) e pelo desemprego, relacionam-se intimamente com a instalação da economia subterrânea das drogas e com a facilidade de recrutar mão-de-obra para os tais "hipermercados". Deste modo o psicotropismo, dos bairros veio agudizar-lhes a imagem de estigma que já possuíam, e criminalizar a sua vida quotidiana.

Dum ponto de vista eco-social, a dimensão que predomina na grande centralidade do fenómeno droga é a económica. Se aderíssemos à imagem tradicional do "contágio", diríamos que o que vai envolvendo progressivamente, nestes contextos, mais indivíduos e, às vezes, famílias inteiras é a implicação num sistema financeiro informal. Tal sistema reveste características conflituvas, porque os seus interesses têm de ser geridos sem o recurso a mediações institucionais. Se olharmos apenas para o *junkie* que só compra e não se envolve em negócios (coisa que não é fácil de encontrar...), aquilo que ressalta é a sua verdadeira penúria material, momentaneamente esquecida pela anestesia opiácea, à semelhança do bêbado do "Príncipezinho", que bebia para esquecer, não sabendo, no entanto, o que queria esquecer, uma vez que já tinha esquecido...

É precisamente esta espiral de esquecimento que vai pautando a vida do *junkie*. Sobre o lado interior da vivência dura das drogas duras, aquele que lhe permite ir dispensando as coisas mais elementares do mundo dos "normais", nada diremos. Há uma dimensão no *junkie* que os discursos clínico e jurídico mascaram, na pretensão de já o terem caracterizado, há nele uma densidade interior que lhe não é acessível ao discurso. Era nessa direcção que gostaríamos de fazer evoluir a nossa pesquisa etnográfica, enquanto esperamos que o dispositivo de saber-poder das drogas incorpore nas suas grelhas analíticas a dimensão económica de fenómeno, sem ser através dos refrões do "tráfico internacional", das "rotas", do "branqueamento de capitais", do

"narcoturismo"... A mega-dimensão destes refrões imobiliza as representações colectivas e bloqueia a compreensão daquilo que, longe dos écrans das televisões, se desdobra mesmo por baixo dos nossos olhos.

Referências bibliográficas

- Ackermann, W.; Dulong, R. Jeudy, H.-P. (1983) *Imaginaires de l'insecurité*. Paris: Librairie des Méridiens.
- Adler, P. (1992) *Etnographic research on hidden populations: penetrating the drug world*. National Institute on Drug Abuse Research: Monograph Series.
- Agra, C. M. (1982). A toxicomania: desordens bioquímicas e ordem social. *Psicologia*, III, 3 e 4, 71-88.
- Agra, C.M. (1986). *Science, maladie mentale et dispositifs de l'enfant. Du paradigme biologique au paradigme systémique*. Lisboa: I.N.I.C.
- Agra, C.M. (1991) *Sujet autopoïétique et toxicodependance*. (Dactilografado).
- Agra, C.M. (1992). *Mass-media e droga. Exercícios empirico-teóricos para um programa crítico*. Lisboa: Comissão das comunidades europeias.
- Agra, C.M. (Dir., 1993). *Dizer a droga, ouvir as drogas*. Porto: Radicário.
- Almeida, J.; Capucha, L.; Costa, A.; Machado, F.; Nicolau, I. & Reis, E. (1992). *Exclusão social - factores e tipos de pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Authier, J. (1986) Centre ville et marginalité. Les "groupes" de jeunes dans la rue de la République à Lyon. In A. Vant (Ed.), *Marginalité sociale, marginalité spaciales*. Paris: Éditions du CNRS.
- Aznar, C. (1989) *Técnicas de investigación social: los indicadores sociales y psicossociales*. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias.
- Bardin, L. (1979). *L'analyse de contenu*. Paris: P.U.F.
- Baron, S. (1989). Resistance and its consequences. The street culture of punks. *Youth & Society*, 21, 2, 207-237.
- Bastienier, A. (1989) *L'immigration au quotidien. Essai sur la fonction sociale de la rumeur*. Bruxelas: Academia, édition et diffusion.
- Bean, P & Wilkinson, C. (1988). Drug taking, crime and illicit supply system. *British Journal of Addiction*, 83, 533-539.
- Boishue, J. de (1995) *Banlieue mon amour*. Paris: La Table Ronde.

- Bourdieu, P. (1989) *O poder simbólico*. Lisboa: Ed. Difel.
- Bourdieu, P. (1991). Introduction à la socioanalyse. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 90, 3-5.
- Bourgois, P. (1992) Une nuit dans une "shooting gallery": une enquête sur le commerce de la drogue à East Harlem. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 94, 59-88.
- Bourgois Ph. (1996). *In search of respect*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Brake, M. (1985). *Comparative youth culture*. Londres e Nova Iorque: Routledge & Keegan Paul Ltd.
- Brochu, S. (1994). Consommation de psychotropes et questions. In D. Szabo e M. Leblanc (Eds.), *Traité de criminologie empirique*. Montréal: Les presses de l'Université de Moncrimennels.
- Brown, M. e Perkins, D. (1992) Disruptions in Place Attachment. In I. Altman & S. M. Low (Eds.), *Place Attachment. Human Behavior and Environment. Advances in Theory and Research*. Nova Iorque e Londres: Plenum Press.
- Burillo, F. J. & Aragonés, J. I. (Eds., 1986) *Introducción a la psicología ambiental*. Madrid: Alianza Editorial.
- Cabrita, A. (1988). O meio e a qualidade do habitat residencial. *Psicologia*, VI, 3, 283-306.
- Cardoso, A. (1993). *A outra face da cidade: pobreza em bairros degradados de Lisboa*. Câmara Municipal de Lisboa.
- Cardoso, A. & Perista, H. (1994). A cidade esquecida: pobreza em bairros degradados de Lisboa. *Sociologia, problemas e práticas*, 15, 99-111.
- Certeau, M. (1980). *Arts de Faire*. Paris: UGE.
- Champagne (1991). La construction médiatique des "malaises sociaux". *Actes de la recherche en sciences sociales*, 90.
- Cloward, R e Ohlin, L. (1960). *Delinquency and opportunity*. Nova Iorque: Free Press of Glencoe.
- Cohen, A. K.(1955). *Delinquent boys, the subculture of the gang*. London: Collier McMillan
- Cohen, S. (1972). *Folk devils and moral panic*. Londres: Blackwell.
- Cohen, S. (1985). *Visiones de control social*. Barcelona: PPU editores.
- Coppel, A.(1994). Bagneux - Enquête dans le quartier de Blagis. In M. Schiray (Ed.), *L'économie souterraine de la drogue*. Ed. Conseil National des Villes.

- Delarue, J.-M. (1991) *Banlieues en difficultés: la relégation*. Paris: Syros/Alternatives.
- Duprez, D. (1991). De l'anomie de la gestion du social aux représentation de l'insecurité. *Déviance et Societé*, 15, 275-292.
- Escotado, A. (1989) *Historia general de las drogas* - 3 vol. Madrid: Alianza Ed.
- Escotado, A (1992). *El libro de los venenos*. Madrid: Mondadori.
- Espinosa, L. (1989). *Delictos sin víctima. Orden social e ambivalência moral*. Madrid: Alianza Ed.
- Farberman, H. (1979). The Chicago School: continuities in urban sociology. *Studies in Symbolic Interaction*, 2, 3-20.
- Fatela, J. (1992). *Drogue, micro-economie et pratique urbaines en France*. Conselho de Europa: Grupo Pompidou.
- Favard, A. e Ottenhoff, R. (1990). *Nouvelles approches de criminologie clinique*. Aix-en-Provence: Érès.
- Feixa, C. (1987) De joves, bandes i tribus. Les subcultures juvenils des de l'antropologia. *Antropologies*, 1, 32-42.
- Feixa, C. (1988) *La tribu juvenil - una aproximación transcultural a la juventud*. Torino: Edizioni d'Ochiello.
- Fernandes, L. (1990). *Os pós-modernos ou a cidade, o sector juvenil e as drogas*. Porto: FPCEUP.
- Fernandes, L. (1993) O gozo e a ganza: problematização. *Jornal Universitário do Porto*, nº 1, ano 8.
- Fernandes, L. (1994). *Socioespacialidade do comportamento desviante - os lugares onde a cidade se interrompe*. Lisboa: textos do C.E.J.
- Fernandes, L. (1995) O sítio das drogas. *Etnografia urbana nos territórios psicotrópicos. Toxicodependências*, 2, 22 - 32.
- Fernandes, L. (1997). *Actores e territórios psicotrópicos: etnografia das drogas numa periferia urbana*. Porto: FPCE-UP.
- Fernandes, L. e Agra, C. da (1991) *Uma topografia urbana das drogas - estudo exploratório no Porto*. Lisboa: GPCCD.
- Fernandes, R. (1994). Cenários das drogas. In *Liberalizar as drogas, sim ou não?* - actas do encontro nacional. Porto: Fundação da Juventude.
- Fernández, E. (1990) Una aproximación a las relaciones entre conductas adictivas y delin-

- cuencia en la población juvenil. *Comunidad y drogas*, 16, 39-49.
- Fischer, G. (1994) *Psicologia social do ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget.
- François, J. (1990). Structures sociales, structures psychiques et activité du sujet. In *Acteur social et délinquance - Hommage au Professeur Christian Debuyst*. Bruxelles: Pierre Mardaga.
- Goffman, E. (1963). *Estigma. La identidad deteriorada*. Buenos Aires: Amorrortu editores.
- Goffman, E. (1974) *Asilos, Prisões e Conventos*. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- Guerra, P. (1992) Tecido urbano actual - continuidade ou descontinuidade. *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2, 145-175.
- Hall, S. & Jefferson, T. (1983). *Resistance thought rituals, youth subcultures in post-war Britain*. Londres: Hutchinson.
- Imbert, G. (1992) *Los escenarios de la violencia*. Barcelona: Icaria Editorial.
- Ingold, F.-R. (1984). La dépendance économique chez les héroïnomanes. *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique*, 3, 331-338.
- Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro (1993) Características, limites e potencialidades de um espaço antigo em transformação. Porto: edição da Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro.
- Lagrange, H. & Zauberman, R. (1991). Introduction du débat sur le crime et l'insécurité aux politiques locales. *Déviance et Societé*, 15, 233-255.
- Lahosa, J. (1989). La encuesta de victimización de 1988 en Barcelona. *Prevenió*, 3, 51-68.
- Lewis, O (1982). *Los hijos de Sanches*. México: Gujalbo.
- Lipovetsky, G. (1988). *A era do vazio*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- Matza, D. (1969). *El processo de desviación*. Madrid: Ed. Taurus.
- Nasar, J.; Fisher, B. (1993) "Hot spots" of fear and crime: a multi-method investigation. *Journal of Environmental Psychology*, 13, 187-206.
- Nebreda, B., Sendra, J. & Albert, A. (1987). La imagen de la droga en la prensa española. *Comunidad y Drogas*, 2, 9-11.
- Ogien, A. & Weinenberger, M. (1992). Le développement de la recherche sociologique et ethnologique sur les pratiques de l'usage de drogues. In A. Ehrenberg e Mignon (Eds.), *Pensons la drogue, pensons les drogues*. Paris: Ed. Descartes.
- Pais, J. M. (1990) Lazeres e sociabilidades juvenis - um ensaio de análise etnográfica. *Análise Social*, 25, 591-644.

- Perkins, D; Meeks, J e Taylor, R (1992). The physical environment of street blocks and resident perceptions of crime and disorder: Implications for theory and measurement. *Journal of Environmental Psychology*, 12, 21-34.
- Petraits, J.; Flay, B.R.; Miller, T.Q.(1995). Reviewing theory of adolescence substance use: organizing pieces in the puzzle. *Psychological Bulletin*, 117, 67-86.
- Proshansky, H. (1976). The appropriation and misappropriation of space. In Korosec- Serfay (Ed.), *Proceedings of the 3rd international Architectural Psychology conference at L. Pasteur University*, Strasbourg, June 21-25.
- Prost, A. (1990). Transições e interferências. In Ph. Aries (Dir.), *História da vida privada* - vol.5. Porto: Edições Afrontamento.
- Rácz, J. (1992). Drug use by the members of youth subcultures in Hungary. *The International Journal of the Addictions*, 27(3), 289-300.
- Rodrigues, A. (1985). O público e o privado. *Revista de Comunicação e Linguagem*, 2, 7-14.
- Romani, O. (1982). *Droga i subcultura. Una história cultural del "haix" a Barcelona* (1960-1980). Tese de doutoramento: Departamento de Antropologia Cultural da Universidade de Barcelona (não publicada).
- Romani, O. (1985). Perqué els temps estan canviat... In D. Llopart, J. Pratt, L. Prats, (ed.) *La cultura popular a debat*. Barcelona: Ed. Alta follia.
- Romani, O e Comelles, J. (1991). Les contradictions liées à l'usage des psychotropes dans les sociétés contemporaines: automedication et dépendance. *Psychotropes*, X, 3, hiver 1991.
- Sanabra, F. R. (1986) Percepcion ambiental. In Florencio J. Burillo e Juan I. Aragonés (Eds.) *Introducción a la psicología ambiental*. Madrid: Alianza Editorial.
- Sangrador, J(1987). El medio físico construido y la interaccion social. In Burillo & Aragonés (Eds), *Introducción a la psicología ambiental*. Madrid: Alianza Editorial.
- Sozcka, L. (1988) Ecologia social do risco psicológico em meio urbano. *Psicologia*, VI, 3, 307-346.
- Spence, L.H. (1991). Des havres de sécurité? *Déviance et Societé*, 15, 317-328.
- Stokols, D. & Altman, I. (1987) *Handbook of Environmental Psychology*. E.U.A.: John Willey & Sons.
- Szazs, T. (1976). *Les rituels de la drogue*. Paris: Payot.
- Vant, A. (1986). *Marginalité sociale, marginalité spaciales*. Paris: Éditions du CNRS.

- Veyne, P. (1979). *Comment on écrit l'histoire*. Paris: Éditions du Seuil.
- Wacquant, L. (1992) The zone. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 93, 39-59.
- White, W. (1955). *Street corner society. The social structure of an Italian slum*. Chicago: University of Chicago Press.
- Wicker, A. (1987). Behavior settings reconsidered: temporal stages, resources, internal dynamics, context. In D. Stokols & J. Altman (Eds). *Handbook of environmental psychology*. E.U.A.: John Willey & Sons.
- Willis, P. (1983). The cultural meaning of drug use. In S. Hall e T. Jefferson, (Eds.) *Resistance through rituals. Youth subcultures in post-war Britain*. London: Hutshinson.

ANEXO 1

Categoria	Sub-Categoria	Indicadores
Drogas	Apreendidas Traficadas Consumidas	Que substâncias são referidas? Retêm-se apenas as referências a substâncias ilegais. Classificam-se nesta categoria todas as mensagens que nos permitam traçar o panorama actual das drogas - a <i>paisagem psicotrópica</i> - bem como as adjectivações e valorações de que são alvo.
Actores	Do combate Do tráfico Do consumo Do crime associado às drogas	Que actores sociais são referidos na notícia? Retem-se nesta categoria toda a referência a indivíduos cuja acção se relacione com drogas (consumidores, traficantes, polícias...), tanto objectivas (idade, profissão...) como adjectivas/valorativas.
Lugares	Do combate Do tráfico Do consumo Do crime associado às drogas	Todas as unidades de texto que situem espacialmente as drogas ou os seus actores sociais; toda a referência a lugares concretos ou a categorias espaciais (o urbano, o estrangeiro...)
Instâncias	Do combate Penais	<i>Do combate</i> : especificamente organizadas em função da 169 droga, sejam de teor repressivo (polícia...), sejam do sistema assistencial. <i>Penais</i> : são gerais, abrangendo na sua actividade o fenómeno droga.
Objectos	Do combate Apreendidos Do tráfico Do consumo Do crime associado às drogas	Os objectos que são referidos; de que instrumentos se servem as diferentes práticas em torno das drogas?
Discurso Directo	Do combate Do traficante Do consumidor Do recluso	Sempre que a notícia transcreve, colocando entre aspas, declarações de indivíduos, seja qual for o papel em que estejam investidos (polícia, traficante, juiz, cientista...)
Sistema Explicativo Espontâneo	Do tráfico Do consumo Do crime associado às drogas	Atribuições e causalidades implícitas para os actores e os actos das drogas, quando são reformulados pela imprensa a partir das fontes, ou quando são gerados pela imprensa.

ANEXO 2

Gráfico 4 População residente por grupo etário *Bairro da Pasteleira*

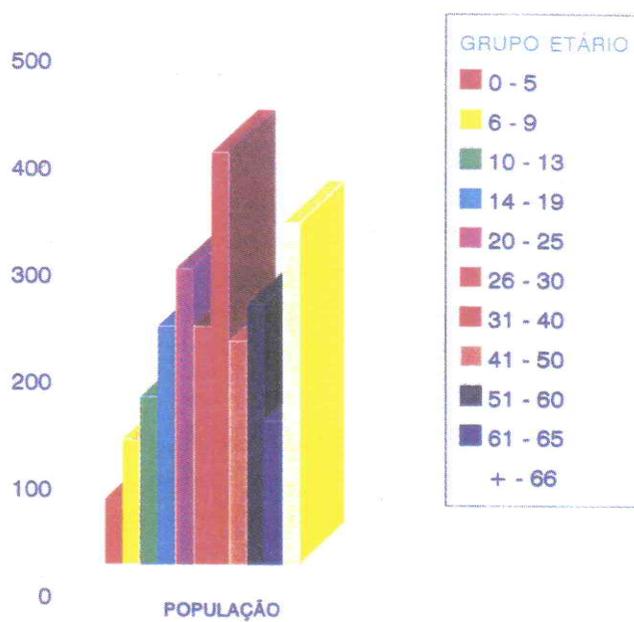


Gráfico 5 População residente por grupo etário Bairro Pinheiro Torres

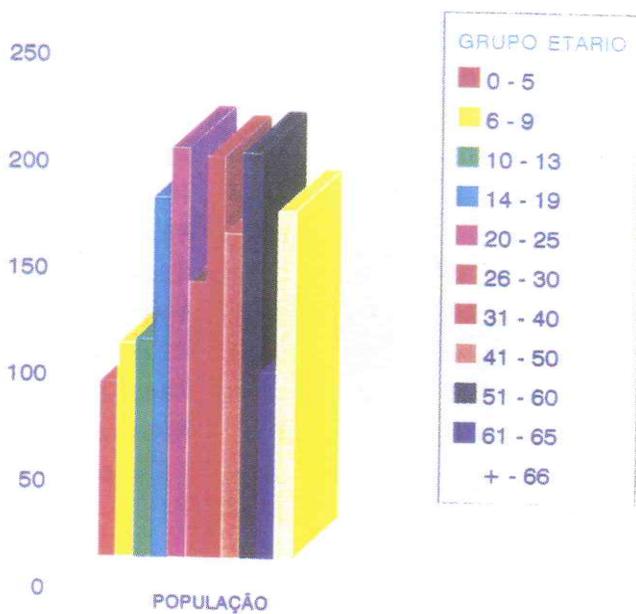


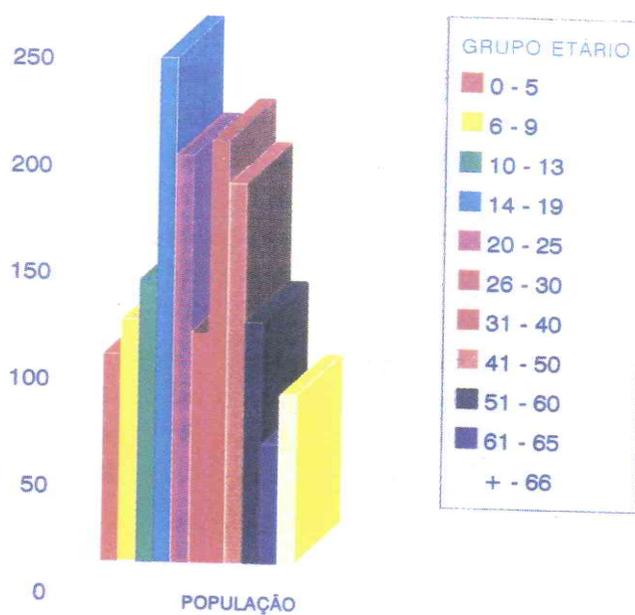
Gráfico 6 População residente por grupo etário *Bairro do Aleixo*

Gráfico 10 População residente por grupo etário
Total dos Bairros de habitação social

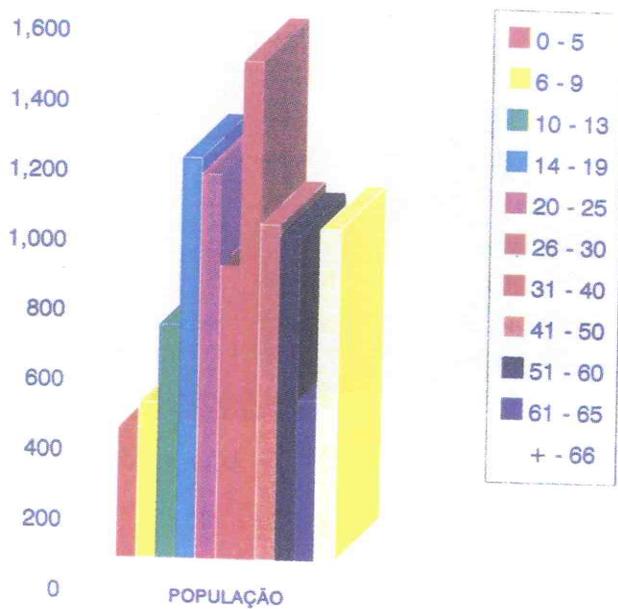


Gráfico 11 População jovem (14-25 anos)
Residente nos Bairros de habitação social

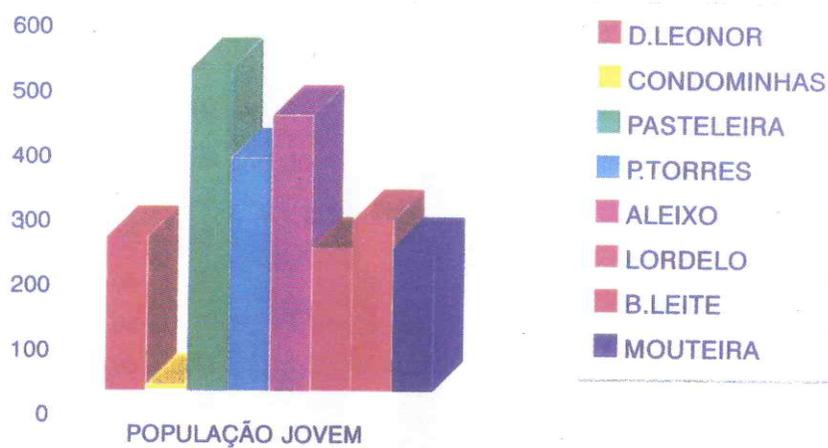
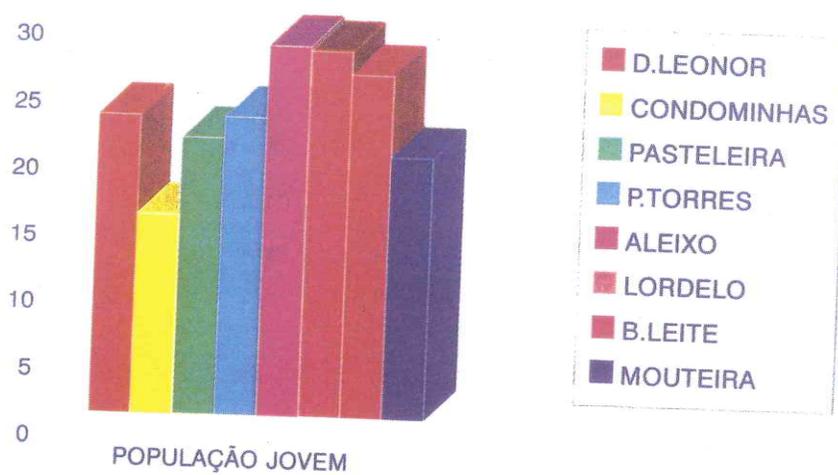


Gráfico 12 % de população jovem (14-25 anos) no total da população por Bairro Residente nos Bairros de habitação social



Droga-Crime:

Estudos interdisciplinares

Nos últimos anos tornou-se evidência inquestionável para muitos que a droga é a causa do crime.

Esta evidência é alimentada pelos mais diversos tipos de discussão.

Que tem a dizer o conhecimento científico sobre este debate?

O projecto Droga-Crime, através de um conjunto de estudos interdisciplinares que vão da observação de laboratório à observação de bairros das grandes cidades, revela factos e elabora explicações que não coincidem com o senso comum.

Os trabalhos que compuseram este primeiro projecto de investigação no nosso país sobre a matéria, agora publicados em vários volumes na colecção “Estudos” do GPCCD, são os seguintes:

- 1. A experiência portuguesa: programa de estudos e resultados.**
- 2. O estado da investigação científica na América do Norte.**
- 3. A criminalização da droga: da emergência à aplicação da lei.**
- 4. Consumo de drogas nas prisões portuguesas.**
- 5. Padrões de consumo e desviância em menores sob tutela.**
- 6. Processos psicofisiológicos em consumidores de droga e delinquentes.**
- 7. Emoções e cognições em consumidores de droga e delinquentes.**
- 8. Personalidade e acção em consumidores de droga e delinquentes.**
- 9. Formas de vida, droga e delinquência.**
- 10. Etnografia urbana das drogas e do crime.**
- 11. Droga e delito nas trajectórias desviantes.**

Os factos estabelecidos convergem na certeza de que a relação entre a droga e o crime não é causal, nisso contrariando a evidência comum, mas um processo no qual intervêm variáveis individuais,